



RELATÓRIO ANUAL
DE ATIVIDADES

2013



Administração

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Superintendente

Roberto Emílio de Senna

Diretora Financeira

Iris Lanna de Moraes

Diretor de Seguridade (Interino)

Roberto Emílio de Senna

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Polyana Schetini Martins Silva

Titulares

Renata Pereira Rodrigues Campos

Carlos César da Silva

Ewerton de Oliveira Rocha

Juliana de Paula Rodrigues Chiari

José Tadeu de Abreu

Suplentes

Monica Borba Fonseca Martins

Alexandre Moreira Pena Ramos

Saulo Dias de Oliveira

Antonio Eduardo de Noronha Amabile

Renata Caçado Lobato

Lúcio José da Cunha

CONSELHO FISCAL

Presidente

Leonardo Viana Cunha

Titulares

André Luiz Vieira

Domingos da Cunha Silva

Webert Carmelo Corrêa Mesquita

Suplentes

Eduardo Tadeu Matosinhos

Marta Ely Dias Oliveira

Marlon Fialho Carvalho dos Reis

Carlo Duilio Pinho Taranto



Praça Carlos Chagas, 49 - 6º Andar
Bairro Santo Agostinho
30170-020
Fone: (31) 3249-8500
relacionamento@deban.org.br

www.deban.org



Sumário

1. Mensagem da Diretoria.....	8
2. Previdência	12
2.1. Plano de Benefícios Previdenciários BDMG - Benefício Definido.....	12
2.1.1. Situação do Patrimônio de Cobertura do Plano	13
2.1.2. Receitas e Despesas Previdenciais	14
2.1.3. Perfil da Massa.....	15
2.1.3.1. Participantes Ativos.....	15
2.1.3.2. Participantes Assistidos.....	16
2.1.4. Resultados da Avaliação Atuarial – 2013.....	16
2.1.4.1. Diagnóstico Atuarial	16
2.1.4.2. Situação Atuarial do Plano.....	21
2.1.4.2.1. Sobre a adequação e aderência da Taxa de Juros.....	21
2.1.4.2.2. Principais impactos ou afetações sofridos pelo Plano	22
2.1.4.2.3. Sobre o Déficit e Suas Causas.....	23
2.1.4.3. Plano de Custeio	23
2.1.5. Estatuto e Regulamento	24
2.2. Plano de Benefícios Previdenciários BDMG CV	24
2.2.1. Perfil da massa.....	25
2.2.2. Receitas e Despesas Previdenciais	25
2.2.3. Hipóteses Utilizadas na Avaliação Atuarial	26
2.2.4. Fundo Previdencial	27
2.2.5. Provisões Matemáticas.....	27
2.2.6. Situação Atuarial do Plano	28
2.2.6.1. Sobre a adequação e aderência Taxa de Juros.....	28
2.2.6.2. Principais impactos ou afetações sofridos pelo Plano.....	29

2.2.6.3. Hipóteses Atuariais e seus Fundamentos	29
2.2.7. Estatuto e Regulamento	29
3. ASSISTÊNCIA E SAÚDE	30
3.1. Programa de Promoção à Saúde - Pro-Saúde	30
3.1.1. Dados Gerais do Plano	30
3.1.2. Sinistralidade	31
3.2. Programa Melhor Idade	32
3.3. Medicina Preventiva	33
4. INVESTIMENTOS	34
4.1. Política de Investimentos para 2014	34
4.1.1. Introdução	34
4.1.2. Alocação dos Ativos	34
4.1.3. Rentabilidade	36
4.1.4. Controle de Riscos	37
4.1.5. Limite Máximo de Diversificação	39
4.1.5.1. Limites por Emissor e por Concentração	39
4.1.6. Gestão dos Recursos para os Planos de Benefícios Previdenciários e PGA	41
4.1.7. Metodologia para apreçamento dos ativos financeiros	42
4.1.8. Derivativos	42
4.1.9. Princípio socioambiental	42
4.2. Demonstrativo de Investimentos em 2013	42

4.2.1. Alocação dos Ativos por Plano.....	43
4.2.2. Alocação dos Ativos	44
4.2.3. Quadro Demonstrativo das Aplicações por Segmento	47
4.2.4. Rentabilidade dos Investimentos.....	48
4.2.4.1.Plano de Benefícios Previdenciários BDMG.....	49
4.2.4.2. Plano de Benefícios Previdenciários BDMG CV.....	51
4.2.4.3. Plano Assistencial	52
4.2.4.4. Plano de Gestão Administrativa – PGA.....	53
4.2.4.5. Gestão Própria e Terceirizada	54
5. GESTÃO ADMINISTRATIVA	58
5.1. Despesas com Administração	58
5.1.1. Despesas com Administração - Plano de Benefícios Previdenciários	59
5.1.2. Despesas com Administração - Plano de Assitência à Saúde.....	60
5.1.3. Relação despesas com Administração x Ativo.....	61
5.1.3.1. Plano de Benefício Previdenciário - BDMG - Benefício Definido	61
5.1.3.2. Plano de Benefício Previdenciário - BDMG - Contribuição Variável.....	61
5.1.3.3. Plano Assistencial	61
5.2 Evolução do Fundo Administrativo	61
6. Demonstrações Financeiras.....	62
6.1. Plano de Benefícios Previdenciários - BDMG	62
6.2. Informações Suplementares às demonstrações financeiras - Plano de Gestão Assistencial....	72

7. PARECERES E MANIFESTAÇÕES.....	109
7.1. Relatório dos Auditores Independentes.....	110
7.2. Parecer do Atuário	113
7.2.1. Plano de Benefícios Previdenciários do BDMG – CNPB nº 1979.0036-29	113
7.2.2. Plano de Benefícios Previdenciários BDMG CV – CNPB nº 2011.0001-65	119
7.3. Manifestação do Conselho Fiscal	125
7.4. Parecer do Conselho Deliberativo	126



1. Mensagem da Diretoria

A nossa mensagem a você, participante ativo e assistido, no Relatório de 2012, trazia uma imagem de praticantes de rafting, esporte que permite desfrutar os desafios da descida de rios caudalosos com a segurança oferecida pela boa técnica e pelos equipamentos de proteção individual, para ilustrar o ambiente no qual, esperava-se, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar trabalhariam em 2013: a exigência da gestão cada vez mais técnica e segura da carteira de investimentos premida pela acentuada necessidade de elevação dos retornos dos ativos, com a assunção proporcional de risco, em um cenário de queda abrupta das taxas de juros combinada com a determinação regulamentar de redução compulsória das taxas de juros atuariais, estas devendo chegar a 4,5% a.a. em 2018. No entanto, nem as simulações de cenários mais

adversos realizadas naquela ocasião conseguiram prever o que ocorreu: a conjugação de fatores como o anúncio de retirada dos incentivos monetários nos EUA causando elevada volatilidade nos preços de ativos, o retorno das taxas de juros brasileiras aos níveis anteriores e em velocidade desenfreada, a manutenção dos normativos correlatos recém editados, as significativas oscilações no câmbio e um mercado de renda variável apático. Definitivamente, 2013 não foi um bom ano para os gestores de Fundos de Pensão.

Mas não é caso para desespero ou desânimo, pois uma das características que melhor define os Fundos de Pensão é a sua visão no longo prazo que lhes permite vencer momentos de crises pontuais sem grandes impactos.

E com a DESBAN não é diferente. A cada dia, com ética, responsabilidade e profissionalismo, reafirmamos o nosso compromisso na gestão dos recursos que nos são confiados e na condução das atividades da Fundação. Para tanto, mantemos uma equipe com elevada qualificação técnica atestada pelo ICSS, órgão que certifica os profissionais da previdência complementar: toda a Diretoria Executiva, os integrantes do Núcleo de Investimentos, o Controller e a maioria dos membros do Conselho Deliberativo são certificados. Consequência desse compromisso é a gestão responsável de dois Planos de Benefícios Previdenciários que adotam premissas atuariais seguras e alinhadas ao cenário econômico atual, bem como de um Plano Assistencial.

Ao final de 2013, totalizamos 912 participantes nos Planos BDMG e BDMG CV, sendo que 522 benefícios, entre complementações de aposentadoria e pensões, estavam sendo pagos. Mais de 2.000 pessoas usufruíam dos benefícios oferecidos pelo Pro-Saúde. E o Plano BDMG, especificamente, atingiu o percentual de 62,74% de maturidade.

Infelizmente, em função das condições comentadas no segundo parágrafo e da relação entre os custos e ganhos atuariais do Plano BDMG, não foi possível comemorarmos, neste exercício, a geração de superávit para este Plano como fizemos no ano anterior. Mas não estamos sozinhos. Também não puderam fazê-lo os gestores de outros 262 Planos em todo o

Brasil, de acordo com a ABRAPP. Planos dessa natureza sempre exigem mais atenção pela elevada sensibilidade a alterações em suas premissas atuariais e financeiras, sendo as mais relevantes na influência das reservas matemáticas – que é o somatório dos recursos que servirão para o pagamento dos benefícios já concedidos e a conceder – as de crescimento salarial, taxa de juros atuarial e tábua de mortalidade.

Quanto ao crescimento salarial, trata-se de hipótese crítica nos últimos anos devido aos ganhos reais obtidos nas convenções coletivas das diversas categorias e à constante necessidade de aperfeiçoamento nas políticas de retenção de recursos humanos nas empresas. Se antes, devido à conjuntura, era possível a utilização de modelos de estimativa aproximada dessa hipótese, atualmente é mister a evolução para modelos cada vez mais precisos. Em nosso caso, foi constituída uma equipe técnica formada por representantes do BDMG, Desban e atuários para trabalhar nesse projeto.

Já a taxa de juros atuarial é utilizada para trazer a valor presente as reservas matemáticas necessárias. De forma simplificada pode-se dizer que é a necessidade de retorno dos investimentos. Inicialmente, é importante lembrarmos que a estratégia traçada em 2012 (no que diz respeito à redução da taxa de juros de 5,5% a.a. para 5,0% a.a.) tinha como objetivo aproximá-la às praticadas no mercado, próximas a 4% a.a, bem como atender ao normativo legal que determinou

o limite de 4,5% a.a até 2018. Todavia, em função do ocorrido em 2013 – em dezembro daquele ano os papéis eram novamente negociados com taxas próximas a 6,5% a.a. – sua redução deixou de fazer sentido. Diante desse fato, e considerando a marcação a mercado dos ativos, entendemos que para promover uma melhor comparabilidade entre o ativo e o passivo atuarial, seria mais adequada a adoção da mesma forma de marcação para ambos, pois passariam a apresentar movimentos de igual comportamento, ou seja, se a taxa de juros caísse, o Patrimônio de Cobertura (ativos) e as Provisões Matemáticas (passivo) se elevariam. E vice-versa. No entanto, tal unificação (ativo e passivo a uma mesma taxa de juros) não pôde ser adotada integralmente em função de restrições legais e, por conta disso, a taxa de juros atuarial foi definida em 5,75% a.a. na avaliação atuarial de 2013, limite previsto pela legislação, mas ainda abaixo da rentabilidade atestada da carteira de investimentos da Fundação.

Dessa forma, ao final de 2013, revelou-se um déficit técnico de 8,00%, totalizando R\$ 61,5 milhões. Isto porque as perdas atuariais – crescimento salarial, por exemplo – somadas à perda financeira dos investimentos superaram os ganhos atuariais – elevação da taxa de desconto, por exemplo – e reverteram o superávit verificado no final de 2012. Devido à instabilidade dos resultados apresentados nos últimos anos e para melhor entendermos seus motivos, além de objetivar a restauração do equilíbrio técnico do Plano e mitigar os riscos atuariais, contratamos

a elaboração de um amplo estudo atuarial para embasar um plano de ação que evidencie as ações necessárias para a consecução dos resultados desejados e o momento adequado para sua implementação.

Por fim, no tocante à alteração da forma de marcação dos títulos efetuada em 2012, de marcados na curva para marcados a mercado – motivo de emissão pelo auditor externo de um parecer com opinião modificada – em recente fiscalização da PREVIC, ainda em curso e cujo relatório encontra-se disponível em nossa página da internet, a equipe fiscal entendeu que a decisão traduziu-se, pois, em ato de gestão legalmente amparado.

Já o Plano de Benefícios Previdenciários BDMG CV encontra-se ainda em fase de captação, sem nenhum benefício concedido. Tendo sido concebido dentro de critérios bastante conservadores, com taxa de juros atuariais de 4% a.a. e tábua de mortalidade AT2000 desagravada de 2 anos, dentre suas principais características, demanda apenas seu acompanhamento normal.

Engajada também no esforço de promoção da saúde dos seus participantes e dependentes, a Desban administra um Plano Assistencial com ampla rede de médicos credenciados, além dos melhores hospitais e clínicas de Belo Horizonte, e que oferece serviços e coberturas adicionais em relação aos planos disponíveis no mercado. No

entanto, em 2013, devido à constante elevação dos custos assistenciais, seja pela renegociação de preços com os profissionais e estabelecimentos da Rede Credenciada, seja pela incorporação de novos e dispendiosos procedimentos terapêuticos, além da longevidade crescente da população, as despesas assistenciais do Pro-Saúde ultrapassaram as receitas assistenciais em 14,7%, sendo necessária a utilização de reservas acumuladas nos exercícios anteriores. Diante da impossibilidade de manutenção dessa política de subsídio no médio prazo, a Desban contratou estudos de avaliação de alternativas que busquem restaurar o equilíbrio do Plano e preservar os benefícios oferecidos. Ainda nesse sentido, para enfrentar o desafio de desacelerar o crescimento dos custos assistenciais, a DESBAN contratou ainda a elaboração de um Perfil Epidemiológico da massa de seus usuários, com o objetivo de mapear sua condição de saúde e permitir a ação antecipada nos quadros previsíveis, evitando gastos mais elevados decorrentes dos quadros crônicos. Por outro lado, merece destaque o fato da DESBAN ter atingido pela segunda vez consecutiva uma pontuação expressiva no IDSS - Índice de Desenvolvimento da Saúde Suplementar, um indicador criado pela ANS para avaliar a atenção à saúde por meio da qualidade das operadoras nas dimensões assistencial, satisfação do beneficiário, econômico-financeira e estrutura e operação – obtendo nota de 0,8309, em um intervalo entre 0 e 1.

Em 2014, manteremos os esforços no fortalecimento da Governança Corporativa e

aprimoramento da Gestão Baseada em Riscos, por meio da revisão e aprimoramento dos processos críticos da Fundação, implementando sempre que possível o suporte tecnológico. Da mesma forma, reforçaremos o programa de educação continuada, que objetiva disseminar o conhecimento de temas previdenciários, assistenciais e financeiros, oferecendo-lhes subsídios para as tomadas de decisão e favorecendo sua aproximação com a entidade. Ainda no tocante ao relacionamento com você, participante, serão implantados novos serviços em nossa página na internet, como a busca dinâmica na rede credenciada do Pro-Saúde com a possibilidade de registro on-line de críticas e sugestões.

Finalmente, agradecemos a atuação conjunta, esforços compartilhados e apoio manifestado à administração dessa Diretoria, nos momentos necessários, pelo Patrocinador, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Comitês de Investimentos e de Acompanhamento à Gestão do Pro-Saúde, bem como aos participantes ativos e assistidos, pela compreensão dos fatos e realidade, e a toda a equipe da DESBAN pela colaboração e dedicação demonstrados ao longo desse ano e que permitiram alcançar os resultados em 2013.



Roberto Emílio de Senna
Diretor Superintendente



2. Previdência

2.1. PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS BDMG - BENEFÍCIO DEFINIDO

O primeiro Plano de benefícios gerido pela DESBAN foi criado em 1º de fevereiro de 1978, como forma de oferecer aos empregados do Patrocinador-Instituidor e da própria Fundação, renda complementar aos benefícios garantidos pela Previdência Social durante sua aposentadoria. Inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar sob o nº 1979.0036-29, é um Plano estruturado na modalidade de benefício definido, na qual há uma formação de poupança previdenciária solidária, ou seja, patrocinadores e participantes realizam contribuições mensalmente para um fundo mútuo, de todos, como um grande cofre. Como o nome já diz, nesse Plano é previamente definido o valor do benefício de aposentadoria, cuja fórmula de cálculo é

estabelecida em regulamento, e sobre o qual é calculada a contribuição mensal necessária para custeá-lo. É importante ressaltar que as contribuições são determinadas atuarialmente, de forma que o patrimônio acumulado seja suficiente para assegurar a concessão e a manutenção dos benefícios.

Fechado para novas adesões desde 2011, conforme Portaria nº 641 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, este Plano encerrou o ano de 2013 com 832 participantes, sendo 310 participantes em atividade, 449 aposentados e 73 pensões por morte, sendo o teto do salário de participação, em 31/12/2013, de R\$22.579,65.

Os gráficos 1, 2 e 3 ilustram dados sobre o perfil dos participantes e os compromissos do Plano, em 31/12/2013.

Gráfico 1 – Estrutura Plano BD 2013

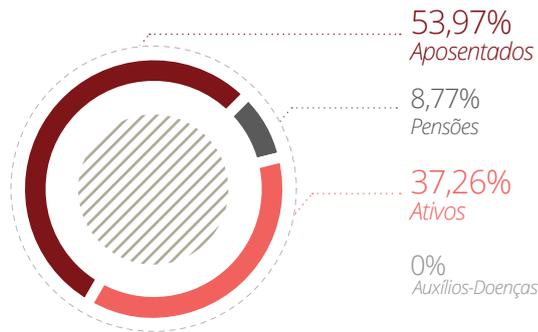


Gráfico 3 – Compromisso do plano (Reservas) com participantes ativos x assistidos

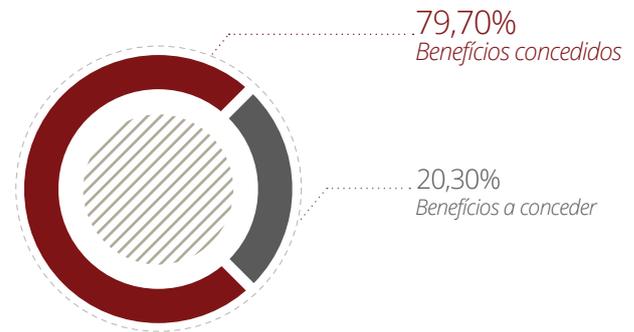
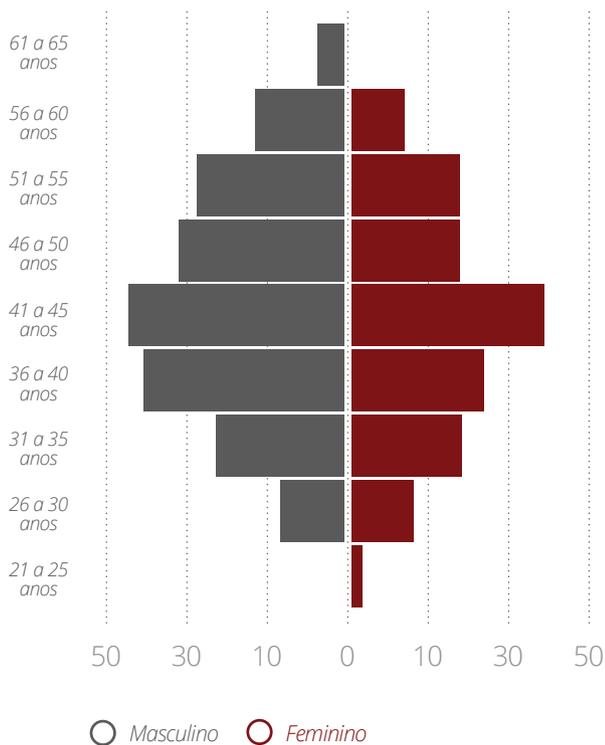


Gráfico 2 – Pirâmide Etária dos Participantes

Ativos do Plano

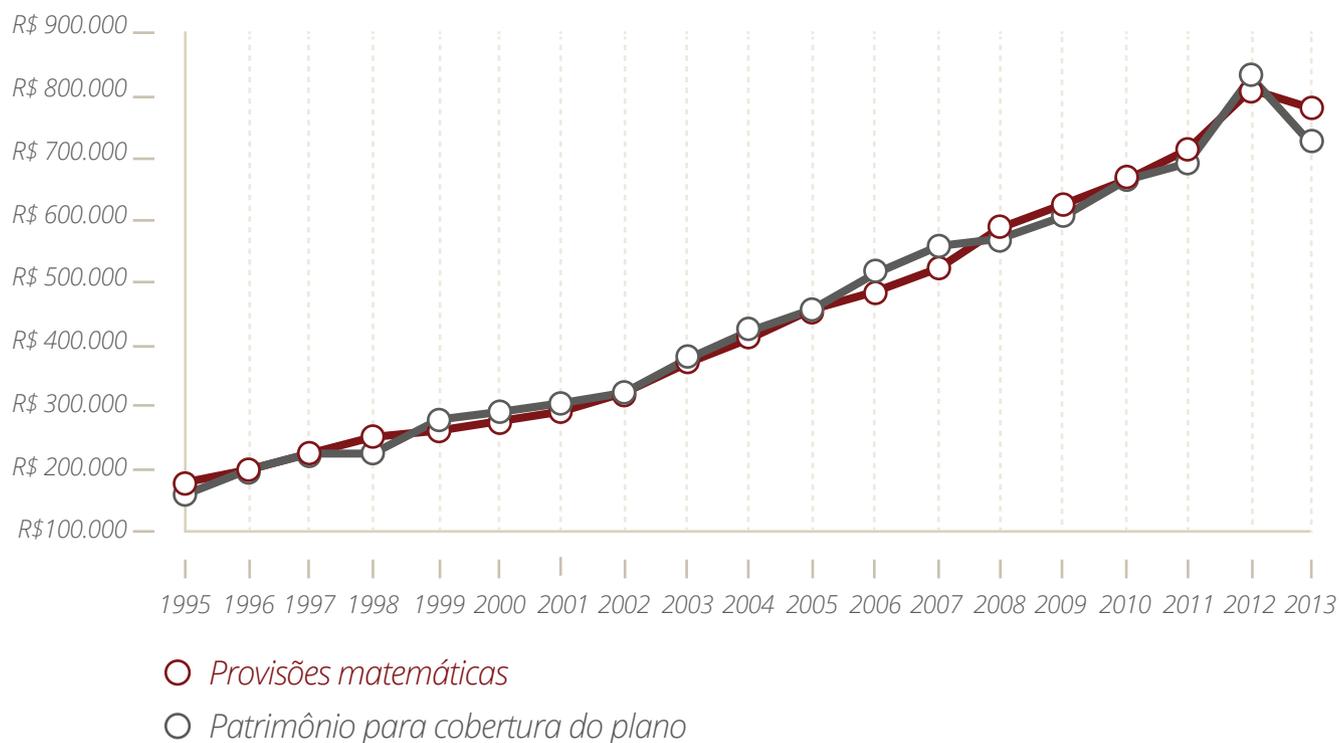


2.1.1. Situação do Patrimônio de Cobertura do Plano

O Patrimônio de Cobertura do Plano totalizou R\$ 708.391 mil ao final de 2013. Nesta mesma data, as Provisões Matemáticas, que representam os compromissos com os pagamentos dos benefícios futuros assegurados pelo Plano, atingiram o montante de R\$ 769.879 mil, resultando, assim, em um déficit técnico de R\$ 61.488 mil, conforme apresentado no gráfico 4.

Para mais detalhes sobre estes valores, consultar a Demonstração do Ativo Líquido do Plano BDMG (Quadro V da página 66).

Gráfico 4 - Evolução do Patrimônio Previdencial



2.1.2. Receitas e Despesas Previdenciais

A tabela 1 apresenta as receitas e despesas previdenciais no exercício de 2013.

O excedente das despesas (benefícios) sobre as receitas reflete a maturidade do Plano.

Tabela 1 – Receitas e Despesas Previdenciais

Valores em R\$ mil	
DESCRIÇÃO	RECEITA
1- Patrocinadores	7.833
2- Participantes	8.229
3- Outros Recursos Correntes	69
Total	16.131

Valores em R\$ mil	
DESCRIÇÃO	DESPESA (BENEFÍCIOS)
Aposentadorias	49.988
Pensões	3.359
Auxílios-Doença	137
Pecúlios	570
Resgate	166
Total	54.220

A despesa previdenciária média mensal do Plano com pagamento de benefícios no exercício de 2013 apresentou os valores demonstrados na tabela 2:

Tabela 2 – Idade Média dos Assistidos e Despesa Previdenciária Média

BENEFÍCIO	IDADE MÉDIA	MÉDIA COMPLEMENTAÇÃO DESBAN
Aposentadoria Invalidez	64,55	3.229,98
Aposentadoria Tempo Contribuição, Idade, Especial	66,85	9.040,04
Pensão por Morte	66,71	3.711,01

2.1.3. Perfil da Massa

A evolução da massa de participantes e assistidos, bem como as ocorrências de pecúlio e resgate nos anos de 2012 e 2013, estão demonstradas na tabela 3.

Tabela 3 – Estatísticas da Massa

MASSA	2012	2013
Ativos	337	310
Assistidos	504	522
Total Geral	841	832

2.1.3.1. Participantes Ativos

Em 31/12/2013, o Plano BDMG tinha 310 participantes em atividade, cuja distribuição pelas características etárias e de gênero são mostradas na tabela 4.

Tabela 4 – Idade Média por Faixa Etária

FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA TOTAL	MASCULINO	FEMININO
de 0 a 24 anos	1	0	1
de 25 a 34 anos	40	24	16
de 35 a 54 anos	228	135	93
de 55 a 64 anos	39	24	15
64 ou mais	2	1	1

2.1.3.2. Participantes Assistidos

Em 31/12/2013, o Plano possuía 522 assistidos, sendo 433 aposentados por idade, tempo de contribuição ou especial, 16 aposentados por invalidez e 73 pensões por morte rateadas entre 85 beneficiários.

A tabela 5 traz a frequência desses participantes segmentada por faixa etária.

Tabela 5 – Frequência de Participantes Assistidos por Faixa Etária

FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA TOTAL	MASCULINO	FEMININO
de 0 a 24 anos	5	2	3
de 25 a 44 anos	0	0	0
de 45 a 64 anos	238	116	122
de 65 a 84 anos	280	205	75
Acima de 84 anos	11	5	6

2.1.4. Resultados da Avaliação Atuarial – 2013

2.1.4.1. Diagnóstico Atuarial

A avaliação atuarial utiliza parâmetros financeiros, econômicos e demográficos com o intuito de projetar as receitas e despesas futuras do Plano de Benefícios, a fim de garantir seu equilíbrio atuarial e financeiro.

Em 2013, a avaliação atuarial do Plano BDMG foi realizada pela empresa de consultoria externa Rodarte Nogueira Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda. utilizando as informações cadastrais dos participantes ativos na data-base de setembro de 2013 e dos assistidos na data-base de dezembro de 2013.

Nesta avaliação, destacamos a alteração das premissas (hipóteses) atuariais de taxa de juros e crescimento salarial.

A tabela a seguir apresenta de forma simplificada as premissas alteradas no exercício de 2013 comparadas com o exercício de 2012.

Hipóteses Utilizadas na Avaliação Atuarial

ITEM	AA 2012	AA 2013
Indexador Econômico do Plano	IPCA - IBGE	IPCA - IBGE
Taxa real anual de juros (<i>adotada no desconto a valor presente</i>)	5,00%	5,75%
Inflação anual futura estimada (<i>fator de capacidade</i>)	4,5%	4,5%
Taxa anual esperada de retorno dos investimentos	Indexador Econômico + 5,0% a.a.	Indexador Econômico + 5,75% a.a.
Crescimento real anual esperado dos salários	<i>Variável de acordo com o cargo e o nível, conforme informado pelo patrocinador: cargo efetivo (1,96%+0,94%); demais cargos (0,94%)</i>	<i>Variável de acordo com o cargo e o nível, conforme informado pelo patrocinador 1: cargo efetivo (2,06%+1,71%); demais cargos (1,71%)</i>
Projeção de crescimento real anual dos benefícios do plano	0,000%	0,000%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo	Dos Salários: 1,00 Dos Benefícios: 0,98	Dos Salários: 1,00 Dos Benefícios: 0,98
Hipóteses sobre gerações futuras de novos entrados	Não adotada	Não adotada
Hipóteses sobre rotatividade anual (<i>informada pelo patrocinador</i>)	<i>8,44% até 3 (três) anos de serviço; 0,41% após 3 (três) anos de serviço</i>	<i>8,31% até 3 (três) anos de serviço; 0,45% após 3 (três) anos de serviço</i>
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 (<i>AT 2000 Basic suavizada em 10%</i>)	AT 2000 (<i>AT 2000 Basic suavizada em 10%</i>)
Tábua de Entrada em Invalidez	<i>Álvaro Vindas desagravada em 50%</i>	<i>Álvaro Vindas desagravada em 50%</i>
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss desagravada em 50%	Winklevoss desagravada em 50%
Expectativa de vida para cálculo do fator previdenciário	Tábua IBGE 2011	Tábua IBGE 2012
Data - Base de Dados	31.08.2012	30.09.2013

Sobre as Hipóteses Atuariais do Plano e seus fundamentos

É importante ressaltar que por determinação normativa todas as hipóteses atuarias são definidas criteriosamente por meio de estudos que atestam sua aderência em relação a massa de participantes do Plano.

Taxa de Juros

Para a avaliação de 2013, a taxa de juros atuarial foi calculada considerando a marcação do passivo a mercado e, assim, elevada de 5,0% a.a. para 5,75% a.a., mantendo-se no limite previsto pela legislação.

Esta alteração permite uma melhor comparabilidade entre o ativo e o passivo atuarial, uma vez que, considerando que todos os ativos estão marcados a mercado, a mesma forma de marcação do passivo uniformiza os critérios e diminui a volatilidade do fator de solvência. Em outras palavras, os dois componentes passam a apresentar movimentos de igual comportamento (e inversos ao movimento da taxa de juros), ou seja, se a taxa de juros diminuir, tanto o ativo quanto o passivo aumentam e se a taxa de juros aumentar, tanto o ativo quanto o passivo diminuem.

A taxa de juros atuarial foi devidamente atestada pelo atuário conforme Resolução CGPC 09/2012.

Bases Biométricas

Como resultado do Estudo de Adequação das Hipóteses Atuariais do Plano de Benefícios Previdenciários - BDMG, as hipóteses biométricas foram mantidas em relação às adotadas em 2012, conforme abaixo:

BASES BIOMÉTRICAS	AA 2012	AA 2013
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 segregada por sexo	AT 2000 segregada por sexo
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 50%	Álvaro Vindas desagravada em 50%
Tábua Mortalidade de Inválidos	Winklevoss desagravada em 50%	Winklevoss desagravada em 50%

a) Tábua de mortalidade geral: o referido Estudo revelou que a tábua AT 2000 (AT-2000 Basic suavizada em 10%) ainda é a tábua válida que considera uma expectativa de sobrevivência mais próxima da realidade observada para a massa de participantes do Plano, segundo o critério de “menor Distância Média Quadrática (DMQ)”, apesar de a diferença em relação à tábua AT 2000 desagravada em 1 ano não ser significativa, o que poderia sugerir também a sua indicação. Assim, para evitar a subestimação da mortalidade do grupo em estudo, por ora a consultoria atuarial recomendou adotar a tábua AT 2000 por ser a mais aderente a realidade da massa no último sexênio e aguardar a próximo estudo para se verificar a tendência do novo triênio.

Visando confirmar a indicação da tábua AT 2000, foram realizados testes de hipóteses baseados na distribuição Binomial e Qui-Quadrado. Os resultados foram satisfatórios em ambos os testes e, posto isto, a consultoria reafirmou a indicação da tábua referida.

b) Tábua de entrada em invalidez: o Estudo recomendou a elevação de 50% para 60% no desagramento nas probabilidades de entrada em invalidez previstas pela tábua Álvaro Vindas. Contudo, tendo em vista a baixa relevância dessa alteração, a consultoria atuarial optou pela manutenção dessa hipótese no nível atual.

c) Tábua de mortalidade de inválido (Winklevoss desagrada em 50%): o Estudo concluiu pela sua manutenção. Em todos os testes realizados, a tábua Winklevoss desagrada em 50% ainda é a que mais se aproxima da realidade da massa de participantes do Plano, mesmo considerando o período restrito estabelecido pela legislação.

Crescimento Salarial e Rotatividade:

HIPÓTESE	AA 2012	AA 2013
Crescimento real anual esperado dos salários	<i>Variável de acordo com o cargo e o nível, conforme informado pelo patrocinador: cargo efetivo (1,96%+0,94%); demais cargos (0,94%)</i>	<i>Variável de acordo com o cargo e o nível, conforme informado pelo patrocinador: cargo efetivo (2,06%+1,71%); demais cargos (1,71%)</i>

a) Crescimento Salarial: A hipótese referente ao crescimento real anual de salários foi alterada pelo patrocinador em 2013, sendo elevada de 2,23% pra 2,87%. Conforme a consultoria atuarial, a comparação entre a hipótese de projeção salarial anterior e a revista em 2013 revelou que este percentual médio (2,87%) já supera o crescimento anual médio descrito pela função linear ajustada ao gráfico de dispersão de salários dos últimos anos (2,49%), conforme apurado no Estudo de Adequação das Hipóteses Atuariais de 2013, fato que por si só, atesta a adequação dessa hipótese.

Contudo, conforme explicitado pela Consultoria Atuarial, as divergências entre o esperado e o ocorrido nos três últimos anos têm sido significativas em função da necessidade de ocupação dos cargos eletivos deixados pelos participantes que se aposentaram. Em 2013 era esperado aumento médio de 2,23%, mas a média ocorrida foi de 5,63%. Em que pese o descolamento ocorrido no ano, este é reflexo de elevações individuais que não são suficientes para invalidar as projeções de longo prazo.

Em função da sensibilidade do cálculo dos compromissos futuros a essa variável e considerando as divergências encontradas nos últimos anos, foi criada uma Comissão Técnica formada por membros da entidade, patrocinadora e atuários com o objetivo de aprimorar os métodos e critérios utilizados na apuração desta hipótese.

b) Rotatividade: o estudo concluiu que a hipótese definida pelo patrocinador é conservadora em relação ao observado no último sexênio, mas para mitigar o risco de subavaliação dos compromissos do Plano, sobretudo após o fechamento do Plano para ingresso de novos participantes (ocorrido em 2011), a consultoria atuarial adotou a hipótese de rotatividade definida pelo patrocinador, que sofreu pequena alteração em relação à informada por ocasião da avaliação de 2012, conforme quadro abaixo:

HIPÓTESE ROTATIVIDADE	AA 2012	AA 2013
Até 3 anos de empresa	8,44%a.a.	8,31%a.a.
De 3 (três) a 5 (cinco) anos de empresa	0,41%a.a.	0,45%a.a.
Acima de 5 (cinco) anos de empresa	0,41%a.a.	0,45%a.a.

Tabela 6 – Patrimônio de Cobertura do Plano

COMPOSIÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO		PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	
Ativo	737.522	Provisões Matemáticas (PM)	769.879
		PMBC	613.609
(-) Obrigações	(23.712)	PMBAC	156.270
(-) Fundo Administrativo	(5.419)	Déficit	(61.488)
Total	708.391	Total	708.391

8,34% do Ativo Líquido ←

2.1.4.2. Situação Atuarial do Plano

2.1.4.2.1. Sobre a adequação e aderência da Taxa de Juros

Justificativa da Diretoria:

Ao final de 2012, as taxas de juros de longo prazo praticadas pelo BACEN estavam em torno de 4% a.a. com tendência de redução e a PREVIC acabara de normatizar a redução compulsória e gradual da taxa de juros atuarial dos Planos de Benefícios, passando de 6% em 2012 para 4,5% em 2018. Buscando adequar a taxa de desconto do passivo àquela realidade do mercado, a DESBAN reduziu a taxa atuarial do Plano BDMG de 5,5% a.a. para 5% a.a.. Cabe destacar que a taxa de juros atuarial sinaliza a expectativa de retorno dos ativos mantidos na carteira de investimentos ao longo do tempo e, portanto, seu critério de adoção deve estar relacionado à real capacidade de retorno desses ativos no mercado. Como esta taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente o passivo atuarial, quanto menor for o seu valor maior será a necessidade de ativos para fazer frente às obrigações, e vice versa.

Assim, a alteração de premissa em 2012 requereu a elevação do patrimônio do Plano, o que poderia ser obtido por meio do aumento do custeio (contribuições) ou pela geração de superávit. A estratégia adotada pela Fundação para gerar o superávit necessário foi a substituição de ativos por outros que pudessem gerar mais valor ao Plano e, para isto, foi alterada a forma de classificação dos ativos, passando-os de “mantidos na curva” para “marcados a mercado”. Uma

característica dessa última é a volatilidade na precificação dos ativos.

É importante lembrarmos que a estratégia traçada em 2012 (no que diz respeito à redução da taxa de juros de 5,5% a.a. para 5,0% a.a.) tinha como objetivo aproximá-la às praticadas no mercado, próximas a 4% a.a, bem como atender ao normativo legal que determinou o limite de 4,5% a.a até 2018. Todavia, diferentemente do cenário projetado no final de 2012, em 2013, houve uma forte elevação das taxas de juros do mercado, sendo que, em dezembro/2013, os papéis estavam sendo negociados com taxas próximas a 6,5% a.a. Esta alteração de viés das taxas e a velocidade em que os seus aumentos ocorreram não permitiram à Fundação alcançar os resultados esperados quando da opção pela estratégia mencionada e ainda provocou a devolução do ganho obtido ao final de 2012.

Com esta significativa alteração de cenário, a redução da taxa de juros atuarial deixou de fazer sentido, pois a aderência ao mercado volta a patamares de 6,5% a.a.. Como reflexo, não mais se justifica o aumento de reservas matemáticas a valores tão elevados, pois se a expectativa de retorno dos ativos aumentou, em valor presente a Fundação necessita de menos recursos para fazer frente aos compromissos do Plano.

Diante desse fato, e considerando que os ativos estão marcados a mercado, para promover uma melhor comparabilidade entre o ativo e o passivo atuarial, a Desban, junto com seus Consultores

Atuariais, entendeu que a adoção da mesma forma de marcação do passivo em relação ao ativo uniformizaria os critérios e diminuiria a volatilidade do fator de solvência do Plano, pois os dois componentes (ativos e passivo) passariam a apresentar movimentos de igual comportamento.

No entanto, a unificação do critério de marcação a mercado (tanto do ativo quanto do passivo a uma mesma taxa de juros) pretendida pela Fundação não pôde ser adotada integralmente em função de restrições legais: a Resolução CGPC 09/2012 determina que o valor máximo das taxas de juros não pode ser maior do que 5,75% a.a. na avaliação de 2013. Por conta disso, este é o percentual adotado para a taxa de juros utilizada pela Desban na avaliação atuarial de 2013, mesmo que ainda abaixo do cenário das taxas de juros praticadas pelo mercado.

Destacamos que todos os estudos necessários para subsidiar tal decisão foram realizados pela Fundação.

Posicionamento do Atuário:

O atuário responsável pelo Plano verificou que a hipótese de taxa de juros de 5,75% a.a. é aderente às projeções de rentabilidade dos investimentos, considerando o Plano de custeio vigente e o fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

O período considerado para os estudos correspondeu ao prazo da duration do passivo do Plano (149 meses), apurada segundo

conceito “Macaulay Duration” e constante na Demonstração Atuarial de 2012.

O patrimônio do Plano projetado para cada exercício foi confrontado com sua respectiva Reserva Matemática para verificar se o cenário mais provável indicava uma situação de sustentabilidade.

A evolução patrimonial se deu através do cenário definido pela entidade, que se responsabilizou pelo envio do fluxo de ativos do Plano, mensalmente, até o ano de 2030. A projeção das receitas e despesas da gestão previdencial para determinação da Reserva Matemática foi realizada pelo atuário do Plano.

Considerando as hipóteses e métodos citados, o atuário atestou que as projeções demonstram que a evolução do patrimônio do Plano de Benefícios Previdenciários BDMG suporta a evolução da sua necessidade de reservas durante o período em estudo, apenas sendo identificado um saldo negativo para o primeiro ano, mas que já no ano seguinte se converte em superávit de cerca de 20 milhões.

O resultado indicou a convergência entre a taxa real estabelecida nas projeções atuariais e a taxa de retorno real, apontando para adequação da atual taxa utilizada.

2.1.4.2.2. Principais impactos ou afetações sofridos pelo Plano

Os principais impactos atuariais do Plano no

exercício de 2013 foram a elevação da taxa de juros atuariais de 5,00% a.a. para 5,75% a.a., o que reduziu a necessidade de provisões matemáticas, e a alteração da hipótese de crescimento salarial, que em 2012 era de 1,96%+0,94% para cargo efetivo e 0,94% para demais cargos, sendo elevada para 2,06%+1,71% para cargo efetivo e 1,71% para demais cargos, o que representou um aumento das mesmas provisões.

A aderência dessas premissas, dentre outros aspectos, estão descritos no item 2.1.4.1..

Além dos impactos atuariais o Plano sofreu perdas financeiras decorrentes do resultado dos investimentos conforme descrito no item 4.2.4.

2.1.4.2.3. Sobre o Déficit e Suas Causas

O confronto das Provisões Matemáticas reavaliadas com o Patrimônio de Cobertura do Plano, constituído em 31.12.2013, revelou um déficit técnico de 8,00%.

Isto porque, nessa avaliação, as perdas atuariais superaram os ganhos atuariais, revertendo a situação econômico-financeira do Plano verificada no final de 2012, quando se apurou superávit técnico de 1,292%.

Com relação às Provisões Matemáticas, evidencia-se como perda atuarial a alteração da hipótese de crescimento salarial, que aumentou o percentual previsto de crescimento salarial anual da maioria da população ativa. Além disso, ocorreu a redução do Patrimônio de Cobertura do Plano devido à perda financeira dos investimentos. A conjugação dos fatos acima reverteu a situação superávit de

2012, conduzindo ao déficit técnico de 8,00% das Provisões Matemáticas em 31.12.2013.

Em contrapartida, a elevação da taxa de desconto de 5,00% a.a. para 5,75% a.a., fundamentado no item 2.1.4.1, reduziu os compromissos do Plano em cerca de 9% quando comparadas com aquelas determinadas na avaliação de 2012.

Objetivando restaurar o equilíbrio técnico e mitigar os riscos atuariais, foi contratado pela Fundação a elaboração de um amplo estudo atuarial para embasar um plano de ação que evidencie as ações necessárias para a consecução dos resultados desejados e o momento adequado para sua implementação.

2.1.4.3. Plano de Custeio

Assim, em que pese o déficit técnico apurado no final do exercício, mas considerando a elaboração em andamento do Plano de Ação acima referido, será mantido em 2014 o Plano de Custeio aprovado em 2013, considerando a faculdade prevista no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 13/2013.

As alíquotas de contribuição para o Plano atendem ao seguinte modelo:

a) Os participantes ativos efetuam contribuição mensal para o Plano, obtida a partir de percentuais aplicados sobre parcelas do seu Salário de Participação – SP. Desde 2012, o Plano de custeio estabelece os seguintes percentuais de contribuição:

BASE DE DESCONTO	% APLICÁVEL SOBRE A BASE DE DESCONTO
SP limitado a 5,625 URD	Mín[1,1825%+2,365% x δ];3,5475%]
Excesso do SP em relação a 1,25 URD	10,6425%
Excesso do SP em relação a 3,75 URD	5,9125%

$$\delta = \text{Máximo}((\text{Idade de Inscrição no Plano} - 18) / 30; 0)$$

- b) Os autopatrocinados deverão recolher ao Plano, além das suas contribuições, calculadas mediante aplicação sobre o salário-de-participação das taxas contributivas fixadas no Plano de custeio para os participantes ativos, as correspondentes contribuições que seriam de responsabilidade da Patrocinadora à qual estavam vinculados, incluindo a contribuição para a cobertura das despesas administrativas.
- c) Para os participantes assistidos o Plano de custeio vigente estabelece contribuição mensal de 8,8688% incidente sobre a complementação paga pelo Plano somente para os assistidos que recebem o abono de aposentadoria.
- d) As patrocinadoras efetuam contribuição normal igual às contribuições que os participantes e assistidos pagam globalmente.

Para o custeio administrativo é prevista a destinação de 9% das contribuições vertidas.

2.1.5. Estatuto e Regulamento

Ao longo do exercício de 2013 não houve alteração no regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários BDMG, assim como não houve alteração no Estatuto da Fundação. O regulamento atual está vigente desde novembro de 2011 e o Estatuto, desde setembro de 2002.

2.2. PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS BDMG CV

Aprovado em 13/01/2011, conforme Portaria nº 23, e inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar sob o nº 2011.0001-65, o segundo Plano administrado pela Fundação está estruturado na modalidade de Contribuição Variável.

Este Plano busca combinar as melhores características de um Plano de Benefício Definido, como a oferta

de cobertura de benefícios de riscos (auxílio doença, invalidez e pensão por morte) e o recebimento de benefícios em regime de renda vitalícia, com as características de um Plano de contribuição definida, que no período de acumulação apropria-se de toda a rentabilidade obtida pelos investimentos em uma conta de reserva individual.

Concebido dentro de critérios conservadores, o Plano prevê taxa de juros atuarial de 4%a.a., IPCA como índice de correção de benefícios, tábua de mortalidade AT-2000 desagravada de 2 anos, dentre suas principais características.

2.2.1. Perfil da massa

Em 31/12/2013, o Plano BDMG CV possuía 80 participantes ativos, cuja distribuição pelas características etárias e de gênero são mostradas na Tabela 8.

Tabela 8 - Idade Média por Faixa Etária

FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA	MASCULINO	FEMININO
0 - 24	6	3	3
25 - 34	56	29	27
35 - 54	17	13	4
55 - 64	1	0	1
Total	80	45	35

Ocorrências: Foi efetuado 1 resgate em 2013.

2.2.2. Receitas e Despesas Previdenciais

Por não ter concedido qualquer benefício, este Plano não apresenta despesas previdenciais.

Entretanto, houve, em 2013, a devolução de reserva de um participante que optou pelo instituto do resgate, em valor inexpressivo, e o pagamento de auxílio-doença a dois participantes.

As despesas e receitas previdenciais observadas ao longo do exercício estão apresentadas na Tabela 9.

Tabela 9 – Receitas e Despesas Previdenciais do Plano de Benefícios

DESCRIÇÃO	RECEITA	DESCRIÇÃO	DESPESA
Patrocinadores	225	Auxílio-doença	2
BDMG	214		
DESBAN	11		
Participantes	243		
BDMG	223		
DESBAN	20		
Portabilidades	32		
Total	500		2

2.2.3. Hipóteses Utilizadas na Avaliação Atuarial

Considerando a baixa expressividade da massa de participantes do Plano conjugada com a inexistência de benefícios concedidos, utilizou-se para a avaliação atuarial do Plano para 2013 as mesmas premissas atuariais consideradas no ano de 2012.

As premissas foram:

- a) Taxa de Juros: 4,00% a.a;
- b) Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000 desagravada em 2 anos;
- c) Tábua de Entrada em Invalidez: ALVARO VINDAS;
- d) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-49 Masculina;
- e) Tábua de Morbidez: Jansen;
- f) Premissa de Crescimento Salarial*:
 - Técnico de Desenvolvimento:
 - 3,81% a.a (2,06% referente ao Plano de Cargos e Salários e 1,71% referente à Convenção Coletiva).
 - Analista de Desenvolvimento:
 - 2 (dois) primeiros anos após a admissão: 6,00% a.a;

→ Terceiro ano após a admissão: 12,50% a.a

→ Após o quarto ano: 3,81% a.a (2,06% referente ao Plano de Cargos e Salários e 1,71% referente à Convenção Coletiva).

g) Premissa de Rotatividade*:

→ 8,31% até 3 (três) anos de serviço;

→ 0,45% após 3 (três) anos de serviço.

** Devido o Plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Variável sem benefícios concedidos as presentes hipóteses não foram consideradas na avaliação atuarial.*

2.2.4. Fundo Previdencial

O fundo previdencial é composto integralmente pelo fundo de risco que é destinado à cobertura dos compromissos do Plano referentes aos benefícios de invalidez, auxílio doença e pensão por morte não cobertos pelo Saldo de Conta do participante.

Sua constituição deu-se inicialmente por meio de um aporte do Patrocinador – Instituidor no montante de R\$ 457 mil e, posteriormente, pelo percentual destinado ao fundo de risco incidente sobre as contribuições normais dos participantes e do patrocinador, sendo acrescidos do retorno líquido dos investimentos.

Em 31/12/2013 o montante do fundo previdencial apresentou o valor de R\$ 609 mil.

2.2.5. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas representam o saldo de conta dos participantes, incluídas as contribuições do patrocinador.

O valor alcançado por este saldo durante a vida laboral do participante será utilizado para o cálculo do benefício no momento da sua concessão, juntamente com as premissas atuariais e as características etárias do participante e seus beneficiários.

Essas provisões atingiram o montante de R\$ 656 mil em dezembro de 2013, compondo integralmente a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, uma vez que não houve concessão de nenhum benefício de aposentadoria no período.

para com o participante e está estruturado conforme exposto na tabela a seguir:

Tabela 7 – Patrimônio de Cobertura

COMPOSIÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO		PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	
Ativo	1.475	Provisões Matemáticas (PM)	656
		PMBC	---
(-) Obrigações	---	PMBAC	656
(-) Fundos	(819)	Superávit / Equilíbrio Atuarial	---
Total	656	Total	656

0% do Ativo Líquido ←

Por se tratar de um Plano estruturado na modalidade de Contribuição Variável e sem benefícios concedidos, o Plano atualmente apresenta características de Contribuição Definida.

O Plano encontra-se em equilíbrio técnico atuarial em função do seu patrimônio de cobertura corresponder aos seus compromissos previdenciários, não havendo sobras ou necessidades.

2.2.6. Situação Atuarial do Plano

2.2.6.1. Sobre a adequação e aderência Taxa de Juros

Para efeito de mensurar a aderência da taxa de juros utilizada no Plano BDMG CV, foram realizados diversos estudos técnicos de projeção de rentabilidade dos ativos do Plano, comparando a sua estrutura e comportamento ao longo do período de duration esperada para este.

Nesse sentido, considerou-se uma duration de 480 meses e foram projetados diversos cenários financeiros afim de se obter o que chamamos de “carteira ótima de investimentos”, que proporcionará a melhor rentabilidade dos ativos do Plano.

O resultado da análise projetada apresentou uma média de retorno nominal de 11,19% a.a, frente a uma expectativa de inflação média no período de 5,37% a.a, o que infere uma rentabilidade real para o Plano

na ordem de 5,52% a.a, rentabilidade esta superior à meta atualmente proposta para o Plano qual seja de 4,00% a.a. Sendo assim, pode-se afirmar que a taxa de juros praticada no Plano BDMG CV é aderente aos cenários financeiros esperados para o Plano a um nível de confiabilidade de 99,00% (probabilidade utilizada nos estudos).

É importante salientar que a aderência da taxa de juros deve ser atestada anualmente para manter a fidedignidade dos estudos e projeções realizadas.

2.2.6.2. Principais impactos ou afetações sofridos pelo Plano

Em 2013, o Plano recebeu a adesão de 36 novos participantes enquanto foi feito o desligamento de 1 participante. Assim, passou-se de 45 participantes em dezembro de 2012 para 80 participantes em dezembro de 2013, o que representou um aumento de 77,77%.

2.2.6.3. Hipóteses Atuariais e seus Fundamentos

As hipóteses atuariais adotadas no Plano BDMG CV listadas no item 2.2.3, mantiveram-se inalteradas em relação ao exercício de 2012.

A manutenção das hipóteses é explicada pela pouca expressividade da massa de participantes do Plano aliada à inexistência de benefícios concedidos.

As hipóteses atuariais em Planos estruturados na modalidade de Contribuição Variável somente surtem efeitos quando há a concessão de benefícios, sendo assim, pelo fato do Plano BDMG CV não se encontrar em tal situação, não cabe maiores análises acerca das suas hipóteses biométricas por falta de subsídios que embasem os estudos técnicos para a definição das premissas a serem adotadas.

2.2.7. Estatuto e Regulamento

Ao longo do exercício de 2013 não houve alteração no regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários BDMG CV, assim como não houve alteração no Estatuto da Fundação. O regulamento atual está vigente desde janeiro de 2011 e o Estatuto, desde setembro de 2002.



3. Assistência e Saúde

3.1. Programa de Promoção à Saúde - Pro-Saúde

O Programa de Promoção à Saúde - Pro-Saúde é um Plano Privado de Assistência à Saúde, constituído na modalidade de autogestão, com registro junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob o nº 448.709/04-5. Como operadora do Plano, a DESBAN - Fundação BDMG de Seguridade Social se encontra registrada na ANS sob o nº. 35.766-9. Criado para oferecer cobertura ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e odontológica aos usuários titulares e aos dependentes destes, é custeado pelo BDMG, pela DESBAN e pelos usuários ativos, assistidos e autopatrocinados.

3.1.1. Dados Gerais do Plano

Os gráficos de números 5 a 8 ilustram dados sobre o perfil dos participantes e os compromissos do Plano, em 31/12/2013.

Gráfico 5 - Distribuição de Usuários por Faixa-Etária

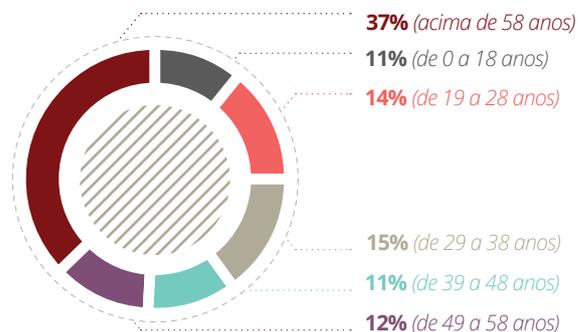
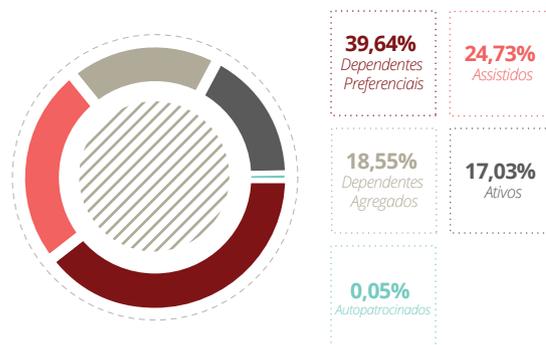
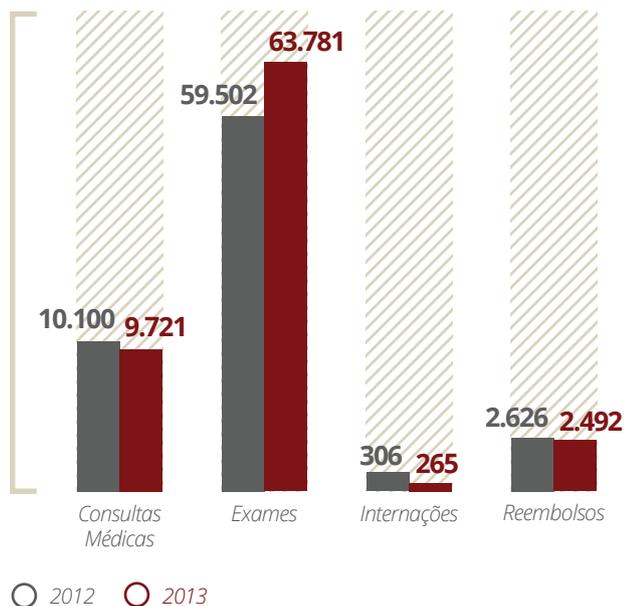


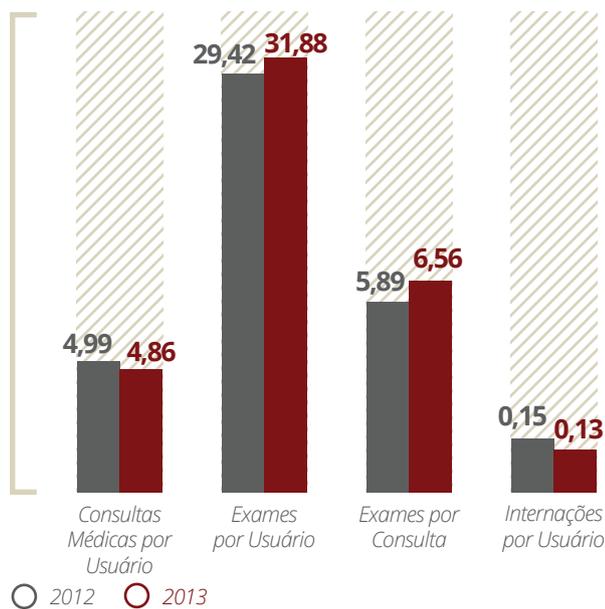
Gráfico 6 - Distribuição por Grupos de Usuários do Plano de Saúde



**Gráfico 7 – Serviços Prestados -
Procedimentos x Quantidade**



**Gráfico 8 – Procedimentos x Utilização Média
por Usuários do Pro-Saúde**



3.1.2. Sinistralidade

A sinistralidade de um Plano de Saúde é um índice que mostra o percentual das receitas assistenciais utilizado para custear as despesas assistenciais. Receitas assistenciais são aquelas oriundas das contribuições deduzidas do custeio administrativo e despesas assistenciais são decorrentes da utilização do Plano. Em operadoras de autogestão, espera-se um índice igual a 1,0.

Vale notar que no cálculo desse índice não são consideradas outras receitas, como as financeiras, obtidas dos investimentos feitos com as reservas, por exemplo.

Em 2013, as despesas assistenciais do Pro-Saúde totalizaram R\$ 8.566 mil e as receitas assistenciais, R\$ 7.469 mil. Assim, as despesas ultrapassaram as receitas assistenciais em 14,7%, sendo necessária a utilização de parte dos recursos de reservas acumuladas nos exercícios anteriores para fazer frente a este desequilíbrio.

Como origem desse desequilíbrio, ocorrido ao longo do ano a despeito do Plano de Custeio proposto, podemos citar a constante elevação dos custos assistenciais, seja pela renegociação de preços com os profissionais e estabelecimentos da Rede Credenciada, seja pela incorporação de novos e dispendiosos procedimentos terapêuticos, e a maior longevidade da população.

Inicialmente calculado em 25%, o reajuste anual aprovado para as contribuições para o Pro-Saúde foi de 8,24%. Foi utilizado o ganho real obtido pelo investimento das reservas acumuladas como fonte de custeio adicional.

Diante desse descompasso e impossibilidade de manutenção dessa política de subsídio no médio prazo, a Desban contratou a avaliação de alternativas que busquem restaurar o equilíbrio e preservar os benefícios oferecidos pelo Plano. Da mesma forma, para enfrentar o desafio de desacelerar o crescimento dos custos assistenciais, a DESBAN contratou a elaboração de um Perfil Epidemiológico da massa de seus usuários, com o objetivo de mapear sua condição de saúde e, assim, tentar agir antecipadamente nos quadros

previsíveis, evitando gastos mais elevados decorrentes dos quadros crônicos.

O gráfico 9 mostra a sinistralidade do Pro-Saúde em 2012 e 2013, além do índice médio apresentado por todas as operadoras de Autogestão para 2012, por ser o último dado disponível.

Gráfico 9 - Sinistralidade

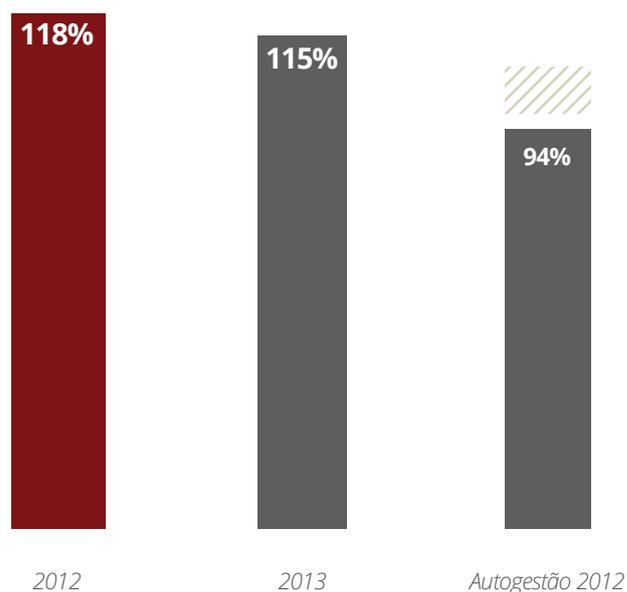


Tabela 1 - Sinistralidade

DESCRIÇÃO / ANO	RECEITA	DESPESA	SINISTRALIDADE
2008	6.141.683,28	4.585.233,22	74,66%
2009	6.645.363,82	4.441.904,48	66,84%
2010	5.814.201,63	4.676.601,03	80,43%
2011	6.350.696,65	5.178.698,61	81,55%
2012	6.924.377,85	8.172.153,41	118,02%
2013	7.468.931,32	8.565.856,71	114,69%

3.2. Programa Melhor Idade

O Programa Melhor Idade é um benefício assistencial, não obrigatório, ofertado pelo Pro-Saúde.

Seu objetivo é, por meio de um conjunto orientado de estratégias e ações integradas, promover a saúde e a prevenção de riscos e doenças, a compressão da morbidade e o aumento da qualidade de vida dos usuários titulares do Plano em gozo de benefício de aposentadoria com idade superior a 56 anos.

Para a definição do rol de exames preventivos individuais são levados em consideração fatores como a idade e de exposição a riscos tais como tabagismo, sedentarismo e obesidade, dentre outros.

3.3. Medicina Preventiva

O Programa de Medicina Preventiva, com custeio integral dos patrocinadores (BDMG e DESBAN), foi criado para buscar a identificação precoce dos potenciais fatores de risco e agravantes à saúde de seus empregados, permitindo a prevenção de eventuais processos patológicos.

Para definição do rol de exames preventivos individuais, são levados em consideração fatores como a idade e de exposição a riscos tais como tabagismo, sedentarismo e obesidade, dentre outros.

Dentro deste Programa, as seguintes ações foram realizadas em 2013:

- a) Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO dos empregados dos patrocinadores BDMG / DESBAN.
- b) Campanha preventiva e educativa – Programa de Imunização contra Gripe
- c) Parceria com o departamento de Gestão de Pessoas do BDMG e a CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes para realização do Programa de Qualidade de Vida, englobando as seguintes atividades:
 - a. Ginástica Laboral;
 - b. Ações de Saúde e Segurança;
 - c. Palestra e orientações sobre o “Headset”.



4. Investimentos

4.1. Política de Investimentos para 2014

4.1.1. Introdução

A Política de Investimentos estabelece as regras sob as quais a Desban deve investir os recursos dos Planos administrados e foi elaborada para assegurar o gerenciamento prudente e eficiente desses recursos em condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez.

O Conselho Deliberativo, em sua reunião de nº 217 E, realizada em 17/12/2013, aprovou a Política de Investimento do Plano de Benefícios Previdenciário BDMG, do Plano de Benefícios Previdenciário BDMG CV e do Plano de Gestão Administrativa – PGA, para o ano de 2014, consubstanciadas nos documentos “Política de Investimentos do Plano de Benefício Previdenciário BDMG”, “Política de Investimentos do Plano de Benefício Previdenciário BDMG CV”, e “Política de Investimentos do PGA”. Ainda nessa reunião,

a Diretora Financeira Íris Lanna de Moraes, CPF 489.370.296-34, foi designada como Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) para os Planos administrados pela Desban.

A Política do Plano de Benefícios Previdenciários BDMG foi elaborada em conformidade com o Estatuto e Regulamento da DESBAN, com base no seu grau de maturidade e na sua condição de Benefício Definido.

4.1.2. Alocação dos Ativos

A alocação estratégica corresponde à decisão de investimento de longo prazo, que leva em conta a estrutura do passivo (grau de maturidade) dos Planos de Benefícios, visando proporcionar rentabilidade necessária para garantir o equilíbrio

econômico e financeiro no longo prazo, otimizando sempre a relação risco versus retorno dos investimentos.

Atualmente, a Desban não possui opção de perfis de investimentos.

A distribuição da alocação demonstrada no quadro abaixo visa proporcionar, respeitando os limites estabelecidos pela legislação e pela própria

entidade, o retorno mínimo correspondente à meta atuarial, definida em IPCA + 5,75% a.a. para o Plano de Benefícios Previdenciários BDMG, IPCA + 4,00% a.a para o Plano de Benefícios Previdenciários BDMG CV e da taxa Selic para o Plano de Gestão Administrativa – PGA.

Importante salientar que os investimentos são realizados garantindo a liquidez necessária para os desembolsos previstos e oportunidades de mercado.

Alocação-objetivo dos Planos para o ano 2013

Tabela 11 – Plano de Benefícios Previdenciários BDMG

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	LIMITE LEGAL	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		
		LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	ALVO
Renda fixa	100%	0%	100%	65%
Renda Variável	70%	0%	70%	18%
Investimentos Estruturados	20%	0%	20%	10%
Investimentos no Exterior	10%	0%	10%	0%
Imóveis	8%	0%	8%	5%
Operações com Participantes	15%	0%	15%	2%

Tabela 12 – Plano de Benefícios Previdenciários BDMG - CV

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	LIMITE LEGAL	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		
		LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	ALVO
Renda fixa	100%	0%	100%	65%
Renda Variável	70%	0%	70%	10%
Investimentos Estruturados	20%	0%	20%	10%
Investimentos no Exterior	10%	0%	10%	0%
Imóveis	8%	0%	8%	0%
Operações com Participantes	15%	0%	15%	15%

Tabela 13 - Plano Assistencial

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	LIMITE LEGAL	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		
		LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	ALVO
Renda fixa	100%	0%	100%	100%

Tabela 14 – Plano de Gestão Administrativa - PGA

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	LIMITE LEGAL	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		
		LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	ALVO
Renda fixa	100%	0%	100%	80%
Renda Variável	70%	0%	70%	20%
Investimentos Estruturados	20%	0%	20%	0%
Investimentos no Exterior	10%	0%	10%	0%
Imóveis	8%	0%	8%	0%

4.1.3. Rentabilidade

A rentabilidade dos investimentos para os segmentos em que são investidos os recursos dos Planos foram projetadas considerando as condições de mercado e estão descritas abaixo:

PLANO / SEGMENTO PREVIDENCIAL BD	2012	1ºSEM. 2013	2014
Plano	29,59%	-6,98%	12,39%
Renda Fixa	36,03%	-7,72%	11,99%
Renda Variável	18,04%	-7,48%	15,50%
Investimentos Estruturados	-66,87%	-5,09%	6,42%
Investimentos no Exterior	-	-	16,50%
Imóveis	5,12%	2,04%	9,79%
Operações com participantes	17,29%	9,27%	16,47%

PLANO CV	2012	1ºSEM. 2013	2014
Plano	9,85%	-2,16%	11,15%
Renda Fixa	8,72%	-1,08%	11,03%
Renda Variável	-	-7,61%	15,50%
Investimentos estruturados	13,70%	-7,39%	8,22%
Investimentos no Exterior	-	-	16,50%
Operações com participantes	-	-	16,47%
PLANO / SEGMENTO PREVIDENCIAL PGA	2012	1ºSEM. 2013	2014
Plano	12,48%	-1,99%	11,18%
Renda Fixa	11,55%	-0,57%	11,18%

4.1.4. Controle de Riscos

a) Risco de Mercado: O risco de mercado decorre da possibilidade de se obter perdas com o resultado das oscilações de preços dos ativos. É o risco de se perder dinheiro resultante da mudança ocorrida no valor percebido de um investimento. O exemplo clássico de risco de mercado é a perda resultante das variações negativas das cotações dos papéis negociados na Bolsa de Valores. A Desban utiliza Divergência não Planejada – DNP para gerenciar o risco de mercado de seus investimentos.

b) Risco de Liquidez: A liquidez de médio/longo prazo é controlada através de estudos de ALM realizados frequentemente, que permitem confrontar a situação patrimonial com os fluxos financeiros atuariais do Desban. No curto prazo, a necessidade de fluxo de Desban é coberta por aplicações contratadas com liquidez ou com vencimento coincidente com o fluxo e por resgates de cotas dos fundos de investimento. A Desban monitora esse risco utilizando-se do DRAA – Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial assim como pelo controle interno das posições vis-à-vis às futuras exigências financeiras.

c) Risco de Crédito: Está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos. A Desban gerencia o risco de crédito através de análises de crédito, levando em consideração a solvência do emissor, através de análise quantitativa e qualitativa. O investimento/manutenção dos recursos é recomendado pelo Comitê de Investimentos e aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo.

d) Risco Legal: Gerenciamento feito através da atualização constante da legislação vigente a todos os envolvidos nas atividades afins via calendário de obrigações, treinamento interno e externo. Também é feito o acompanhamento constante da metodologia aplicada às atividades, buscando mitigar o descumprimento dos normativos legais. Risco Legal decorrente de processos judiciais - Gerenciamento feito através de gestão administrativa dos processos judiciais em curso junto aos escritórios contratados para prestação de serviços jurídicos.

e) Risco Operacional: Gerenciado através de sua estrutura interna de controles, a qual inclui uma relação de controles para padronizar a linguagem e facilitar o entendimento de riscos e controles por todos os funcionários. A estrutura inclui os manuais de procedimentos, código de ética, regimento interno, treinamento constante em todas as áreas, sistemas informatizados e segregação de função adequada ao porte da fundação. As atividades e os processos passam por avaliações periódicas, identificando os riscos inerentes e a eficácia dos controles em uso. Como resultado a Fundação implementa Planos de ação para mitigar os riscos identificados e aprimorar os controles.

f) Risco Sistêmico: O nível de risco sistêmico no sistema financeiro tem sido objeto de constante preocupação no âmbito de organismos internacionais e autoridades de supervisão. Em um país com elevado grau de regulamentação que adota mecanismos de controle e segurança do sistema financeiro como o Brasil, o risco sistêmico é apenas minimizado, pois não há como ser controlado. A Desban avalia e mensura o risco sistêmico através da classificação das instituições financeiras e privadas pelo seu grau de risco. Cabe também destacar a diversificação realizada nos investimentos como forma de diminuir os efeitos dos riscos de ativos das diversas instituições financeiras.

g) Risco de Desenquadramento: A Desban acompanha o enquadramento das aplicações e a aderência à Política de Investimentos através de relatórios gerenciais gerados a partir dos sistemas de controladoria de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Imóveis e Empréstimos assim como através do termo de deliberação dos investimentos.

4.1.5. Limite Máximo de Diversificação

4.1.5.1. Limites por Emissor e por Concentração

Limites por Emissor

Tabela 19 – Limites de Diversificação por emissor

EMISSOR	RESOLUÇÃO 3792 (% TRP)	DESBAN (% TRP)
Instituição Financeira autorizada pelo Bacen	20,00%	12,00%
Tesouro Estadual ou Municipal	10,00%	10,00%
Companhia aberta com registro na CVM ou assemelhada	10,00%	10,00%
Organismo multilateral	10,00%	10,00%
Companhia Securitizadora	10,00%	10,00%
Patrocinador de plano de benefícios	10,00%	10,00%
Tesouro Nacional	100,00%	100,00%
Demais emissores	10,00%	10,00%
Fundos de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	10,00%	10,00%

* TRP: Total dos Recursos do Plano

Limites de Concentração por Emissor

Tabela 20 – Limites de Concentração por emissor

EMISSOR	RESOLUÇÃO 3792 (% TRP)	DESBAN (% TRP)
% do capital total de uma mesma companhia aberta	25,00%	25,00%
% do capital votante de uma mesma companhia aberta ou de uma mesma SPE	25,00%	25,00%
% do PL de uma mesma instituição financeira	25,00%	25,00%
% do PL de um fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	25,00%	25,00%
% do PL de um fundo de investimentos classificado no segmento de investimentos estruturados	25,00%	25,00%
% do PL de fundo de investimentos classificado no segmento de investimentos no exterior	25,00%	25,00%
% do PL de fundo de índice do exterior negociados em bolsa de valores do Brasil	25,00%	25,00%
% do PL do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário	25,00%	25,00%
% Fundos de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	25,00%	25,00%

Limites de Concentração por Investimento

Tabela 21 – Limites de Concentração por Investimento

INVESTIMENTOS	RESOLUÇÃO 3792 (% TRP)	DESBAN (% TRP)
Uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	25,00%	25,00%
Uma mesma classe ou série de cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios	25,00%	25,00%
Um mesmo empreendimento imobiliário	25,00%	25,00%

4.1.6. Gestão dos Recursos para os Planos de Benefícios Previdenciários e PGA

A gestão dos recursos é feita de forma mista, conjugando gestão interna e contratação de gestores externos. O processo de seleção, contratação e destituição de gestores externos, segue padrões técnicos e de performance definidos pela Diretoria Executiva, que levam em conta os riscos técnico, gerencial e de não compliance associados ao gestor, bem como seu histórico de desempenho na gestão de recursos. No processo de escolha de gestores de fundos de investimentos externos, são analisados os aspectos qualitativos e quantitativos, descritos a seguir:

a) Qualitativos:

- Tradição no Mercado;
- Sistema interno de informação;
- Sistema interno de gerenciamento de riscos;
- Capacitação técnica ao atendimento dos objetivos da DESBAN;
- Adesão à Política de Investimentos;
- Fornecimento de relatórios necessários para estabelecer controle externo;
- Qualidade no atendimento;
- Fornecimento de Pesquisa;
- Compliance;
- Taxas cobradas para Gestão dos Recursos x Serviços.

b) Quantitativos:

A área financeira da DESBAN realiza o acompanhamento mensal da avaliação dos serviços fornecidos pelos gestores através da avaliação dos seguintes parâmetros:

- Rentabilidade x Benchmark;
- Adesão à Política de Investimentos;
- Relação risco/retorno e outras métricas de risco de mercado.

A estratégia de formação de preço é definida pela Fundação (custodiante) e pelo gestor externo.

A Fundação adota critérios para o acompanhamento mensal das estratégias formuladas ou desempenhadas, observando a aderência dos fundos aos seus mandatos, para avaliação do desempenho dos gestores escolhidos. A avaliação de desempenho do gestor fornece indicações quanto à continuação ou ao término da gestão terceirizada com o mesmo.

4.1.7. Metodologia para apreçamento dos ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários nos quais a Fundação aplica recursos podem ser precificados a valor de mercado, de acordo com os critérios recomendados pela CVM, ANBIMA e Manual de precificação do custodiante, ou contabilizados até o vencimento pela taxa do papel, método usualmente chamado de marcação na curva, prevista pela Resolução MPAS/CGPC N° 4, DE 30 DE JANEIRO DE 2002 e pela Resolução 3.086 do Banco Central.

4.1.8. Derivativos

Serão permitidas operações com derivativos de renda fixa e renda variável na modalidade “com garantia” para hedge e/ou posicionamento, na forma e limites estabelecidos por lei.

Não serão permitidos investimentos em derivativos que gerem exposição superior a uma vez os recursos garantidores do Plano de benefícios ou o patrimônio líquido dos fundos.

4.1.9. Princípio socioambiental

Serão observados nos investimentos os princípios de responsabilidade socioambiental embora sem adesão a nenhum tipo de protocolo de regras.

4.2. DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS EM 2013

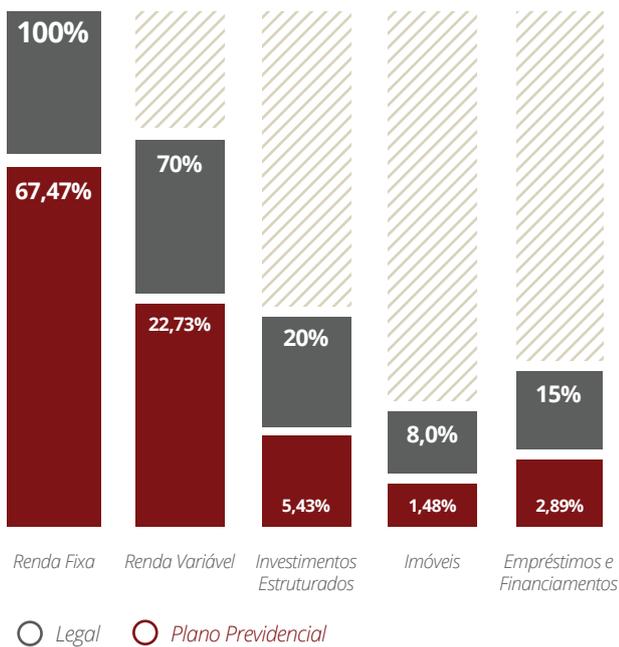
As aplicações dos recursos das entidades fechadas de previdência complementar são feitas em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN n° 3.792, e demais regulamentações aplicáveis observadas as condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez.

Atendendo a essas diretrizes e à Política de Investimentos, os Planos administrados pela DESBAN encerraram o exercício de 2013 enquadrados nos limites regulamentares e internos.

4.2.1. Alocação dos Ativos por Plano

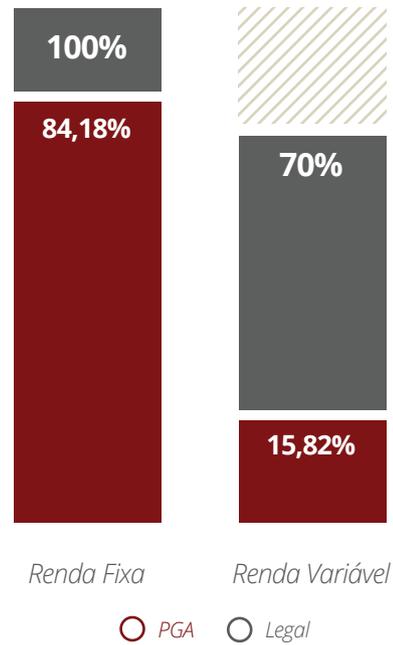
Plano de Benefícios Previdenciários BDMG

Gráfico 11 - Alocação dos Ativos x Limites Legais



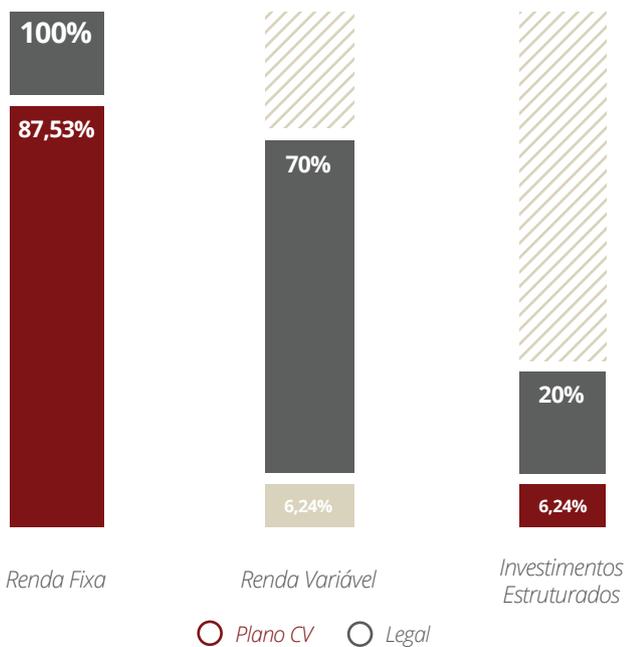
Plano de Gestão Administrativa – PGA

Gráfico 13 - Alocação dos Ativos x Limites Legais



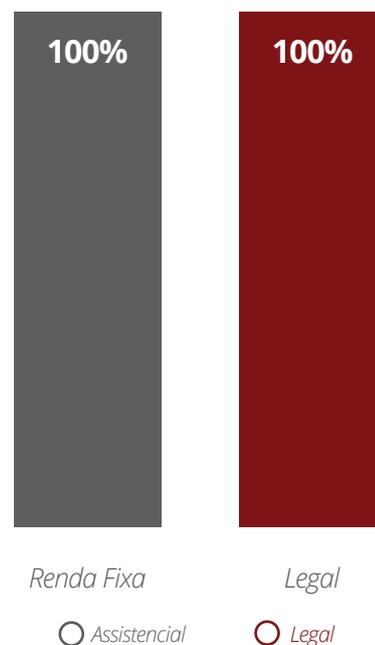
Plano de Benefícios Previdenciários BDMG - CV

Gráfico 12 - Alocação dos Ativos x Limites Legais



Plano Assistencial

Gráfico 14 - Alocação dos Ativos x Limites Legais

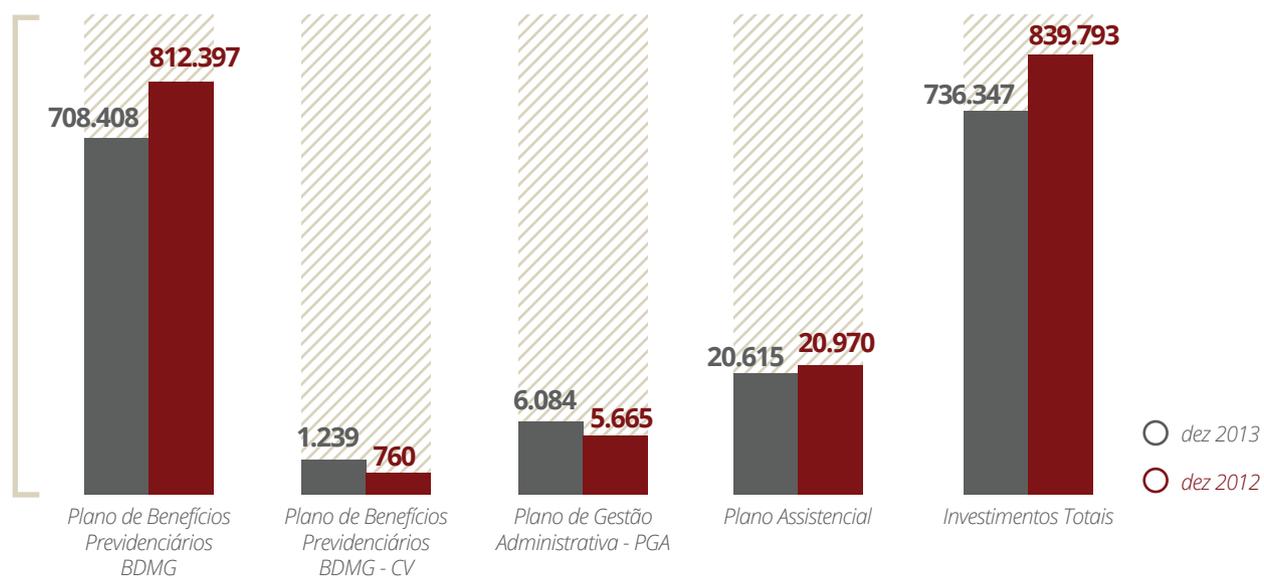


4.2.2. Alocação dos Ativos

Composição dos Investimentos

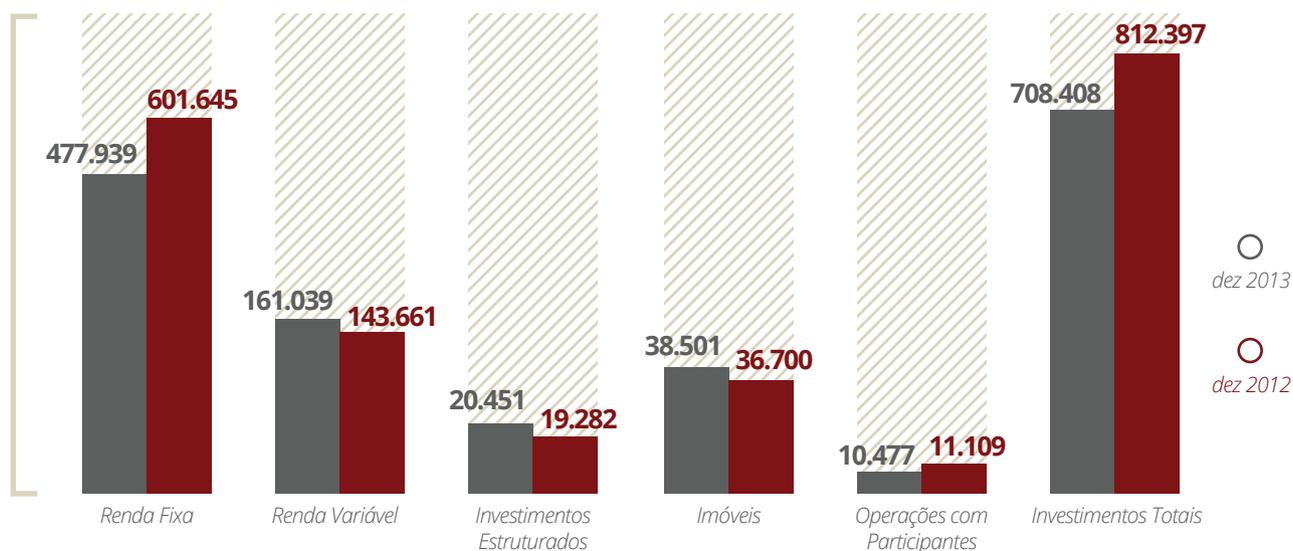
Gráfico 15 – Composição dos Investimentos

Total dos Recursos Administrados pela DESBAN



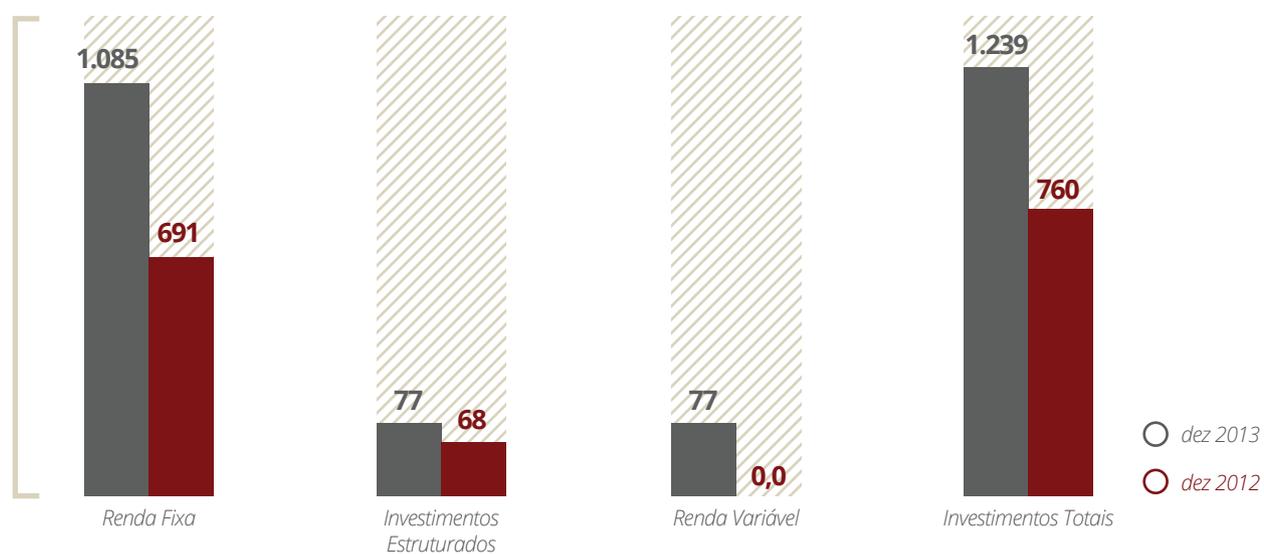
PLANOS	2013		2012	
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
Plano de Benefícios Previdenciários BDMG	708.408	96,21%	812.397	96,74%
Planos de Benefícios Previdenciários BDMG - CV	1.239	0,17%	759	0,09%
Plano de Gestão Administrativa - PGA	6.084	0,83%	5.667	0,67%
Plano Assistencial	20.615	2,80%	20.970	2,50%
Investimento total	736.347	100,00%	839.793	100,00%

Gráfico 16 – Rentabilidade do Plano BD por Segmento



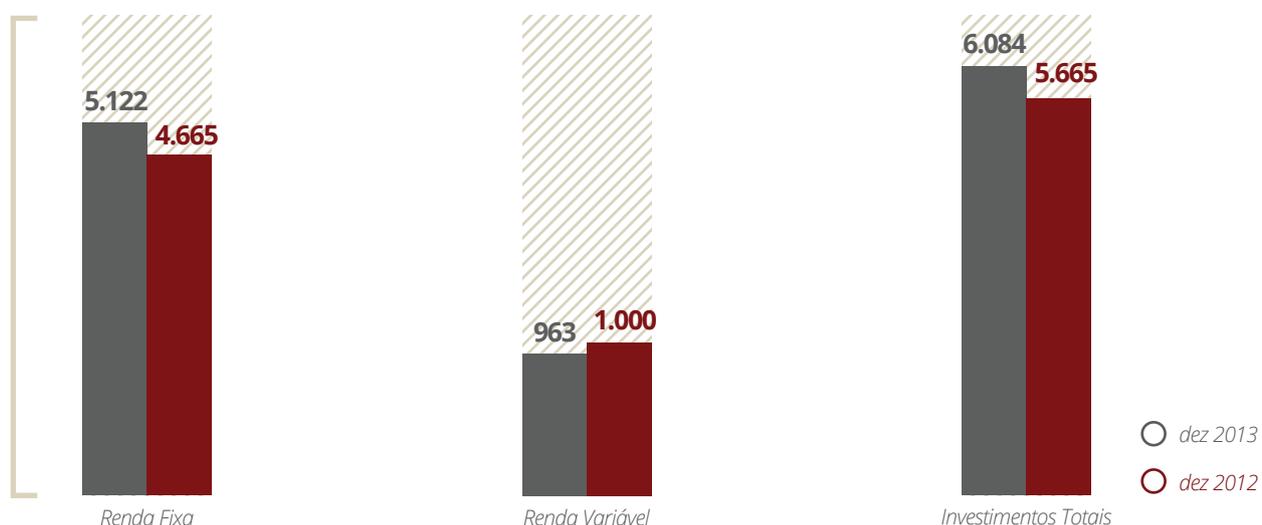
SEGMENTO DE APLICAÇÃO	DEZ/2013		DEZ/2012	
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
Renda Fixa	477.939	64,47%	601.645	74,06%
Renda Variável	161.039	22,73%	143.661	17,68%
Investimentos Estruturados	20.451	2,89%	19.282	2,37%
Imóveis	38.501	5,43%	36.700	4,52%
Operação Participante	10.477	1,48%	11.109	1,37%
Investimento total	708.408	100,00%	812.397	100,00%

Gráfico 17 – Rentabilidade do Plano BDMG CV por Segmento



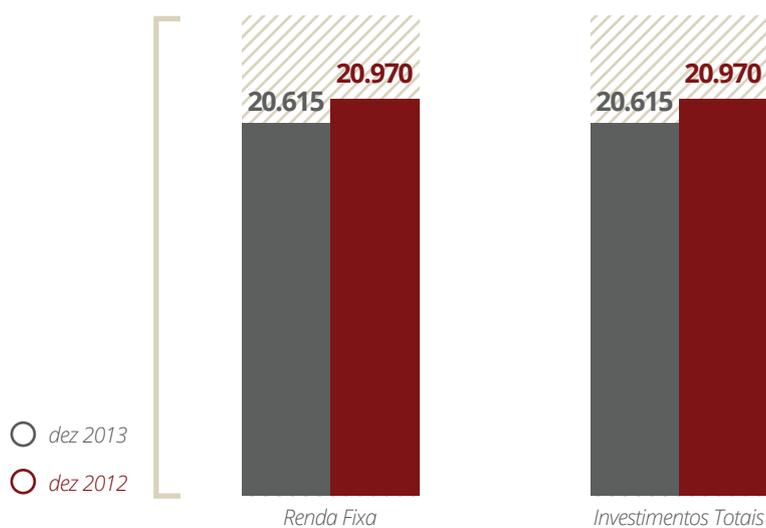
SEGMENTO DE APLICAÇÃO	DEZ/2013		DEZ/2012	
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
Renda Fixa	1.085	93,35%	691	91,02%
Investimentos Estruturados	77	6,65%	68	8,98%
Renda Variável	77	6,65%	0	0,0%
Investimento total	1.162	100,00%	760	100,00%

Gráfico 18 – Rentabilidade do PGA por Segmento



SEGMENTO DE APLICAÇÃO	DEZ/2013		DEZ/2012	
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
Renda Fixa	5.122	84,18%	4.665	82,34%
Renda Variável	963	15,82%	1.001	17,66%
Investimento total	6.084	100,00%	5.665	100,00%

Gráfico 19 – Rentabilidade do Plano Assistencial por Segmento



SEGMENTO DE APLICAÇÃO	DEZ/2013		DEZ/2012	
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
Renda Fixa	20.615	100,00%	20.970	100,00%
Investimento total	20.615	100,00%	20.970	100,00%

4.2.3. Quadro Demonstrativo das Aplicações por Segmento

Tabela 23 – Composição da Carteira de Investimentos

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DA DESBAN / 2013 - EM R\$ MIL										
SEGMENTO	PLANO BDMG		PLANO BDMG CV		ASSISTENCIAL		PGA		CONSOLIDADO	
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
SEGMENTO DE RENDA FIXA	477.939	67,47%	1.085	87,53%	20.615	100,0%	5.122	84,18%	504.761	68,55%
Títulos Públicos	274.218	38,71%	-	0,00%	16.243	78,79%	1.345	22,11%	291.806	39,63%
NTN-B	274.218	38,71%	-	0,00%	16.243	79,79%	1.345	22,11%	291.806	39,63%
LFT	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Títulos Privados	110.959	15,66%	257	20,74%	3.168	15,37%	1.215	19,96%	115.599	15,70%
CDB	70.655	9,97%	200	16,17%	3.168	15,37%	1.103	18,12%	75.127	10,20%
DPGE	15.108	2,13%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	15.108	2,05%
DEBENTURES	25.196	3,56%	57	4,56%	-	0,00%	112	1,84%	25.365	3,44%
LF	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS - RF	92.762	13,09%	828	66,79%	1.204	5,84%	2.562	42,11%	97.356	13,22%
Fundos de Investimento	64.032	9,04%	828	66,79%	1.204	5,84%	2.562	42,11%	68.626	9,32%
FIDC'S	28.730	4,06%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	28.730	3,90%
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	161.039	22,73%	77	6,24%	-	0,00%	963	15,82%	162.079	22,01%
Fundos de ações	161.039	22,73%	77	6,24%	-	0,00%	963	15,82%	162.079	22,01%
SEGMENTO DE INV. ESTRUTURADOS	20.451	2,89%	77	6,24%	-	0,00%	-	0,00%	20.527	2,79%
FIP Investimentos Participações	5.891	0,83%	19	1,52%	-	0,00%	-	0,00%	5.910	0,80%
FII Investimento Imobiliário	14.560	2,06%	58	4,71%	-	0,00%	-	0,00%	14.618	1,99%
SEGMENTO DE IMÓVEIS	38.501	5,43%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	38.501	5,23%
Locados a Terceiros	38.501	5,43%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	38.501	5,23%
SEG. OPERAÇÕES PARTICIPANTES	10.477	1,48%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	10.477	1,42%
Empréstimo	10.460	1,48%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	10.460	1,42%
Financiamento Imobiliário	17	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	17	0,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	708.408	100%	1.239	100,0%	20.615	100,0%	6.084	100,0%	736.347	100,0%

4.2.4. Rentabilidade dos Investimentos

No que tange ao mercado financeiro, o ano de 2013 foi marcado principalmente pelo anúncio da intenção de se iniciar a retirada dos estímulos monetários nos EUA, fenômeno conhecido como tapering. Tal anúncio ocorreu em abril/13, fundamentado pelos sinais de recuperação da economia americana, com números melhores no mercado de trabalho, na atividade industrial, no varejo e no mercado imobiliário. Por sua vez, o FED (Banco Central Americano) mantém-se cauteloso quanto à trajetória da taxa de juros, ao deixar claro que o desemprego precisa cair bem abaixo de 6,5% para que os juros possam subir novamente. A consequência destes fatores foi uma reprecificação geral dos diversos ativos no mundo, com

subida de taxa de juros impactando fortemente as aplicações em renda fixa, significativas oscilações no câmbio e uma Bolsa brasileira sem nenhum brilho.

O Brasil não saiu da condição de mercado emergente neste cenário em que os países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos, mantem um processo que vai se revelando cada vez mais estrutural e sustentável. As mazelas domésticas, que estavam relegadas a um Plano menos eminente no cenário de fraqueza global, começam a ficar sozinhas em cena e ganham a notoriedade devida. A falta de iniciativas do Governo diante de temas centrais, a leniência na condução da inflação, os gastos sem rígido controle, contabilidade pública sem credibilidade e um possível rebaixamento de rating do Brasil, resultam em menos apetite por investimentos no país.

O Brasil deixou de aproveitar os momentos de bonança para executar as reformas necessárias. Agora, pagaremos com inflação e taxa de juros altos, e com isso, crescimento insatisfatório.

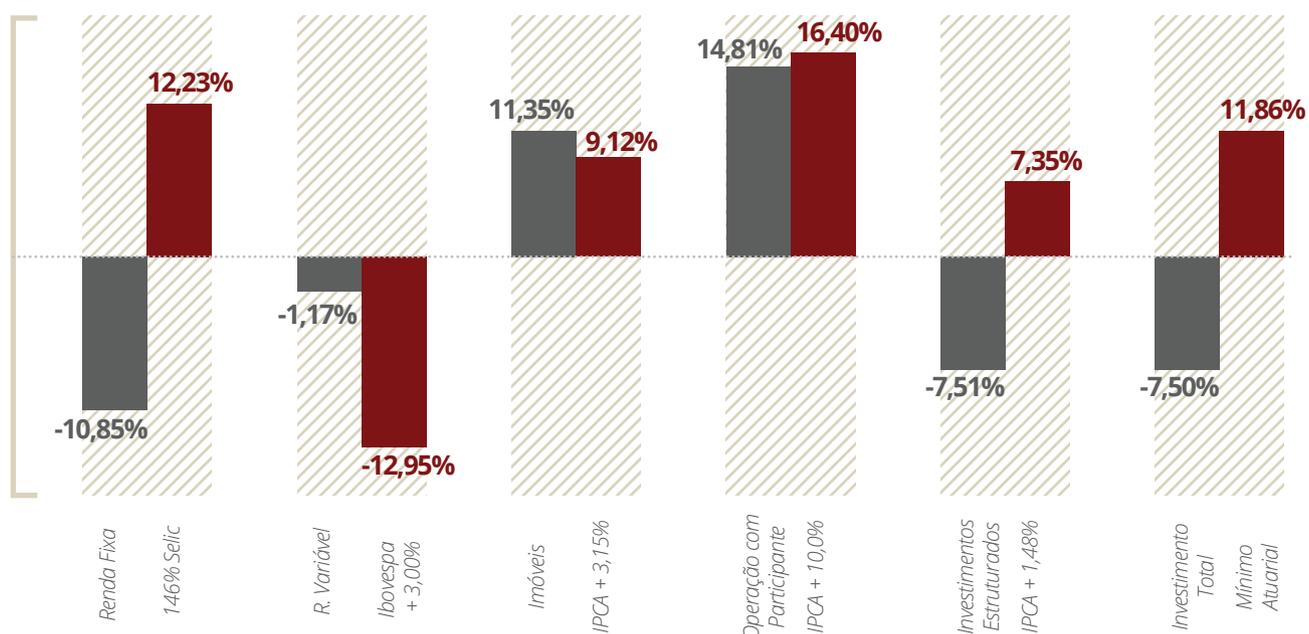
Este ano teremos eleições presidenciais o que gera bastante volatilidade. O fato é que independente de quem seja o novo presidente, reformas fiscais deverão ser realizadas imediatamente, visando a contenção de gastos e consequente diminuição da dívida pública brasileira. Acreditamos que estas reformas só entrarão em vigor no ano de 2015.

4.2.4.1. Plano de Benefícios Previdenciários BDMG

A rentabilidade do Plano em 2013 foi negativa em 7,49% a.a., resultado decorrente principalmente do desempenho do segmento de renda fixa, com rentabilidade negativa em 10,58% a.a., influenciada principalmente pela subida das taxas de juros, o que afetou negativamente os preços dos ativos marcados a mercado. A rentabilidade do Plano também foi impactada pelo segmento de renda variável que apresentou retorno negativo de 1,16% a.a., embora significativamente superior ao índice Ibovespa cujo retorno foi negativo em 15,48% a.a.

O segmento de investimento estruturado obteve retorno negativo de 7,5% a.a. em função da combinação de retorno negativo dos fundos imobiliários, combinado com a fase de investimento em fundos de participações que ainda encontram-se em fase de maturação. Também pesou no resultado deste segmento o investimento no fundo FIEE-LIFE que tem como único ativo o Hospital Lifecenter. Demais segmentos foram mais rentáveis frente ao mínimo atuarial.

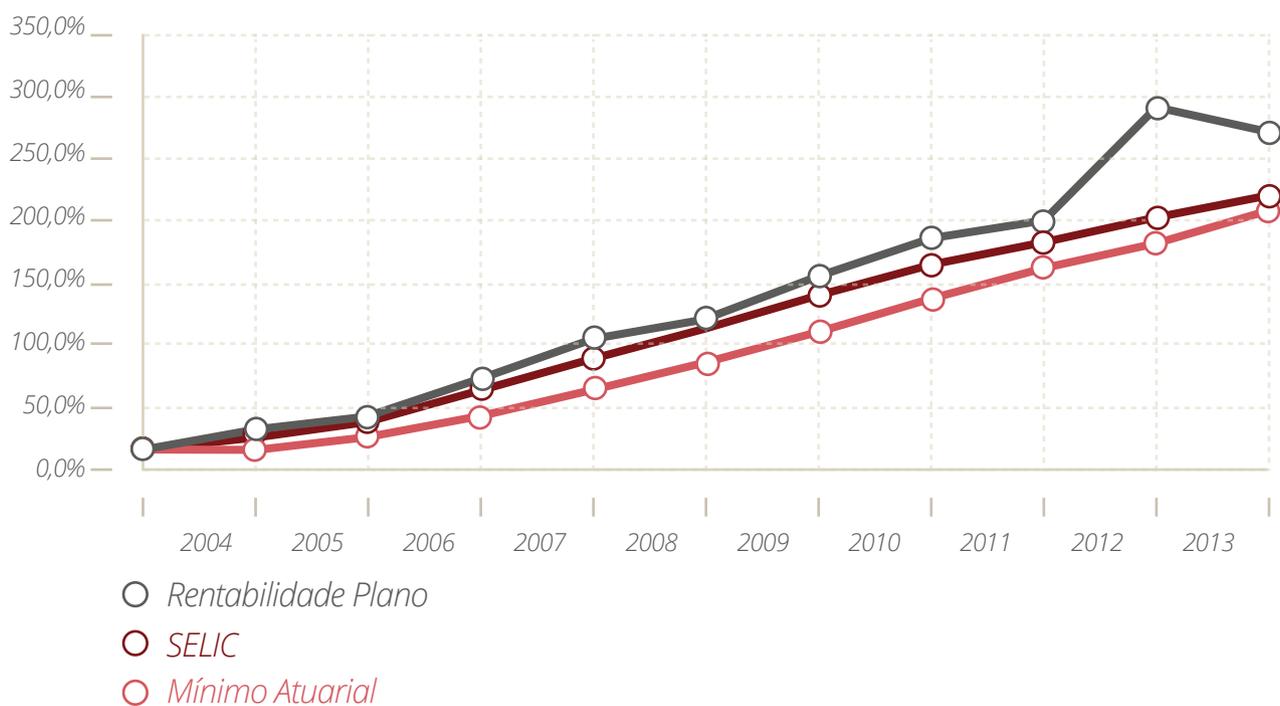
Gráfico 20 – Rentabilidade Bruta do Plano de Benefícios Previdenciários BDGM em 2013



SEGMENTO	RENT.BRUTA	RENT. LÍQUIDA	MIN. ATUARIAL IPCA +5,0% A.A	RENT. BRUTA X MIN. ATUARIAL	RENT. LÍQUIDA X MIN. ATUARIAL
Segmento de Renda Fixa	-10,85%	-11,32%	11,06%	-19,73%	-20,15%
Segmento Renda Variável	-1,17%	-1,69%	11,06%	-11,01%	-11,48%
Seg. de Invest. Estruturado	-7,51%	-7,99%	11,06%	-16,72%	-17,15%
Segmento Imóveis	11,35%	10,76%	11,06%	0,26%	-0,27%
Seg. de Ope. com Participantes	14,81%	14,18%	11,06%	3,38%	2,81%
Plano de Benefício Previdenciário BDGM	-7,50%	-7,99%	11,06%	-16,71%	-17,15%

Ao ver um retorno negativo dos investimentos é normal o participante se preocupar com a gestão destes recursos e o impacto sobre o futuro do Plano, principalmente quando este apresenta resultado deficitário. No entanto, é necessário entender que devido à natureza de longo prazo do passivo do Plano, a estratégia de investir em ativos também de longo prazo tende a apresentar maior volatilidade. Como exemplo, tomemos a rentabilidade do plano em 2012 (29,61%) versus a de 2013 (-7,50%). Por outro lado, investimentos dessa natureza costumam trazer retornos maiores que os esperados e, por isso, sua análise deve ser feita em períodos mais longos, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 21 - Índices Acumulados nos Últimos 10 anos

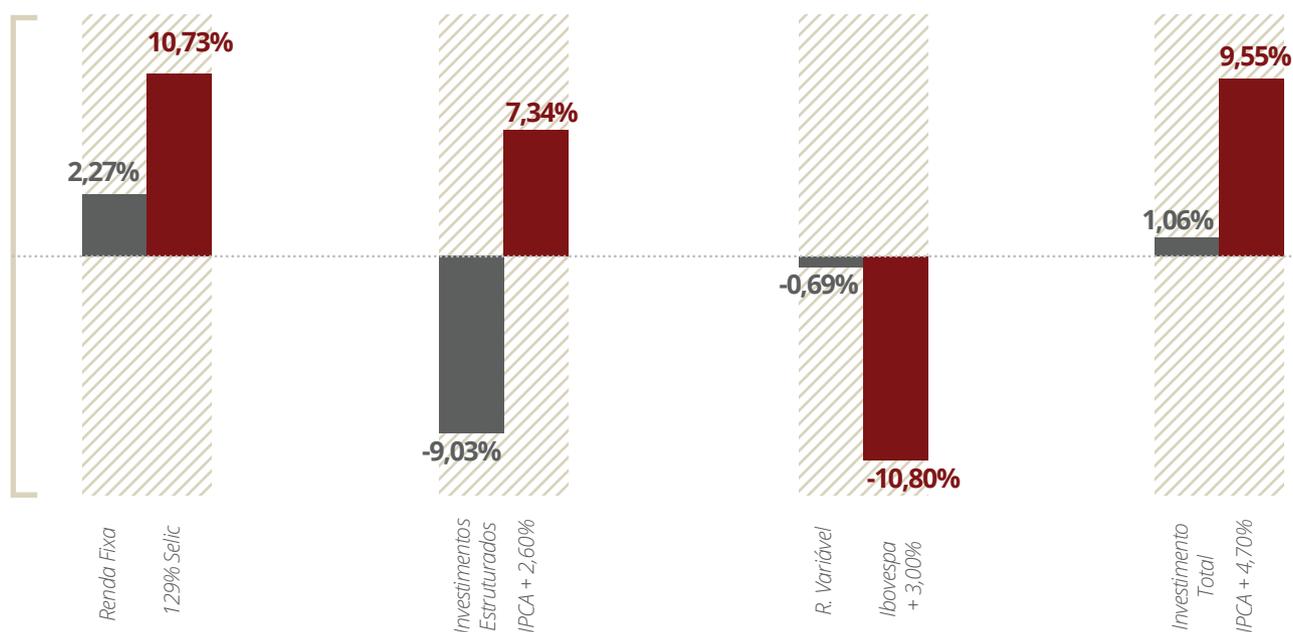


4.2.4.2. Plano de Benefícios Previdenciários BDMG CV

A rentabilidade do Plano em 2013 foi de 1,06% a.a., inferior ao benchmark de 9,55% a.a. (IPCA + 4,70% a.a.). Tal resultado decorre do aumento das taxas de juros cujo impacto incidu negativamente nos ativos marcados a mercado do segmento de renda fixa e nos fundos imobiliários que compõe o segmento de investimento estruturado. Também contribuiu para este resultado o segmento de renda variável que apresentou retorno negativo de 0,69% a.a., embora significativamente superior ao índice Ibovespa cujo retorno foi negativo em 15,48% a.a.

Entretanto, o segmento de investimento estruturado deve ser analisado em um período mais extenso devido a natureza de longo prazo de maturação dos investimentos. Importante salientar que a política adotada na alocação dos ativos visa a diversificação do portfólio visando otimizar a relação risco x retorno no longo prazo.

Gráfico 22 – Rentabilidade Bruta do Plano BDMG CV em 2013

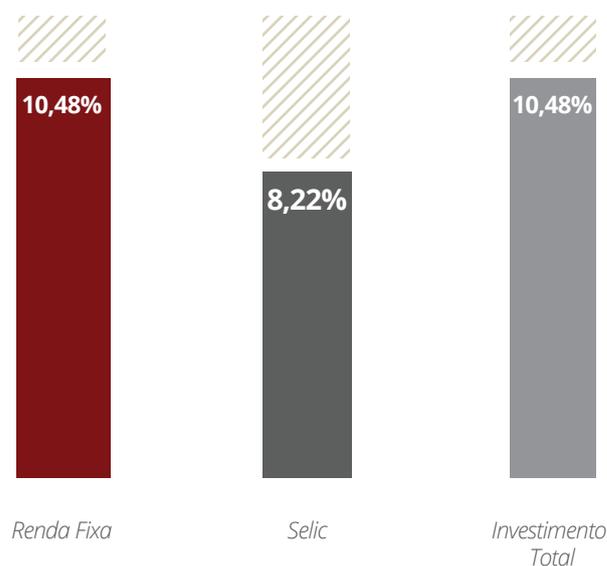


SEGMENTO	RENT. BRUTA	RENT. LÍQUIDA	MIN. ATUARIAL IPCA + 4,7% A.A	RENT. BRUTA X ÍNDICE DE REFERÊNCIA	RENT. LÍQUIDA X ÍNDICE DE REFERÊNCIA
Segmento de Renda Fixa	2,26%	1,67%	9,55%	-6,65%	-7,19%
Segmento Renda Variável	-0,68%	-1,52%	9,55%	-9,34%	-10,10%
Seg. de Invest. Estruturado	-9,02%	-9,76%	9,55%	-16,95%	-14,63%
DESBAN CV Total	1,06%	0,47%	9,55%	-7,75%	-8,29%

4.2.4.3. Plano Assistencial

A rentabilidade do Plano em 2013 foi de 10,48% a.a., resultado superior em 2,26 pontos percentuais frente à Selic, 8,22%, representando 127,47% do benchmark.

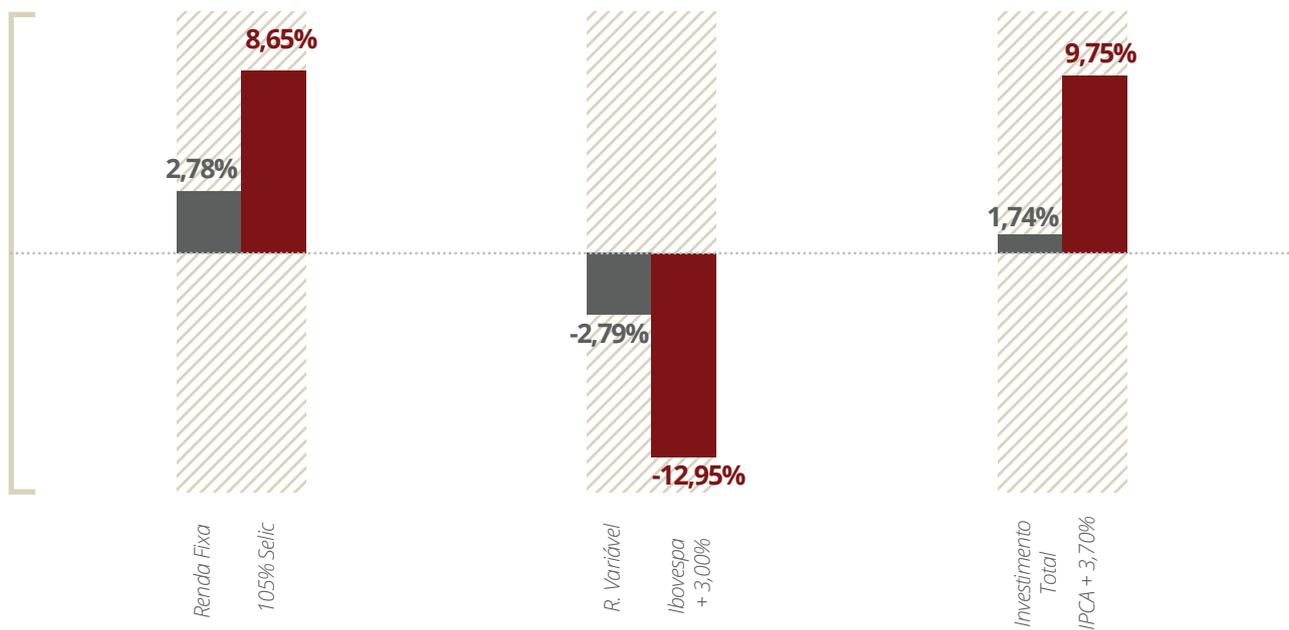
Gráfico 23 – Rentabilidade Bruta do Plano de Assistencial em 2013



4.2.4.4. Plano de Gestão Administrativa – PGA

A rentabilidade do Plano em 2013 foi de 1,73%, superior ao benchmark composto de (80% Selic + 20% Ibovespa) cujo retorno foi de 0,16% no ano. O resultado foi inferior à Selic do período tendo em vista a subida da taxa de juros que afeta temporariamente os preços dos ativos marcados a mercado, mais especificamente o segmento de renda fixa representado por títulos públicos federais.

Gráfico 24 – Rentabilidade Bruta do PGA em 2013



SEGMENTO	RENT.BRUTA	RENT. LÍQUIDA	SELIC	RENT. BRUTA X ÍNDICE DE REFERÊNCIA	RENT. LÍQUIDA X ÍNDICE DE REFERÊNCIA
Segmento de Renda Fixa	2,78%	2,27%	8,22%	-5,03%	-5,50%
Segmento Renda Variável	-2,79%	-3,25%	8,22%	-10,17%	-10,60%
PGA Total	1,74%	1,30%	8,22%	-5,99%	-6,39%

4.2.4.5. Gestão Própria e Terceirizada

COMPOSIÇÃO TOTAL DOS PLANOS DESBAN / 2013 - EM R\$ MIL						
SEGMENTO	TOTAL DOS INVESTIMENTOS		GESTÃO PRÓPRIA		GESTÃO TERCEIRIZADA	
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
Segmento de Renda Fixa	484.145	67,64%	416.723	89,48%	67.422	26,97%
Segmento de Renda Variável	162.079	22,65%	-	0,00%	162.079	64,82%
Segmento de Investimentos Estruturados	20.528	2,87%	-	0,00%	20.528	8,21%
Segmento de Operação com Participante	10.477	1,46%	10.477	2,25%	-	0,00%
Segmento de Imóveis	38.501	5,38%	38.501	8,27%	-	0,00%
Total	715.731	100%	465.702	100,0%	250.030	100,0%

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS PLANO PREVIDENCIÁRIO BDMG / 2013 - EM R\$ MIL						
SEGMENTO	TOTAL DOS INVESTIMENTOS		GESTÃO PRÓPRIA		GESTÃO TERCEIRIZADA	
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
Segmento de Renda Fixa	477.939	67,47%	413.906	89,42%	64.032	26,08%
Segmento de Renda Variável	161.039	22,73%	-	0,00%	161.039	65,59%
Segmento de Investimentos Estruturados	20.451	2,89%	-	0,00%	20.451	8,33%
Segmento de Operação com Participante	10.477	1,48%	10.477	2,26%	-	0,00%
Segmento de Imóveis	38.501	5,43%	38.501	8,32%	-	0,00%
Total	708.408	100%	462.885	100,0%	245.523	100,0%

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PLANO PREVIDENCIAL CV / 2013 - EM R\$ MIL						
SEGMENTO	TOTAL DOS INVESTIMENTOS		GESTÃO PRÓPRIA		GESTÃO TERCEIRIZADA	
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
Segmento de Renda Fixa	1.085	87,53%	257	100,00%	828	84,26
Segmento de Renda Variável		0,00%		0,00%	77	7,87%
Segmento de Investimentos Estruturados	77	0,01%	-	0,00%	77	0,03%
Total	1.239	100%	462.885	100,0%	982	100,0%

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PLANO PREVIDENCIAL CV / 2013 - EM R\$ MIL

SEGMENTO	TOTAL DOS INVESTIMENTOS		GESTÃO PRÓPRIA		GESTÃO TERCEIRIZADA	
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
	Segmento de Renda Fixa	5.122	84,18%	2.560	100,00%	2.562
Segmento de Renda Variável	963	15,82%	-	0,00%	963	27,31%
Total	6.084	100%	2.560	100,0%	3.525	100,0%

GESTÃO TERCEIRIZADA DESBAN

GESTOR	R\$ MIL	%
Fundo Itaú Soberano Referenciado DI	65.172	26,30%
BNY Mellon ARX FIA	25.224	10,18%
Bogari FIC FIA	23.146	9,34%
Guepardo Insti. 60 FIC FIA	23.536	9,50%
Itaú RPIA Ações IBOVESPA	23.432	9,46%
BTG Dividendos FIA	24.807	10,01%
Sulamerica Expertise FIA	22.783	9,20%
Vinci Gás Dividendos FIC FIA	19.150	7,73%
Patria Real State II FIQ FIP	2.758	1,11%
Patria Real State III FIQ FIP	1.856	0,75%
Lacan Floresta Participações	1.296	0,52%
Fundo Imobiliário Agência Caixa	9.287	3,75%
FII BTG PActual Office Fund	4.419	1,78%
BTG PActual Infraestrutura FIC FIP	912	0,37%
Total	247.780	100,0%

GESTÃO TERCEIRIZADA PLANO BD

GESTOR	R\$ MIL	%
Fundo Itaú Soberano Referenciado DI	62.031	25,47%
BNY Mellon ARX FIA	25.001	10,27%
Bogari FIC FIA	22.946	9,42%
Guepardo Inst. 60 FIC FIA	23.336	9,58%
Itaú RPI Ações IBOVESPA	23.219	9,53%
BTG Dividendos FIA	24.605	10,10%
Sulamerica Expertise FIA	22.783	9,36%
Vinci Gás Dividendos FIC FIA	19.150	7,86%
Patria Real State II FIQ FIP	2.758	1,13%
Patria Real State III FIQ FIP	1.837	0,75%
Lacan Floresta Participações	1.296	0,53%
Fundo Imobiliário Agência Caixa	9.250	3,80%
FII BTG PActual Office Fund	4.398	1,81%
BTG PActual Infraestrutura FIC FIP	912	0,37%
Total	243.521	100,0%

GESTÃO TERCEIRIZADA PGA

GESTOR	R\$ MIL	%
Fundo Itaú Soberano Referenciado DI	2.313	70,62%
BNY Mellon ARX FIA	207	6,32%
Bogari FIC FIA	186	5,66%
Guepardo Inst. 60 FIC FIA	185	5,64%
Itaú RPI Ações IBOVESPA	197	6,02%
BTG Dividendos FIA	188	5,73%
Total	3.276	100,0%

GESTÃO TERCEIRIZADA PLANO CV

GESTOR	R\$ MIL	%
Fundo Itaú Soberano Referenciado DI	828	84,26%
BNY Mellon ARX FIA	17	1,71%
Bogari FIC FIA	15	1,52%
Guepardo Inst. 60 FIC FIA	15	1,51%
Itaú RPI Ações IBOVESPA	16	1,63%
BTG Dividendos FIA	15	1,49%
Patria Real State III FIQ FIP	19	1,92%
Fundo Imobiliário Agência Caixa	37	3,77%
FII BTG PActual Office Fund	21	2,18%
Total	982	100,0%



5. Gestão Administrativa

5.1. DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO

O Plano de Gestão Administrativa - PGA tem como finalidade registrar as atividades referentes à gestão administrativa da Entidade na forma de seu regulamento. As despesas com administração são segregadas em relação à Gestão Previdencial, Assistencial e de Investimentos. Essa segregação é efetuada através de sistema de alocação direta, combinado com rateio das despesas comuns.

As despesas comuns com a Gestão Assistencial são contabilizadas no Plano de Gestão Administrativa - PGA e transferidas para Plano de Benefício Assistencial, sendo reembolsadas na sua totalidade.

5.1.1. DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

DISCRIMINAÇÃO	BENEFÍCIO DEFINIDO	CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	<u>1.755.600,64</u>	<u>46.726,94</u>	<u>1.802.327,58</u>
Pessoal e Encargos	<u>1.103.789,50</u>	<u>34.257,86</u>	<u>1.138.047,36</u>
Pessoal Próprio	865.690,46	27.233,00	892.923,46
Dirigentes	237.742,14	7.014,34	244.756,48
Estagiários	356,90	10,52	367,42
Treinamentos / Congressos e Seminários	<u>8.644,44</u>	<u>280,45</u>	<u>8.924,89</u>
Viagens e Estadias	<u>24.676,41</u>	<u>513,45</u>	<u>25.189,86</u>
Serviços de Terceiros	<u>366.711,35</u>	<u>4.614,30</u>	<u>371.325,65</u>
Pessoa Jurídica	<u>366.711,35</u>	<u>4.614,30</u>	<u>371.325,65</u>
Consultoria Atuarial	104.392,00	12,92	104.404,92
Consultoria Jurídica	163.684,82	968,39	164.653,21
Informática	84.629,87	3.141,31	87.771,18
Auditoria Contábil	13.791,39	481,54	14.272,93
Outras Despesas	213,27	10,14	223,41
Despesas Gerais	<u>169.225,55</u>	<u>4.897,48</u>	<u>174.123,03</u>
Depreciações e Amortizações	<u>6.991,36</u>	<u>256,51</u>	<u>7.247,87</u>
Despesas Fiscais e Tributárias	<u>75.562,03</u>	<u>1.906,89</u>	<u>77.468,92</u>
PIS/Cofins	75.562,03	1.906,89	77.468,92
ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	<u>3.276.670,08</u>	<u>8.016,90</u>	<u>3.284.686,98</u>
Pessoal e Encargos	<u>2.128.061,18</u>	<u>3.266,36</u>	<u>2.131.327,54</u>
Pessoal Próprio	1.490.307,40	2.295,88	1.492.603,28
Dirigentes	633.732,00	964,98	634.696,98
Estagiários	4.021,78	5,50	4.027,28
Treinamentos / Congressos e Seminários	<u>13.771,85</u>	<u>20,07</u>	<u>13.791,92</u>
Viagens e Estadias	<u>40.308,20</u>	<u>35,24</u>	<u>40.343,44</u>
Serviços de Terceiros	<u>659.675,02</u>	<u>3.603,30</u>	<u>663.278,32</u>
Pessoa Jurídica	<u>659.675,02</u>	<u>3.603,30</u>	<u>663.278,32</u>
Consultoria dos Investimentos	266.456,97	17,24	266.474,21
Consultoria Jurídica	57.742,47	76,01	57.818,48
Informática	150.125,98	230,20	150.356,18
Auditoria Contábil	27.351,69	39,92	27.391,61
Taxa de Custódia	157.610,91	3.239,26	160.850,17
Outras Despesas	387,00	0,67	387,67
Despesas Gerais	<u>259.872,33</u>	<u>452,27</u>	<u>260.324,60</u>
Depreciações e Amortizações	<u>13.545,62</u>	<u>20,14</u>	<u>13.565,76</u>
Despesas Fiscais e Tributárias	<u>161.435,88</u>	<u>619,52</u>	<u>162.055,40</u>
PIS/Cofins	161.435,88	619,52	162.055,40
TOTAL DAS DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	<u>5.032.270,72</u>	<u>54.743,84</u>	<u>5.087.014,56</u>
DESPESAS DIRETAS COM INVESTIMENTOS	<u>741.804,69</u>	-	<u>741.804,69</u>
Carteira Imobiliária	<u>741.804,69</u>	-	<u>741.804,69</u>
Depreciações	685.062,06	-	685.062,06
Condomínio	43.076,97	-	43.076,97
Outras Despesas	13.665,66	-	13.665,66
TOTAL GERAL	<u>5.774.075,41</u>	<u>54.743,84</u>	<u>5.828.819,25</u>

5.1.2. DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO - PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
PESSOAL E ENCARGOS	<u>1.247.322,62</u>
Pessoal Próprio	1.167.679,62
Dirigentes	70.511,35
Estagiários	9.131,65
TREINAMENTOS / CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	<u>6.354,55</u>
SERVIÇOS DE TERCEIROS	<u>240.075,37</u>
Honorários Advocatícios	32.638,10
Auditoria Contábil	28.940,13
Consultoria Médica	40.215,51
Consultoria Atuarial	26.421,36
Consultoria de Investimentos	326,37
Informática	100.683,59
Taxa de Custódia	7.279,31
Outras despesas com serviços de terceiros	3.571,00
DESPESAS COM LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	<u>184.168,21</u>
DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA INSTITUCIONAL	<u>5.164,05</u>
DESPESAS COM TRIBUTOS	<u>3.449,66</u>
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - ADMINISTRATIVAS	<u>76.729,87</u>
PIS / Cofins	76.729,87
DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIVERSAS	<u>24.952,49</u>
DESPESAS PATRIMONIAIS	<u>141,57</u>
TOTAL GERAL	<u>1.788.358,39</u>

Com o objetivo de alinhar os esforços individuais de cada empregado em prol de objetivos corporativos que possibilitem à Fundação alcançar níveis de desempenho superiores aos esperados naturalmente, a DESBAN mantém como política de Recursos Humanos um Programa de Metas e Participação nos Resultados.

As metas corporativas, emanadas do Planejamento Estratégico estabelecido conjuntamente pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, são desdobradas em três níveis: Corporativo, Setorial e Individual, cada qual com medidas relativas de cumprimento. Todo o processo de

desdobramento leva em consideração a inter-relação de todos, empregados e/ou setores, necessária para o atingimento dos objetivos corporativos.

Com a exigência de cumprimento mínimo de 70% das metas corporativas para ativação do programa, a Fundação se comprometeu a pagar a título de bônus um valor limitado a 100% do salário do funcionário, variando em função do percentual individual de desempenho – com piso mínimo de 30% de desempenho individual, sob pena de não fazer jus ao bônus e também setorial.

5.1.3. RELAÇÃO DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO X ATIVO

5.1.3.1. Plano de Benefício Previdenciário - BDMG - Benefício Definido

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013
Despesas com Administração (A)	3.435	4.222	4.593	4.766	5.032
Ativo total (B)	607.678	663.643	692.827	840.616	737.522
Variação (A/B)	0,57%	0,64%	0,66%	0,57%	0,68%

A relação entre as despesas com a administração e o ativo apresentou um acréscimo no exercício de 2013 decorrente da rentabilidade negativa dos ativos da Entidade no exercício.

5.1.3.2. Plano de Benefício Previdenciário - BDMG - Contribuição Variável

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013
Despesas com Administração (A)	-	-	168	46	55
Ativo total (B)	-	-	760	1.014	1.477
Variação (A/B)			22,11%	4,54%	3,72%

A relação entre as despesas com a administração e o ativo apresentou um decréscimo no exercício de 2013 decorrente do aumento do patrimônio do plano em virtude da inclusão de novos participantes.

5.1.3.3. Plano Assistencial

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Despesas com Administração (A)	1.438	1.657	1.875	1.781	1.880	1.893	1.788
Ativo total (B)	11.534	14.446	17.389	20.297	22.699	22.622	22.360
Variação (A/B)	12,47%	11,47%	10,78%	8,77%	8,28%	8,37%	8,00%

A relação entre as despesas com a administração e o ativo apresentou um decréscimo no exercício de 2013 decorrente da diminuição das despesas com administração no exercício.

5.2 EVOLUÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO

O Fundo Administrativo é constituído pelo excedente verificado entre os recursos recebidos e as despesas administrativas da Gestão Administrativa, somado à remuneração e aos recursos que estão aplicados. Tem como finalidade suprir eventuais necessidades de cobertura com a manutenção das atividades administrativas da Entidade.

A tabela abaixo representa a evolução do Fundo Administrativo da DESBAN de 2007 a 2013.

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Fundo Administrativo - Benefício Definido	4.239	4.334	5.180	5.211	5.045	5.403	5.419
Fundo Administrativo - Contribuição Variável	-	-	-	-	228	220	210
Total Fundo Administrativo	4.239	4.334	5.180	5.211	5.273	5.623	5.629



6. Demonstrações Financeiras

6.1. PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - BDMG

Quadro I	Balço Patrimonial (consolidado)
Quadro II	Demonstraço da mutaço do patrimnio social – DMPS (consolidada)
Quadro III	Demonstraço da mutaço do ativo líquido do plano BDMG BD – DMAL
Quadro IV	Demonstraço da mutaço do ativo líquido do plano BDMG CV – DMAL
Quadro V	Demonstraço do ativo líquido do plano BDMG BD – DAL
Quadro VI	Demonstraço do ativo líquido do plano BDMG CV – DAL
Quadro VII	Demonstraço do Plano de Gestáo Administrativa – DPGA (consolidada)
Quadro VIII	Demonstraço das provisões técnicas do plano BDMG BD – DPT
Quadro IX	Demonstraço das provisões técnicas do plano BDMG CV – DPT

Quadro I - Balanço Patrimonial Consolidado

Valores em R\$ mil

ATIVO	NT. EXPLIC.	EXERC. 2013	EXERC. 2012	PASSIVO	NT. EXPLIC.	EXERC. 2013	EXERC. 2012
DISPONÍVEL	5	284	730	EXIGÍVEL OPERACIONAL	8	1.239	1.070
REALIZÁVEL	6	740.962	842.781	Gestão Previdencial	8.I	545	498
Gestão Previdencial	6.I	2.580	1.669	Gestão Administrativa	8.II	694	571
Gestão Administrativa	6.II	1.671	1.420	Investimentos		-	1
Investimentos	6.III	736.711	839.692	EXIGÍVEL CONTIGENCIAL	9	24.809	25.193
<i>Títulos Públicos</i>	6.IIIa	275.563	476.276	Gestão Previdencial		2.187	2.922
<i>Créditos Privados e Depósitos</i>	6.IIIa	112.431	106.655	Gestão Administrativa		1.642	1.402
<i>Fundos de Investimento</i>	6.IIIa	278.759	188.083	Investimentos		20.980	20.869
<i>Investimentos Imobiliários</i>	6.IIIb	38.501	36.700	PATRIMÔNIO SOCIAL		715.284	817.342
<i>Empréstimos</i>	6.IIIc	10.460	11.058	Patrimônio de Cobertura		709.047	811.154
<i>Financiamentos Imobiliários</i>	6.IIIc	17	51	do Plano		770.535	800.678
<i>Depósitos Judiciais/Recursais</i>	6.III d	20.980	20.869	Provisões Matemáticas	11	613.609	613.212
PERMANENTE		86	94	<i>Benefícios concedidos</i>		156.926	187.466
Imobilizado	7	86	94	<i>Benefícios a conceder</i>			
				Equilíbrio Técnico	12	(61.488)	10.476
				Resultados Realizados		(61.488)	10.476
				<i>Superávit Técnico Acumulado</i>		-	10.476
				<i>Déficit Técnico Acumulado</i>		(61.488)	-
				Fundos	13	6.237	6.188
				Fundos Previdenciais		608	565
				Fundos Administrativos		5.629	5.623
GESTÃO ASSISTENCIAL		22.360	22.622	GESTÃO ASSISTENCIAL		22.360	22.622
TOTAL DO ATIVO		763.692	866.227	TOTAL DO PASSIVO		763.692	866.227

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

Quadro II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS Consolidada

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM		VARIACÃO (%)
	2013	2012	
A - Patrimônio Social - início do exercício	837.542	688.950	21,57
1. Adições	30.676	212.962	(85,60)
(+) Contribuições Previdenciais	15.143	13.906	8,90
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	184.037	(100,00)
(+) Receitas Administrativas	6.471	6.002	7,81
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	98	669	(85,35)
(+) Receitas Assistenciais	8.964	8.348	7,38
2. Destinações	(133.061)	(64.370)	106,71
(-) Benefícios	(54.222)	(49.266)	10,06
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(62.530)	-	(100,00)
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(455)	(26)	1.650,00
(-) Despesas Administrativas	(6.324)	(6.092)	3,81
(-) Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(239)	(229)	4,37
(-) Despesas Assistenciais	(9.291)	(8.757)	6,10
(+/-) 3. Acréscimo / Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(102.385)	148.592	(168,90)
(+/-) Provisões Matemáticas	(30.143)	113.699	(126,51)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(71.964)	34.884	(306,30)
(+/-) Fundos Previdenciais	43	68	(36,76)
(+/-) Fundos Administrativos	6	350	(98,29)
(+/-) Gestão Assistencial	(327)	409	(20,05)
4. Operações Transitórias	-	-	
B - Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	735.157	837.542	(12,22)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

O patrimônio social para fins desta demonstração é formado pelo patrimônio social do plano previdencial consolidado, de R\$ 715.284 mil (R\$ 817.342 mil - 31/12/2012) e pelo patrimônio social da Gestão Assistencial, de R\$ 19.873 mil (R\$ 20.200 mil - 31/12/2012).

Quadro III - Demonstração da Mutação do Ativo líquido do Plano BDMG BD - DMAL

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM		VARIACÃO (%)
	2013	2012	
A - Ativo Líquido - início do exercício	810.925	662.536	22,40
1. Adições	16.131	199.026	(91,90)
(+) <i>Contribuições</i>	16.131	15.049	7,19
(+) <i>Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial</i>	-	183.977	(100,00)
2. Destinações	(118.665)	(50.637)	134,34
(-) <i>Benefícios</i>	(54.220)	(49.263)	10,06
(-) <i>Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial</i>	(62.544)	-	(100,00)
(-) <i>Constituição de Contingências - Gestão Previdencial</i>	(455)	(26)	1.650,00
(-) <i>Custeio Administrativo</i>	(1.446)	(1.348)	7,27
3. Acréscimo / Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(102.534)	148.389	(169,10)
(+/-) <i>Provisões Matemáticas</i>	(30.570)	113.505	(126,93)
(+/-) <i>Superávit (Déficit) Técnico do Exercício</i>	(71.964)	34.884	(306,30)
4. Operações Transitórias	-	-	0,00
B - Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	708.391	810.925	(12,64)
C - Fundos não Previdenciais			
(+/-) <i>Fundos Administrativos</i>	5.419	5.403	0,30

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Quadro IV - Demonstração da Mutação do Ativo líquido do Plano BDMG CV - DMAL

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM		VARIACÃO (%)
	2013	2012	
A - Ativo Líquido - início do exercício	794	532	49,25
1. Adições	514	284	80,99
(+) <i>Contribuições</i>	500	224	123,21
(+) <i>Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial</i>	14	60	(76,67)
2. Destinações	(44)	(22)	100,00
(-) <i>Benefícios</i>	(2)	(3)	(33)
(-) <i>Custeio Administrativo</i>	(42)	(19)	121,05
3. Acréscimo / Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	470	262	79,39
(+/-) <i>Provisões Matemáticas</i>	427	194	120,10
(+/-) <i>Fundos Previdenciais</i>	43	68	(36,76)
4. Operações Transitórias	-	-	0,00
B - Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	1.264	794	59,19
C - Fundos não Previdenciais			
(+/-) <i>Fundos Administrativos</i>	210	220	(4,55)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DMAL – Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido representa as variações ocorridas no plano de benefício.

- a) **Ativo Líquido** – início do exercício - representa o saldo do ativo líquido do plano de benefício no início do exercício;
- b) **Contribuições** – representam as contribuições recebidas das patrocinadoras e dos participantes destinadas ao custeio do plano de benefício;
- c) **Resultado dos investimentos** – representa o resultado positivo / negativo dos recursos aplicados do plano de benefício;
- d) **Benefícios** – representam os recursos utilizados para pagamento aos participantes assistidos do plano de benefício;
- e) **Constituição de contingências** – representa os valores relativos à constituição de contingências dos

processos judiciais movidos pelos participantes contra o plano de benefício;

f) Custeio administrativo – representa a parcela das contribuições recebidas das patrocinadoras e participantes destinadas ao custeio administrativo do plano de benefício;

g) Provisões matemáticas – representam o valor da variação anual das provisões matemáticas;

h) Fundos previdenciais – representam o valor da variação anual dos fundos previdenciais;

i) Ativo líquido – final do exercício - representa o saldo do ativo líquido do plano de benefício no final do exercício;

j) Fundo administrativo – representa o saldo do fundo administrativo do plano no final do exercício.

O fundo administrativo é constituído pela diferença positiva entre os recursos recebidos para custeio administrativo e as despesas com administração do plano de benefício.

Situação patrimonial do plano de benefício - BD

a) O ativo líquido foi reduzido no montante de R\$ 102.534 mil no exercício. Essa redução foi decorrente basicamente da rentabilidade negativa da carteira de investimentos bem como do pagamento de benefícios aos participantes assistidos.

b) O déficit apurado no exercício de R\$ 71.964 mil foi decorrente dos fatores mencionados no item acima, bem como da reversão da constituição das provisões matemáticas decorrente da alteração da taxa de juros de 5% a.a para 5,75% a.a.

Situação patrimonial do plano de benefício - CV

a) O ativo líquido teve um acréscimo de R\$ 470 mil decorrente da inclusão de 35 (trinta e cinco) novos participantes no plano de benefício.

Quadro V - Demonstração da Mutação do Ativo líquido do Plano BDMG BD - DAL

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM		VARIACÃO (%)
	2013	2012	
1. Ativos	737.522	840.616	(12,26)
Disponível	160	278	(42,45)
Recebível	7.975	7.072	12,77
Investimento	729.387	833.266	(12,47)
Títulos Públicos	274.218	474.430	(42,20)
Créditos Privados e Depósitos	110.959	104.476	6,21
Fundos de Investimento	274.252	185.682	47,70
Investimentos Imobiliários	38.501	36.700	4,91
Empréstimos	10.460	11.058	(5,41)
Financiamentos Imobiliários	17	51	(66,67)
Depósitos Judiciais / Recursais	20.980	20.869	0,53
2. Obrigações	23.712	24.288	(2,37)
Operacional	545	498	9,44
Contingencial	23.167	23.790	(2,62)
3. Fundos não Previdenciais	5.419	5.403	0,30
Fundos Administrativos	5.419	5.403	0,30
4. Resultados a Realizar	-	-	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	708.391	810.925	(12,64)
Provisões Matemáticas	769.879	800.449	(3,82)
Superávit / Déficit Técnico	(61.488)	10.476	(686,94)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstra es financeiras

DAL – Demonstrac o do Ativo Líquido - representam os recursos líquidos do plano de benefício destinados ao pagamento das obriga es futuras com seus participantes. Se a diferença entre o ativo líquido e as obriga es futuras (provisões matemáticas) for positivo o plano apresenta um resultado superavitário, se for negativo apresenta um resultado deficitário.

a) Ativo – representa o patrimônio do plano de benefício;

b) Obrigac o operacional – representa as obriga es presentes do plano de benefício com seus participantes e com terceiros;

c) **Obrigação contingencial** – representa a provisão de recursos para pagamento de processos judiciais movidas contra o plano de benefício;

d) **Fundo administrativo** – representa o saldo do fundo administrativo do plano no final do exercício. O fundo administrativo é constituído pela diferença positiva entre os recursos recebidos para custeio administrativo e as despesas com administração do plano de benefício.

e) **Provisões matemáticas** – representam as obrigações futuras com os participantes do plano de benefício, calculado de acordo com a nota técnica atuarial;

f) **Superávit técnico** – representado pelo excedente patrimonial em relação ao ativo líquido e as provisões matemáticas do plano de benefício;

g) **Déficit técnico** – representado pela insuficiência patrimonial em relação ao ativo líquido e as provisões matemáticas do plano de benefício.

Quadro VI - Demonstração do Ativo Líquido do Plano BDMG CV - DAL

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM		VARIÇÃO (%)
	2013	2012	
1. Ativos	1.476	1.014	45,56
Disponível	2	35	(94,29)
Recebível	235	220	6,82
Investimento	1.239	759	63,24
<i>Títulos Públicos</i>	-	321	(100,00)
<i>Créditos Privados e Depósitos</i>	257	281	(8,54)
<i>Fundos de Investimento</i>	982	157	525,48
2. Obrigações	2	-	100,00
Operacional	2	-	100,00
3. Fundos não Previdenciais	210	220	(4,55)
Fundos Administrativos	210	220	(4,55)
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.264	794	59,19
<i>Provisões Matemáticas</i>	656	229	186,46
<i>Fundos Previdenciais</i>	608	565	7,61

Quadro VII - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (Consolidada)

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM		VARIACÃO (%)
	2013	2012	
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	5.623	5.273	6,64
1. Custeio da Gestão Administrativa	6.569	6.671	(1,53)
1.1. Receitas	6.569	6.671	(1,53)
<i>Custeio Administrativo da Gestão Previdencial</i>	1.488	1.368	8,77
<i>Custeio Administrativo dos Investimentos</i>	3.110	2.771	12,23
<i>Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos</i>	142	140	1,43
<i>Receitas Diretas</i>	230	214	7,48
<i>Resultado Positivo dos Investimentos</i>	98	669	(85,35)
<i>Reembolso da Gestão Assistencial</i>	1.476	1.509	(2,19)
<i>Outras Receitas</i>	25	-	100,00
2. Despesas Administrativas	6.563	6.321	3,83
2.1. Administração Previdencial	1.802	1.893	(4,81)
<i>Pessoal e Encargos</i>	1.138	1.119	1,70
<i>Treinamentos / Congressos e Seminários</i>	9	5	80,00
<i>Viagens e Estadias</i>	25	17	47,06
<i>Serviços de Terceiros</i>	372	441	(15,65)
<i>Despesas Gerais</i>	174	233	(25,32)
<i>Depreciações e Amortizações</i>	7	8	(12,50)
<i>Contingências</i>	77	70	10,00
2.2. Administração dos Investimentos	3.285	2.919	12,54
<i>Pessoal e Encargos</i>	2.132	2.013	5,91
<i>Treinamentos / Congressos e Seminários</i>	14	15	(6,67)
<i>Viagens e Estadias</i>	40	30	33,33
<i>Serviços de Terceiros</i>	663	489	35,58
<i>Despesas Gerais</i>	260	198	31,31
<i>Depreciações e Amortizações</i>	14	15	(6,67)
<i>Contingências</i>	162	159	1,89
2.3. Administração Assistencial	1.476	1.509	(2,19)
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-
4. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	6	350	(98,29)
5. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (4)	6	350	(98,29)
6. Operações Transitórias	-	-	-
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+5+6)	5.629	5.623	0,11

Quadro VIII - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios BDMG BD – DPT

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM		VARIACÃO (%)
	2013	2012	
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	732.103	835.213	(12,35)
1. Provisões Matemáticas	769.879	800.449	(3,82)
1.1. Benefícios Concedidos	613.609	613.212	0,06
Benefício Definido	613.609	613.212	0,06
1.2. Benefícios a Conceder	156.270	187.237	(16,54)
Benefício Definido	156.270	187.237	(16,54)
2. Equilíbrio Técnico	(61.488)	10.476	(686,94)
2.1. Resultados Realizados	(61.488)	10.476	(686,94)
Superávit Técnico Acumulado	-	10.476	(100,00)
Reserva de Contingência	-	10.476	(100,00)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(61.488)	-	(100,00)
3. Fundos	-	-	-
4. Exigível Operacional	545	498	9,44
4.1. Gestão Previdencial	545	497	9,66
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	-	1	(100,00)
5. Exigível Contingencial	23.167	23.790	(2,62)
5.1. Gestão Previdencial	2.187	2.921	(25,13)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	20.980	20.869	0,53

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

Quadro IX - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios BDMG CV – DPT

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM		VARIÇÃO (%)
	2013	2012	
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	1.266	794	59,45
1. Provisões Matemáticas	656	229	186,46
1.1. Benefícios Concedidos	-	-	0,00
1.2. Benefícios a Conceder	656	229	186,46
Contribuição Definida	656	229	186,46
<i>Saldo de Contas - parcela patrocinador</i>	290	101	187,13
<i>Saldo de Contas - parcela participantes</i>	366	128	185,94
2. Equilíbrio Técnico	-	-	0,00
3. Fundos	608	565	7,61
3.1. Fundos Previdenciais	608	565	7,61
4. Exigível Operacional	2	-	100,00
4.1. Gestão Previdencial	2	-	100,00
5. Exigível Contingencial	-	-	0,00

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

6.2. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PLANO DE GESTÃO ASSISTENCIAL

Balço Patrimonial

Demonstração do Resultado

Demonstração do patrimônio social

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras suplementares

Balço Patrimonial

Valores em R\$ mil

ATIVO	NT. EXPLIC.	EXERC. 2013	EXERC. 2012	PASSIVO	NT. EXPLIC.	EXERC. 2013	EXERC. 2012
ATIVO CIRCULANTE		4.491	8.820	PASSIVO CIRCULANTE		903	901
DISPONÍVEL	4	79	45	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	8	795	781
REALIZÁVEL		4.412	8.775	<i>Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS</i>		5	3
Aplicações Financeiras	5	4.372	8.739	<i>Prov. Event./Sinistros a Liquidar p/ Outros Prest. de Serviços Assistenciais</i>		10	49
<i>Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas</i>		1.194	1.108	<i>Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e não Avisados (PEONA)</i>		780	729
<i>Aplicações não Vinculadas</i>		3.178	7.631	Débitos de Operações de Assistência à Saúde	8	1	-
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		40	36	<i>Contraprestações / Prêmios a Restituir</i>		1	-
<i>Contraprestação Pecuniária / Prêmio a Receber</i>		1	1	Débitos com Operações de Assistência à Saúde não Relacionados com Plano de Saúde da Operadora	8	2	47
<i>Outros Créditos de Operações com Planos de Assist. à Saúde</i>	6	39	35	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	8	103	69
ATIVO NÃO CIRCULANTE		17.869	13.802	Débitos Diversos	8	2	4
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		17.821	13.727	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.584	1.521
Aplicações Financeiras	5	16.244	12.231	Provisões		1.584	1.521
<i>Aplicações Não Vinculadas</i>		16.244	12.231	<i>Provisões para Ações Judiciais</i>	9	1.584	1.521
Depósitos Judiciais Fiscais	7	1.577	1.496	PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL	10	19.873	20.200
INTANGÍVEL		48	75	Reservas		19.873	20.200
				<i>Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits</i>		19.873	20.200
TOTAL DO ATIVO		22.360	22.622	TOTAL DO PASSIVO		22.360	22.622

Demonstração do Resultado

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	NOTA EXPLICATIVA	EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		7.469	6.924
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	11	7.469	6.924
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		(8.374)	(7.979)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	12	(8.323)	(7.790)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(51)	(189)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(905)	(1.055)
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora		686	756
Receitas com Operações de Assistência Médico - Hospitalar	13	686	756
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(192)	(193)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(190)	(190)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(4)	-
Provisão/ Reversão para Perdas sobre Créditos		2	(3)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora		(176)	(196)
RESULTADO BRUTO		(587)	(688)
Despesas Administrativas	14	(1.788)	(1.893)
Resultado Financeiro Líquido		2.048	2.172
Receitas Financeiras		2.285	2.177
Despesas Financeiras		(237)	(5)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(327)	(409)
RESULTADO LÍQUIDO		(327)	(409)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido/Social

Valores em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS / SOBRES / RETENÇÃO DE SUPERÁVITS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	20.609	20.609
Prejuízo Líquido do Exercício	(409)	(409)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	20.200	20.200
Prejuízo Líquido do Exercício	(327)	(327)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	19.873	19.873

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstra es financeiras

Demonstraço dos Fluxos de Caixa - Método direto

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO FINDO EM 2013	EXERCÍCIO FINDO EM 2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos de Saúde	7.469	6.925
(+) Resgate de Aplica�es Financeiras	2.639	2.262
(+) Outros Recebimentos Operacionais	641	807
(-) Pagamento a Fornecedores / Prestadores de Serviços de Saúde	(8.364)	(7.802)
(-) Pagamento de Pessoal	(1.220)	(1.252)
(-) Pagamento de Serviços de Terceiros	(241)	(312)
(-) Pagamento de Outros Tributos	(3)	(5)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(99)	(88)
(-) Pagamento de Aluguel	(49)	(49)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(739)	(535)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	34	(49)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	34	(49)
CAIXA - Saldo Inicial	45	94
CAIXA - Saldo Final	79	45
Ativos Livres no In�cio do Período	19.907	20.125
Ativos Livres no Final do Período	19.500	19.907
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NAS APLICA�ES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	(407)	(218)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstra es financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Desban - Fundação BDMG de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, instituída em 18 de novembro de 1977 e autorizada a funcionar sob a forma de fundação pela Portaria nº 1.885 de 30 de outubro de 1979, do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Ela é regida pelas Leis Complementares 108 e 109, de 29 de maio de 2001, Decretos e Normas regulamentadoras aplicáveis, e tem como patrocinadores o BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.), patrocinador instituidor, e a própria Fundação.

Seu objetivo principal é a instituição e administração de planos de benefícios, obedecendo às normas do Ministério da Previdência Social – MPS, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

O custeio dos Planos de Benefícios Previdenciários - BDMG, administrados pela Desban, são assegurados por contribuições dos participantes, dos assistidos e dos patrocinadores, determinadas segundo cálculos atuariais, além de receitas provenientes de aplicações do seu patrimônio, que obedecem ao disposto na Resolução CMN nº 3.792/09 e alterações introduzidas pela Resolução CMN nº 4.275/13.

A Entidade aplica seus recursos financeiros integralmente no País e não distribui lucro ou participações. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar sua exatidão.

2. PLANOS ADMINISTRADOS

A Desban administra dois planos de benefícios previdenciários que estão inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB das Entidades Fechadas de Previdência Complementar mantido pela Previc.

Além dos planos de benefícios previdenciários, a Desban possui um Plano de Gestão Administrativa e administra também, um plano de benefício assistencial registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Os planos administrados são os seguintes:

- **Plano de Benefícios Previdenciários BDMG – BD – CNPB nº 1979.0036-29.**

Seu objetivo principal é a concessão de complementação das prestações asseguradas pelo Regime Geral de Previdência Social aos participantes e seus beneficiários, bem como a concessão dos demais benefícios de natureza previdenciária previstos no regulamento. A partir de 10 de novembro de 2011 o plano foi fechado pelo BDMG,



patrocinador instituidor, à novas adesões, com aprovação feita pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC através da portaria nº 641/2011.

- **Plano de Benefícios Previdenciários BDMG – CV - CNPB nº 2011.0001-65.**

Seu objetivo principal é a concessão de suplementação das prestações asseguradas pelo Regime Geral de Previdência Social aos participantes e seus beneficiários, bem como a concessão dos demais benefícios de natureza previdenciária previstos no regulamento.

- **Plano de Benefício Assistencial – Pro-Saúde – Registro ANS nº 35.766-9.**

Além do objetivo principal, a Entidade é operadora do Programa de Promoção à Saúde (Pro-Saúde) na modalidade de autogestão, custeado pelos patrocinadores, participantes e assistidos, tendo como objetivo a cobertura de despesas com assistência médica a seus participantes e assistidos, empregados do BDMG e da própria Fundação, e aos seus dependentes. A continuidade deste plano é garantida pelos aportes de recursos dos participantes e patrocinadoras.

- **Plano de Gestão Administrativa – PGA**

O Plano de Gestão Administrativa - PGA tem como finalidade registrar as atividades referentes à gestão administrativa da Entidade, na forma de seu regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo na Ata nº 122 de 22/12/2009.

A quantidade de participantes dos planos de benefício administrados pela Fundação é demonstrada conforme abaixo:

	31/12/13			31/12/12		
	BD	CV	Total	BD	CV	Total
Ativos	299	80	379	319	45	364
Autopatrocinados	10	-	10	18	-	18
Assistidos	523	-	523	504	-	504
Total	832	80	912	841	45	886

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, publicaram normas com procedimentos contábeis para as EFPC, cabendo ressaltar as seguintes matérias:



I - Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 - divulga a Planificação Contábil Padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras, e normas gerais de procedimentos contábeis;

II - Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 - dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas;

III – Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 - estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, define a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações financeiras, e dá outras providências; e

IV – Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11 e estabelece critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações financeiras, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das notas explicativas a serem adotadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, como principal característica, a contabilização por plano de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios de natureza previdencial e assistencial administrados pela EFPC, bem como o plano de gestão administrativa e o Fluxo dos Investimentos, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes.

Em conformidade com o item 17 das Normas Gerais da Resolução CNPC nº 8/2011, são apresentadas os seguintes demonstrativos financeiros:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS – Consolidada;
- c) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA – Consolidada;
- d) Demonstração do Ativo Líquido – DAL – por plano de benefício previdencial;
- e) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL – por plano de benefício previdencial;
- f) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT – por plano de benefício previdencial (Obrigatória a partir de 2013); e
- g) Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão sendo apresentadas em milhares de reais e em conjunto com as correspondentes de 2012, de forma a permitir a comparabilidade.

A contabilização e os demonstrativos financeiros da Gestão Assistencial seguem as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e estão apresentados, nessas



demonstrações, somente os valores patrimoniais da Gestão Assistencial (Ativo e Passivo) e a demonstração de resultados.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras podem ser resumidas como segue:

a. **Apuração do resultado**

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas / Variações Positivas e Deduções / Variações Negativas do Fluxo de Investimentos, são escrituradas pelo regime de competência de exercícios, exceto as operações com autopatrocinados do plano estruturado na modalidade de contribuição variável, que são reconhecidas no momento do efetivo recebimento.

b. **Estimativas contábeis**

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares.

c. **Provisão para crédito de liquidação duvidosa**

A provisão para crédito de liquidação duvidosa deverá ser constituída em conformidade com o disposto nos itens 9 a 11, Anexo A, da Instrução nº 34/2009 da SPC.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.



d. Disponível

As disponibilidades representam os recursos financeiros em bancos conta movimento na data do balanço.

e. Realizável

É demonstrado pelos valores de realização, atualizados, quando aplicável, pelos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- Gestão previdencial

É demonstrada pelos valores a receber dos planos de benefícios de natureza previdencial.

- Gestão administrativa

É demonstrada pelos valores a receber do plano de gestão administrativa.

- Investimentos

São demonstrados por tipo de ativo (títulos públicos, créditos privados e depósitos, fundos de investimento, derivativos, investimentos imobiliários, empréstimos e financiamentos e outros realizáveis), sendo alocados no grupo de ativos por emissor.

1. Títulos públicos, créditos privados e depósitos

A aquisição de ativos de renda fixa é contabilizada pelo valor efetivamente desembolsado, incluídas as corretagens e os emolumentos.

Conforme estabelecido pelas Resoluções do CGPC nº 4/2002, nº 15/2005 e nº 22/2006, as entidades fechadas de previdência complementar devem proceder à avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários integrantes do portfólio dos “investimentos – realizável”, segundo as duas categorias, a saber:

- i) Títulos para negociação - registra os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer do título na data de aquisição, os quais são avaliados pelo valor de mercado e cujos efeitos são reconhecidos mensalmente na DMPS e DMAL.
- ii) Títulos mantidos até o vencimento - registra os títulos de renda fixa com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição, que a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, bem como, sejam classificados como de baixo risco por agência classificadora de risco em funcionamento no país, sendo avaliados pela taxa intrínseca dos títulos.

Os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como “para negociação” são apurados com base em cotações divulgadas e estimativas de valores de realização. As variações resultantes da aplicação desse segmento são apropriadas como receitas ou despesas de investimentos.



II. Fundos de Investimentos

São contabilizados pelos valores efetivamente desembolsados nas aquisições de cotas, incluindo, quando for o caso, as taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimentos são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço divulgados pelos seus administradores. As variações resultantes no valor da cota são apropriadas como receitas ou despesas de investimentos na DMPS e DMAL.

III. Investimentos imobiliários

São demonstrados ao custo de aquisição ajustado por reavaliações procedidas com base em laudo de reavaliação de peritos independentes, atendendo ao disposto na Resolução CNPC nº 8/2011.

A depreciação é calculada pelo método linear, à taxa correspondente ao tempo de vida útil econômica remanescente, conforme laudo de avaliação, e sua contrapartida é lançada como despesa de investimentos na DMPS e DMAL.

IV. Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

São demonstrados ao custo ou valores desembolsados mais rendimentos auferidos, de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

V. Depósitos Judiciais / Recursais

Representam os depósitos judiciais / recursais relativos às contingências passivas dos investimentos.

f. Permanente

Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição deduzido pela depreciação calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens, conforme as seguintes taxas:

Descrição	Taxa anual
Instalações em geral	10%
Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos	10%
Sistemas de comunicação (exceto direito de uso)	10%
Computadores e periféricos	20%
Ventilador - condicionador de ar	25%
Aparelho cinematográfico (som e projeção)	15%
Software	20%



A Entidade procedeu à elaboração do inventário físico de seus bens patrimoniais, compatibilizando as fichas de controle com os registros contábeis, conforme determina a Resolução CNPC nº 8/2011. A aprovação formal do inventário pela Diretoria Executiva ocorreu em 30 de dezembro de 2013.

g. Exigível operacional

Está demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, de encargos e variações monetárias, e é representado por obrigações previdenciárias assumidas com os participantes assistidos, bem como compromissos administrativos e de investimentos, até a data do balanço.

h. Exigível contingencial

Está demonstrado por provisões constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências pela sua melhor estimativa de perda conforme a norma do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.180, de 24 de julho de 2009. No caso de classificação como perda provável, há o reconhecimento e divulgação. Nos casos de perda possível, ocorre apenas a divulgação em Nota Explicativa. Quando a estimativa de perda é remota, não há evidenciação nas demonstrações financeiras. A administração da Desban entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de processos administrativos ou judiciais.

i. Exigível atuarial

• ***Patrimônio de cobertura do plano***

Provisões matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são apuradas com base em cálculos atuariais, segundo parecer dos atuários da Entidade e representam os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e aos seus beneficiários em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Nota Explicativa nº 11).

Benefícios concedidos: registra o valor atual dos compromissos futuros da Entidade em relação aos atuais aposentados e pensionistas.

Benefícios a conceder: registra o valor atual dos compromissos futuros da Entidade em relação aos participantes ativos, calculados com base no valor atual desses benefícios e das contribuições que os participantes e seus respectivos patrocinadores recolherão à Entidade.

Equilíbrio técnico

Apurado pela diferença do Ativo Líquido (Ativo Total menos Exigível Operacional, Exigível Contingencial e Fundos) e as Provisões Matemáticas.

O resultado superavitário dos planos de benefícios, ao final do exercício, satisfeitas as exigências regulamentares relativas aos mencionados planos, será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das reservas matemáticas e ao excedente a



esta reserva será constituída reserva especial para revisão do plano de benefícios, conforme determina o art. 20 da Lei Complementar nº 109 de 29/05/2001.

j. Fundos

Fundos Previdenciais

São constituídos a partir da avaliação atuarial e possuem destinação específica, que deverá guardar relação com o evento determinado ou com o risco identificado, avaliado, controlado e monitorado, de acordo com o art. 5º da Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008.

Fundo Administrativo

São constituídos com o resultado positivo da gestão administrativa e tem a finalidade de garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da entidade.

k. Custeio administrativo

Atendendo à determinação da Resolução CGPC nº 29/2009 e CNPC nº 8/2011, constituem fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios operados pela EFPC:

- a. Contribuição dos participantes e assistidos;
- b. Contribuição dos patrocinadores;
- c. Resultado dos investimentos;
- d. Receitas administrativas; e
- e. Fundo administrativo.

Apresentamos abaixo as fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas de cada plano de benefício:

Plano de Benefício Previdenciário – Benefício Definido

Para o plano de benefício previdenciário estruturado na modalidade de benefício definido foi utilizado como fonte de custeio administrativo 9% (nove por cento) das contribuições vertidas para o plano, bem como o resultado dos investimentos para cobertura das despesas com administração dos investimentos.

Plano de Benefício Previdenciário – Contribuição Variável

Para o plano de benefício previdenciário estruturado na modalidade de contribuição variável foi utilizado como fonte de custeio administrativo 9% (nove por cento) das contribuições vertidas para o plano.

As despesas administrativas dos planos de benefícios são classificadas em dois tipos como segue:



- a. Despesas administrativas comuns: gastos realizados pela Entidade comuns a mais de um plano de benefícios; e
- b. Despesas administrativas específicas: gastos realizados pela Entidade vinculados especificamente a um plano de benefícios.

Para as despesas administrativas vinculadas a mais de um plano de benefícios, são adotados critérios uniformes e objetivos de rateio entre os planos de benefícios, sendo objeto de revisão periódica. Os critérios de rateio das despesas administrativas vinculadas ao conjunto de planos de benefícios são aprovados pela Diretoria Executiva.

As despesas administrativas específicas são alocadas diretamente nos planos de benefícios que as originaram, sem nenhuma forma de rateio.

As despesas administrativas realizadas com a gestão administrativa do plano de assistência à saúde são reembolsadas na sua totalidade.

5. DISPONÍVEL

Descrição	R\$ mil	
	2013	2012
Bancos conta movimento	284	730
	284	730

6. REALIZÁVEL

Os saldos são assim demonstrados:

1. Gestão Previdencial

Descrição	R\$ mil			
	Plano de Benefício - BD		Plano de Benefício - CV	
	2013	2012	2013	2012
Benefícios INSS (a)	1.422	1.317	6	-
Depósitos Judiciais / recursais (b)	1.119	338	-	-
Outros recursos a receber (c)	15	14	18	-
	2.556	1.669	24	-

- a. Referem-se a valores a receber do INSS, em face da Fundação ter efetuado aos participantes assistidos os pagamentos de benefícios previdenciais que são de responsabilidade daquele Instituto e que são posteriormente reembolsados à Entidade.

Em 25 de fevereiro de 1980, o Instituto Nacional de Previdência Social - INPS (antiga denominação do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS) aprovou a proposta de



convênio da Desban para o processamento e o pagamento de benefícios previdenciários.

Em 10 de janeiro de 1986, o INPS e a Entidade assinaram o Convênio de Benefícios Acidentários pelo qual a Entidade se comprometeu a processar e a pagar os auxílios-doença devidos aos participantes, quando acidentados no trabalho, e, se couber, o abono anual de que trata o Artigo 151, Inciso II, do Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 83.080/79.

Em ambos os convênios, o INSS se compromete a reembolsar a Entidade, em prazo não superior a 30 dias, das importâncias despendidas em cada mês com o pagamento de benefícios previdenciários.

- b. Refere-se aos depósitos judiciais / recursais relativos às contingências passivas de natureza previdenciária, relacionados principalmente com as ações trabalhistas descritas na Nota explicativa 9.
- c. Refere-se a contribuições em atraso de participante e patrocinadora.

II. Gestão Administrativa

A composição do saldo é assim apresentada:

Descrição	R\$ mil	
	2013	2012
Adiantamentos a empregados (a)	25	18
Despesas antecipadas (b)	24	21
Depósitos judiciais / recursais (c)	1.622	1.381
	1.671	1.420

- a. Referem-se ao pagamento de adiantamento de férias efetuado aos funcionários da Entidade;
- b. Referem-se ao pagamento de vale-transporte e prêmio de seguro de responsabilidade civil dos dirigentes;
- c. Referem-se aos depósitos judiciais relacionados às contingências passivas de natureza administrativa, sobre a não obrigação do recolhimento de PIS e COFINS, conforme descrito na Nota explicativa 9.



III. INVESTIMENTOS

A carteira de investimento é constituída das aplicações em: Títulos públicos, Créditos Privados e Depósitos, Fundos de Investimentos, Empréstimos, Financiamentos Imobiliários e Depósitos Judiciais/Recursais, conforme demonstrado a seguir:

a. Títulos e valores mobiliários

	R\$ mil							
	Previdenciário - BD		Previdenciário - CV		PGA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	274.218	474.430	-	321	1.345	1.525	275.563	476.276
Notas do Tesouro Nacional	274.218	474.430	-	-	1.345	1.388	275.563	475.818
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	321	-	137	-	458
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	110.959	104.476	257	281	1.215	1.898	112.431	106.655
Instituições Financeiras	85.763	83.107	200	220	1.103	1.748	87.066	85.075
Certificados de Depósitos Bancários	70.655	62.064	200	220	1.103	1.748	71.958	64.032
Depósitos a Prazo Garantia Especial	15.108	21.043	-	-	-	-	15.108	21.043
Companhias Abertas	25.196	21.369	57	61	112	150	25.365	21.580
Debêntures não Conversíveis	25.196	21.369	57	61	112	150	25.365	21.580
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	274.252	185.682	982	157	3.525	2.244	278.759	188.083
Referenciado	62.031	-	828	89	2.562	1.243	65.421	1.332
Renda Fixa	2.001	-	-	-	-	-	2.001	-
Ações	161.039	143.661	77	-	963	1.001	162.079	144.662
Direitos Creditórios	28.730	22.739	-	-	-	-	28.730	22.739
Participações	6.803	2.816	19	-	-	-	6.822	2.816
Imobiliário	13.648	16.466	58	68	-	-	13.706	16.534
	659.429	764.588	1.239	759	6.085	5.667	666.753	771.014



a.1) Os Títulos e valores mobiliários apresentam os seguintes prazos de vencimento:

- Planos de Benefícios Previdenciários - BDMG – BD:

Descrição	Até	De 181 a	Mais que	R\$ mil	
	180 dias	360 dias	360 dias	2013	2012
Títulos públicos federais	-	-	274.218	274.218	474.430
Certificados de depósitos bancários	36.514	34.141	-	70.655	62.064
Quotas fundos investimentos referenciado	62.031	-	-	62.031	-
Quotas fundos investimentos renda fixa	2.001	-	-	2.001	-
Quotas fundos investimentos direitos creditórios	-	-	28.730	28.730	22.739
Quotas fundos investimentos estruturados - participações	-	-	6.803	6.803	2.816
Quotas fundos investimentos estruturados - imobiliário	-	-	13.648	13.648	16.466
Debêntures não conversíveis	-	-	25.196	25.196	21.369
Depósitos a prazo garantia especial	15.108	-	-	15.108	21.043
Quotas fundos investimentos renda variável	161.039	-	-	161.039	143.661
	276.693	34.141	348.595	659.429	764.588

- Planos de Benefícios Previdenciários - BDMG – CV:

Descrição	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais que 360 dias	R\$ mil	
	dias	360 dias	360 dias	2013	2012
Títulos públicos federais	-	-	-	-	321
Certificados de depósitos bancários	200	-	-	200	220
Quotas fundos investimentos referenciado	828	-	-	828	89
Quotas fundos investimentos estruturados - participações	-	-	19	19	-
Quotas fundos investimentos estruturados - imobiliário	-	-	58	58	68
Debêntures não conversíveis	-	-	57	57	61
Quotas fundos investimentos renda variável	77	-	-	77	-
	1.105	-	134	1.239	759

- Plano de Gestão Administrativa - PGA:

Descrição	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais que 360 dias	R\$ mil	
	dias	dias	dias	2013	2012
Títulos públicos federais	-	-	1.345	1.345	1.525
Certificados de depósitos bancários	1.103	-	-	1.103	1.748
Quotas fundos investimentos referenciado	2.562	-	-	2.562	1.243
Quotas fundos investimentos renda variável	963	-	-	963	1.001
Debêntures não conversíveis	-	-	112	112	150
	4.628	-	1.457	6.085	5.667
Total dos títulos e valores mobiliários	282.426	34.141	350.186	666.753	771.014

a.2) A Fundação classifica os títulos e valores mobiliários como segue:

a.2.1) Títulos para negociação

Os seguintes investimentos da fundação estão classificados na categoria de títulos para negociação, ou seja, marcados a mercado:



Descrição	R\$ mil				
	Previdenciário BD	Previdenciário CV	PGA	2013	2012
Títulos públicos federais	274.218	-	1.345	275.563	476.276
Certificados de depósitos bancários	70.655	200	1.103	71.958	64.032
Quotas fundos investimentos referenciado	62.031	828	2.562	65.421	1.332
Quotas fundos investimentos renda fixa	2.001	-	-	2.001	-
Quotas fundos investimentos direitos creditórios	28.730	-	-	28.730	22.739
Quotas fundos investimentos estruturados - participações	6.803	19	-	6.822	2.816
Quotas fundos investimentos estruturados - imobiliário	13.648	58	-	13.706	16.534
Debêntures não conversíveis	25.196	57	112	25.365	21.580
Quotas fundos investimentos renda variável	161.039	77	963	162.079	144.662
	644.321	1.239	6.085	651.645	749.971

Os títulos e valores mobiliários marcados a mercado em 31 de dezembro de 2013 são precificados da seguinte forma: i) títulos públicos federais: de acordo com a taxa média divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima); ii) os Certificados de Depósitos Bancários (CDB) pós-fixados: pela oferta de mercado das instituições emissoras; e iii) os fundos de investimentos foram registrados pelo valor da cota diária informada pelos administradores.

a.2.2) Títulos mantidos até o vencimento

Os DPGE's - Depósitos a prazo com garantia especial, que totalizam R\$ 15.108 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 21.043 - 31/12/2012) são classificados como mantidos até o vencimento, em face de não haver liquidez e estão acrescidos dos rendimentos nominais. Tal investimento está totalmente alocado no plano BDMG BD.

A Entidade declara possuir capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações e do perfil do exigível atuarial.

a.3) Transferência da categoria “títulos mantidos até o vencimento” para a categoria “títulos para negociação”.

Em dezembro de 2012, a Fundação transferiu sua carteira própria de debêntures e títulos públicos federais NTN-B e NTN-F da categoria de títulos mantidos até o vencimento para a categoria de títulos para negociação, conforme previsto no art.6º da Resolução CGPC nº 04/2002. Esse procedimento resultou no ajuste no montante de R\$ 94.113 mil, apurado pela diferença entre as formas de marcação ocasionando um acréscimo dos ativos da Fundação. Em 2013 não houve remarcação de ativos entre estas duas categorias.



b. Investimentos imobiliários

Descrição	R\$ mil	
	2013	2012
Edificações para renda	23.605	22.208
Imóveis para renda (a)	23.467	22.078
Aluguéis	138	130
Rendas de participações	14.896	14.492
Participação imobiliária (b)	14.879	14.476
Aluguéis	17	16
	38.501	36.700

a) Imóveis para renda se referem à propriedade de vagas de garagem existentes no empreendimento imobiliário denominado Lifecenter, localizado à Avenida do Contorno, nº 4.747, em Belo Horizonte.

b) A participação imobiliária da Fundação refere-se ao imóvel denominado Complexo Hospitalar Lifecenter, localizado a Rua Estevam Pinto, nº 15, em Belo Horizonte.

Estes ativos pertencem ao Plano de Benefício BDMG - BD e estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustado por provisões para perdas, mais reavaliações procedidas com base em laudo técnico elaborado por empresa especializada, atendendo ao disposto na Resolução CNPC nº 8/2011. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica remanescente, conforme laudo de avaliação, sendo de 2,63% a.a. - Edificações para Renda e 2,63% a.a. - Participação Imobiliária.

Em novembro de 2013, a Entidade promoveu a reavaliação de sua carteira imobiliária, a reavaliação foi elaborada pela empresa especializada Raja Engenharia Ltda, cujos laudos técnicos buscaram atingir o Grau II de fundamentação e Grau III de precisão, seguindo o disposto no item 9.1 da NBR nº 14.653 (Norma Brasileira para Avaliação de Imóveis Urbanos) da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. O resultado da reavaliação foi contabilizado em dezembro de 2013 e gerou um ganho de R\$ 2.478 mil, assim demonstrados:

Descrição	R\$ mil		
	Saldo antes da reavaliação	Efeito líquido da reavaliação	Custo após a reavaliação
Edificações para renda - 500 vagas de garagem - Av. do Contorno nº 4.747 - Bairro Serra - BH/MG	21.717	1.783	23.500
Rendas de participações - Complexo hospitalar - Rua Professor Estevão Pinto nº 15 - Bairro Serra - BH/MG	14.209	695	14.904
	35.926	2.478	38.404



c. Operações com participantes

<u>Descrição</u>	<u>R\$ mil</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Empréstimos	10.460	11.058
Financiamentos imobiliários	17	51
	<u>10.477</u>	<u>11.109</u>

Estes ativos pertencem ao Plano de Benefício BDMG - BD e estão registrados pelo valor principal, acrescido dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2013. Compreendem à carteira dos empréstimos simples e financiamentos imobiliários concedidos a participantes, cujas condições preveem as seguintes atualizações;

Empréstimo Simples

Atualização monetária mensal pelo índice nacional de preço ao consumidor amplo (IPCA), juros nominais de 0,74% a.m, taxa de administração de 0,10% a.m incidentes sobre o saldo devedor.

Financiamento habitacional

Atualização monetária pelo mesmo índice utilizado para atualização das provisões matemáticas, mais juros de 12% a.a. e reajuste das prestações com periodicidade mínima anual.

d. Depósitos Judiciais / Recursais

Este ativo pertence ao Plano de Benefício BDMG - BD e está relacionado a:

I - ação judicial descrita na nota explicativa 9.c para a qual a entidade obteve liminar em ação cautelar movida contra a União Federal onde requereu recolher o imposto de renda sobre rendimentos auferidos das aplicações financeiras relativo ao período de janeiro de 1994 a agosto de 2001 por meio de depósito judicial, que em 31 de dezembro totaliza R\$ 21.189 mil, sendo R\$ 20.869 mil do Plano de Benefício BDMG – BD e R\$ 320 mil pertence ao Plano Assistencial.

II – depósito judicial realizado de acordo com os autos da ação ordinária movida contra a Entidade por um participante ativo onde ele requereu a devolução das prestações de seu financiamento imobiliário por motivo de aposentadoria por invalidez no valor de R\$ 111 mil.



e. Provisão para perdas

A Fundação mantém constituída provisão para perdas dos seguintes ativos/valores:

Descrição	R\$ mil	
	2013	2012
Créditos Privados e Depósitos	3.164	3.437
CDB (Banco Santos)	2.773	3.046
CDB (Banco Marka)	391	391
Fundos de Investimentos	1.462	1.606
FIF Itacolomy (Banco Santos)	1.462	1.606
Investimentos Imobiliários	1.755	2.136
Aluguéis	1.755	2.136
	6.381	7.179

7. IMOBILIZADO

Descrição	R\$ mil										
	Saldo em 31/12/2011	Movimentação		Movimentação		Saldo em 31/12/2012	Movimentação		Movimentação		Saldo em 31/12/2013
		Aquisições	Baixa	Depreciação/ Amortização	Baixa		Aquisições	Baixa	Depreciação/ Amortização	Baixa	
Móveis e utensílios	16	6	40	4	39	17	2	3	4	2	14
Maquinas e equipamentos	15	7	22	3	21	18	3	1	3	-	17
Computadores e periféricos	37	13	8	15	8	35	16	32	15	32	36
Sistemas aplicativos - softwares	9	24	5	9	5	24	2	-	7	-	19
	77	50	75	31	73	94	23	36	29	34	86

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

I. Gestão previdencial

- Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG - BD

Descrição	R\$ mil	
	2013	2012
Benefícios a pagar - aposentadoria (a)	6	6
Retenções a recolher - IRRF - (b)	539	492
	545	498



- a. Referem-se ao benefício previdencial de participante assistido falecido, pendente de decisão judicial para liberação dos recursos aos herdeiros;
- b. Referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre a folha de pagamento dos benefícios previdenciais relativo ao mês de dezembro de 2013 que será recolhido em janeiro de 2014;

II. Gestão administrativa

Descrição	R\$ mil	
	2013	2012
Contas a pagar		
Obrigações com pessoal próprio (a)	494	443
Obrigações com pessoal cedido (b)	36	-
Fornecedores (c)	78	69
Aluguéis a pagar (d)	16	14
Tributos e retenções a recolher (e)	70	45
	694	571

- a. Referem-se às obrigações com funcionários, como provisão de férias e encargos sociais;
- b. Referem-se às obrigações com pessoal cedido pelo patrocinador instituidor;
- c. Referem-se às obrigações com fornecedores relativas ao fornecimento de serviços e materiais para manutenção das atividades da Entidade;
- d. Referem-se ao aluguel do imóvel onde funciona a Entidade; e
- e. Referem-se aos tributos e impostos / contribuições retidos dos funcionários e dos prestadores de serviços.

9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Em conformidade com a NBC T 19.7 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, (Resolução CFC 1.180/2009), foi constituído provisões para fazer face às prováveis perdas decorrentes de ações judiciais em que a Entidade é parte, assim demonstrada:



Descrição	R\$ mil	
	2013	2012
Gestão Previdencial - Plano BD	2.187	2.922
Ações previdenciais (a)	2.187	2.922
Gestão Administrativa	1.642	1.402
PIS / Cofins (b)	1.642	1.402
Investimentos - Plano BD	20.980	20.869
Imposto de Renda - RET (c)	20.869	20.869
Financiamentos imobiliários (d)	111	-
	24.809	25.193

- a. A provisão constituída para cobrir desfechos desfavoráveis à Fundação para as seguintes ações judiciais:

Previdenciárias – IPCA/2001-2004

Trata-se de ações de procedimento ordinário em que os autores postulam a aplicação do IPCA como índice de correção monetária de seus benefícios previdenciários referente ao período de 2001 a 2004, ao argumento de que o índice aplicado pela Desban, correspondente à taxa referencial, teria sido inferior ao IPCA no período mencionado. Para algumas ações há provisão reconhecida de R\$ 2.002 mil, tendo em vista que o prognóstico de perda é provável conforme estimado pelos assessores jurídicos. Em outras ações não foi constituída provisão, tendo em vista que o prognóstico estimado pelos assessores jurídicos é de perda possível, neste caso considerado, então, como Passivo contingente de acordo com a NBCT 19.7 (Resolução CFC 1.180/2009),

Trabalhista – Majoração de benefício

Decorre de ações ajuizadas por participantes assistidos contra a Desban pleiteando a manutenção da remuneração paga pelo BDMG por intermédio desta fundação em virtude da adesão dos empregados do banco na época ao programa de demissão voluntária.

Ademais, existem outras reclamationárias Trabalhistas propostas por alguns empregados e ex-empregados do BDMG contra o próprio patrocinador e a Desban, requerendo o reconhecimento pela Justiça do Trabalho de direitos e verbas salariais não concedidas pelo banco durante a relação empregatícia e aplicação dos seus reflexos nos benefícios de previdência complementar administrados pela Desban.

Parte destas ações o prognóstico é de perda provável e a Entidade mantém provisão para fazer R\$ 185 mil face a necessidade de pagamentos em caso de desfecho



desfavorável das mesmas. Por outro lado, para outras ações, o prognóstico dos assessores jurídicos é de perda possível, neste caso considerado, então, como Passivo contingente de acordo com a NBCT 19.7 (Resolução CFC 1.180/2009) e para as quais não há provisão reconhecida.

b. PIS/COFINS

A Medida Provisória nº. 66/2002, convertida na Lei Federal nº. 10.637/2003, trouxe importantes alterações relativas às contribuições devidas ao PIS e à COFINS. A norma legal modificou a base de cálculo das contribuições sociais em comento, permitindo novas exclusões tributárias da nova base de cálculo. A Entidade ingressou com Ação Ordinária e Mandado de Segurança questionando a legalidade, a constitucionalidade e a exigibilidade dessas contribuições sociais em relação às suas atividades e operações. Em decorrência das alterações legais, a Entidade efetuou depósito judicial, em 28 de novembro de 2002, nos valores de R\$ 24 mil e R\$ 110 mil para PIS e COFINS, respectivamente, aproveitando-se dos benefícios tributários trazidos pela legislação. Em primeira instância estas ações foram julgadas parcialmente favoráveis a DESBAN. Atualmente aguarda-se, o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela DESBAN na Ação Ordinária, bem como o julgamento no Mandado de Segurança do Recurso de Apelação apresentados pela DESBAN e pela União.

Já em dezembro de 2003, a Entidade foi autuada pela Receita Federal do Brasil pela falta/insuficiência de recolhimento do PIS relativo ao período de janeiro de 1997 a julho de 2002, no montante de R\$ 216 mil. Face às defesas apresentadas pela DESBAN, a Receita Federal do Brasil cancelou as cobranças referentes ao PIS até a competência de abril de 2002. Em relação aos períodos de maio (parcial), junho e julho de 2002 aguarda-se o julgamento do Recurso Especial apresentado pela Fazenda Nacional perante a Câmara Superior de Recursos Fiscais – CSRF, visto que o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF julgou procedente o recurso apresentado pela Desban para cancelar as competências mencionadas.

Por fim, também em dezembro de 2003, a DESBAN foi autuada pela Receita Federal do Brasil pela falta/insuficiência de recolhimento da COFINS no período de fevereiro de 1999 a julho de 2002, no montante de R\$ 648 mil. Todavia, face às defesas apresentadas pela DESBAN, a Receita Federal do Brasil cancelou integralmente a exigibilidade da COFINS no período de fevereiro de 1999 a julho de 2002 e, conseqüentemente, este débito deixou de existir.

Presentemente, para estas ações, a fundação mantém provisão de R\$ 1.642 mil (R\$ 1.402 mil - 31/12/2012) e respectivo depósito judicial de R\$ 1.622 mil (R\$ 1.381 mil - 31/12/2012) contabilizado no grupo Gestão Administrativa, no ativo realizável.

c. Imposto de Renda - RET

Em 02 de setembro de 1999, a Desban foi autuada pela Receita Federal do Brasil pela falta ou insuficiência de recolhimento do imposto de renda devido sobre os ganhos de aplicações financeiras no período entre fevereiro de 1994 a dezembro de 1998. Aquele



auto de infração totalizou R\$ 17.570 mil, sendo R\$ 11.002 mil do imposto principal e mais R\$ 6.568 mil de multa e juros. Nesse sentido ressalta-se que desde a edição da Medida Provisória de nº 1.602/1997 convertida na Lei 9.532/1997, a Entidade passou a provisionar o Imposto de Renda sobre ganhos de aplicações financeiras, consignando um exigível contingencial de R\$ 2.991 mil em 31/12/1998, atualizados mensalmente pela SELIC.

Porém, em 2001 foi editada a Medida Provisória nº. 2.222/2001, convertida na Lei 10.431 de 24/04/2002, posteriormente revogada pela Lei 11.053 de 29/11/2004, que criou o Regime Especial de Tributação - RET e permitiu aos fundos de pensão quitarem sem multas, juros e correção monetária, seus débitos tributários apurados sobre os rendimentos e ganhos das aplicações financeiras devidos entre 1994 a 2001. A Desban, então, exerceu o direito conferido por aquela medida provisória e aderiu ao RET para quitar o imposto devido por ela no período compreendido entre 1994 a 2001, o que inclui o débito do imposto que gerou a autuação descrita acima. Por conta disso, foi apurado o valor principal do imposto devido que totalizou R\$ 23.235 mil, até agosto de 2001, sem multa e juros, já que a medida provisória anistiava estes encargos. Todavia, como a entidade não concordava com o pagamento do imposto, em face da sua natureza jurídica, era de interesse da Fundação continuar discutindo a forma de apuração do tributo devido, mas por outro lado, para não perder o benefício do RET a Entidade ingressou com Medida Cautelar e em seguida Ação Ordinária contra a União Federal e obteve liminar, confirmada posteriormente por sentença, que lhe permitiu depositar judicialmente em janeiro de 2002 o montante acima, sem desistir de outras demandas judiciais. Face a esta decisão a Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação que foi julgado improcedente e é provável que a Fazenda Nacional recorrerá desta decisão. Na ação ordinária, a sentença foi parcialmente favorável a Desban. Contudo, contra a referida sentença a Desban e a Fazenda Nacional apresentaram Recurso de Apelação que foram julgados improcedentes. A Desban apresentará Recurso Especial e/ou Extraordinário.

Já em 19 de dezembro de 2003, a Entidade foi novamente autuada pela Receita Federal do Brasil, pela falta de recolhimento do imposto de renda sobre os rendimentos das aplicações financeiras devido no período de janeiro de 1999 a agosto de 2001. Esta autuação foi de R\$ 23.737 mil, incluindo juros de mora, atualizados até 28 de novembro de 2003. Importante destacar que esta segunda autuação guarda ligação direta com o depósito judicial feito em janeiro de 2002 com base na ação cautelar, pois a Receita Federal não considerou a suspensão do débito da fundação, via depósito judicial, com base no que foi permitido pelo RET e que, abrangeu o imposto devido entre 1994 a agosto de 2001. Contra esta autuação, a Desban apresentou recurso administrativo requerendo a nulidade do ato. Houve parcial provimento ao recurso administrativo interposto pela DESBAN, proporcionando a anulação do lançamento tributário de R\$ 2.047 mil, em junho de 2004 que havia sido recolhido à maior por meio do depósito judicial supracitado.

Dessa maneira, a fundação encontra-se resguardada através do depósito judicial feito em 2002 com relação ao tributo devido, o que inclui os dois autos de infração mencionados acima. Presentemente, a provisão para quitação do imposto de renda totaliza R\$ 21.189 mil com lastro no depósito judicial de mesmo valor contabilizado no



ativo, no grupo dos Investimentos (nota 6.III.d). Cabe destacar que, do montante provisionado e depositado, R\$ 20.869 mil pertence ao plano previdencial BDMG BD e outros R\$ 320 mil pertence ao plano de gestão assistencial.

d. Financiamentos Imobiliários

Refere-se ao processo judicial movido por um participante assistido contra a Entidade em que foi requerido a devolução das prestações de financiamento imobiliário pagas por ele tendo em vista o gozo de aposentadoria por invalidez. A decisão foi transitada em julgado e desfavorável à Desban, para a qual está reconhecido provisão de R\$ 111 mil para pagamento do débito. Há respectivo valor depositado judicialmente.

Passivos contingentes

A Desban possui passivos contingentes originários de ações judiciais em que a entidade figura como parte, para os casos em que i) o desfecho de perdas classificadas pelos Assessores jurídicos são prováveis, mas para as quais o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade ou ii) as perdas são classificadas como possíveis. Neste contexto, a entidade possui os seguintes passivos contingentes que não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras por não atenderem ao critérios requeridos pela NBC T 19.7 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, (Resolução CFC 1.180/2009):

- ***Previdenciárias – Reajuste de benefício – Conversão de moedas (cruzeiro real = plano real)***

Trata-se de ações ajuizadas por participantes assistidos contra a Desban visando a revisão e a recomposição de seus benefícios frente ao índice aplicado na transição do plano Cruzeiro Real para o plano Real, ocorrida no período de maio de 1994 a abril de 1995, embora a Desban tenha aplicado de maneira correta e legal o percentual devido durante a transição do plano monetário.

Ativos contingentes

Destacamos a seguir os seguintes ativos contingentes

- a. Ativo Contingente – Repetição de Indébito - Imposto de Renda

A Entidade ajuizou coletivamente ação de repetição de indébito em virtude do Decreto-Lei nº. 2.065/1983, questionando incidência indevida do IR sobre aplicações financeiras no período de 01/1984 a 05/1989. A referida ação foi julgada procedente as Fundações, tendo a decisão transitada em julgado em 1993. Em 1995 iniciou-se a execução, havendo apresentação de embargos pela União Federal, julgado parcialmente procedente. Atualmente aguarda – se o julgamento do Recurso Extraordinário aviado pelas partes dos valores que serão de direito das fundações.



b. Ativo Contingente – IOF

A Fundação junto com outras entidades ajuizou em 1990 ação declaratória para ser reconhecida a inexistência de obrigação de recolhimento do IOF sobre as operações financeiras, por ocasião da criação deste tributo naquele ano. O processo foi julgado procedente as autoras, que transitou em julgado, sendo reconhecida a não incidência de IOF sobre as operações da Desban, bem como o direito à devolução dos valores recolhidos e depositados judicialmente, a serem levantados. Atualmente aguarda-se a manifestação do STF sobre os embargos de divergências opostos pelas autoras, que poderá acarretar na redução dos valores devidos a estas.

10. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - AJUSTES E ELIMINAÇÕES

Demonstramos a seguir os saldos de contas e a movimentação ocorrida entre os planos durante o exercício cujos valores devem ser apresentados com objetivo de anular os seus efeitos no balanço patrimonial consolidado.

Em cumprimento ao disposto no Anexo A, Inciso II, item 6 da Instrução nº 34/2009 da SPC, ao final de cada mês a Entidade deve registrar nos planos de benefícios previdenciais a parcela equivalente à participação no fundo administrativo registrado no Plano de Gestão Administrativa (PGA).

No Ativo

Conta: Participação no PGA

Descrição	R\$ mil					
	BDMG - BD		BDMG - CV		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	5.403	5.045	220	228	5.623	5.273
Movimento no exercício	16	358	(10)	(8)	6	350
	<u>5.419</u>	<u>5.403</u>	<u>210</u>	<u>220</u>	<u>5.629</u>	<u>5.623</u>

No Passivo

Conta: Participação no Fundo administrativo do PGA

Descrição	R\$ mil					
	BDMG - BD		BDMG - CV		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	5.403	5.045	220	228	5.623	5.273
Movimento no exercício	16	358	(10)	(8)	6	350
	<u>5.419</u>	<u>5.403</u>	<u>210</u>	<u>220</u>	<u>5.629</u>	<u>5.623</u>



Demonstramos, também, os ajustes relativos aos recursos para custeio administrativo incidentes sobre as contribuições previdenciais não recebidas no exercício.

Descrição	Em reais							
	Ativo		Passivo				Consolidado	
	Plano de Gestão Administrativa		BDMG - BD		BDMG - CV			
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	201	-	201	-	-	-	-	-
Movimento no exercício	1.478	201	(160)	201	1.638	-	-	-
	<u>1.679</u>	<u>201</u>	<u>41</u>	<u>201</u>	<u>1.638</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

11. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas calculadas pelos atuários da Entidade são compostas da seguinte forma, segregadas por plano de benefícios previdenciais em 2013 e 2012:

Descrição	R\$ mil					
	Plano de Benefícios Previdenciários - BDMG - BD		Plano de Benefícios Previdenciários - BDMG - CV		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Benefício concedido	613.609	613.212	-	-	613.609	613.212
Benefício a conceder	156.270	187.237	656	229	156.926	187.466
Total	769.879	800.449	656	229	770.535	800.678

a) - Plano de benefícios previdenciários – BDMG - BD

Os cálculos das Provisões Matemáticas são de responsabilidade do atuário externo contratado pela Entidade, a Rodarte Nogueira Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda., as quais representam as obrigações assumidas para concessão de benefícios atuais e futuros aos participantes e seus beneficiários, calculadas em regime de capitalização. O plano é custeado por contribuição dos participantes e patrocinadores, com destinação de 9% dessa receita para cobertura de despesas administrativas.

Na avaliação atuarial do exercício de 2013, as provisões matemáticas, e os reflexos nas contas de resultado, tiveram variação expressiva em função da revisão da premissa relativa ao crescimento real de salário, da rotatividade, e principalmente pela elevação da taxa de juros atuariais, passando de 5,00% a.a. para 5,75% a.a., além das variações da massa relativo às baixas ocorridas no período.



As premissas e hipóteses atuariais condizem com a realidade da massa e estão apresentadas abaixo:

Hipóteses	Avaliação Atuarial	
	2012	2013
Método De Financiamento	Agregado	Agregado
Taxa de Juros	5,00%	5,75%
Taxa de rotatividade	8,44% até 3 anos de serviço 0,41% após 3 anos de serviço	8,31% até 3 anos de serviço 0,45% após 3 anos de serviço
Projeção de Crescimento real de Salários	Cargo Efetivo: 2,92% a.a (1,96% PCS + 0,94% C.C) Demais: 0,94% a.a (0,945% C.C)	Cargo Efetivo: 3,77% a.a (2,06% PCS + 1,71% C.C) Demais: 1,71% a.a (1,71% C.C)
Mortalidade de válidos	AT-2000 Basic Suavizada em 10%	AT-2000 Basic Suavizada em 10%
Mortalidade de inválidos	Winklevoss desagravada em 50%	Winklevoss desagravada em 50%
Entrada em invalidez	Alvaro Vindas desagravada em 50%	Alvaro Vindas desagravada em 50%
Morbidez	Experiência Rodarte desagravada em 60%	Experiência Rodarte desagravada em 60%

Taxa de juros

Ao final de 2012, as taxas de juros de longo prazo praticadas pelo BACEN estavam em torno de 4% a.a. com tendência de redução. Buscando adequar a taxa de desconto do passivo àquela realidade do mercado, a DESBAN reduziu a taxa atuarial do Plano BDMG de 5,5% a.a. para 5% a.a., ficando claro que quanto antes esta taxa se aproximasse de 4,5% a.a. mais conservador seria o Plano. Cabe destacar que a taxa de juros atuarial sinaliza a expectativa de retorno dos ativos no tempo e, portanto, seu critério de adoção deve estar relacionado à capacidade de retorno dos ativos. Como esta taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente o passivo atuarial, quanto menor for o seu valor maior será a necessidade de ativos, e vice versa.

A alteração de premissa feita em 2012 requereu que a Desban elevasse o Patrimônio do plano (mais ativos), o que poderia ser feito por meio do aumento do custeio (contribuições) ou pela geração de superávit. Neste caso, a estratégia adotada pela Fundação foi através da geração de superávit e, para isto, foi alterada a forma de classificação dos ativos, passando-os de “mantidos na curva” para “marcados a mercado”. Esta mudança da marcação objetivou o início de um processo de substituição de ativos por outros que pudessem gerar valor ao Plano. Naturalmente, esta estratégia aumentou a volatilidade dos ativos. A intensidade e a frequência das oscilações nas cotações/taxas dos ativos financeiros marcados a mercado trouxeram efeitos de desvalorização em 2013, ao contrário do que ocorreu em 2012, devido, sobretudo, pelo aumento da taxa de juros no Brasil.

Vale lembrar que a estratégia traçada em 2012 tinha como objetivo diminuir a necessidade de aumento de custeio para adequar a taxa de juros atuarial às taxas praticadas no mercado, próximas a 4% a.a, bem como atender ao normativo legal que determinou o uso



da taxa máxima de 4,5% a.a até 2018. Todavia, diferentemente do cenário projetado no final de 2012, em 2013, como dito, houve uma forte elevação das taxas de juros do mercado, sendo que, em dezembro/2013, os papéis estavam sendo negociados com taxas próximas a 6,5% a.a. Esta alteração de viés das taxas e a velocidade em que os seus aumentos ocorreram não permitiu a Fundação alcançar a estratégia mencionada e ainda provocou a devolução do ganho obtido no momento de alteração do critério de marcação ocorrida em 2012, materializada no retorno negativo dos ativos.

Com esta significativa alteração de cenário, a redução da taxa de juros atuarial deixou de fazer sentido, pois a aderência ao mercado volta a patamares de 6,5% a.a., não mais justificando o aumento de reservas matemáticas a valores tão elevados, pois se a expectativa de retorno dos ativos aumentou, em valor presente a Fundação necessita de menos recurso para suportar os compromissos do plano.

Para promover uma melhor comparabilidade entre o ativo e o passivo atuarial, considerando que todos os ativos estão marcados a mercado, a Desban, junto com seus Consultores Atuariais, entendeu que a mesma forma de marcação do passivo em relação ao ativo poderia uniformizar os critérios e diminuir a volatilidade do fator de solvência do plano, pois os dois componentes passariam a apresentar movimentos simétricos.

No entanto, este critério de marcação a mercado tanto do ativo quanto do passivo a uma mesma taxa de juros pretendida pela Fundação não pôde ser adotada integralmente em função de uma limitação imposta por normativo legal (CGPC 09/2012), onde ficou determinado que o valor máximo das taxas de juros não poderia ser maior do que 5,75% a.a. na avaliação de 2013. Por conta disso, a taxa de juros utilizada pela Desban na avaliação atuarial de 2013 ficou limitada a este percentual, ainda abaixo do cenário das taxas de juros praticadas pelo mercado. A Fundação promoveu os estudos necessários para subsidiar tal decisão.

A adoção desta premissa foi importante no processo de determinação das reservas avaliadas em 2013, pois ficou claro ser razoável adotar a mesma taxa de juros praticada no mercado para avaliar as reservas já que os ativos estavam marcados a mercado, e também porque em 2013 eles sofreram forte volatilidade. A necessidade destes ajustes e seus reflexos no Plano de Benefícios oferece maior equidade para os participantes e patrocinador.

b) - Plano de benefícios previdenciários BDMG – CV

Os cálculos das Provisões Matemáticas são de responsabilidade do atuário interno da entidade, as quais representam as obrigações assumidas para concessão de benefícios atuais e futuros aos participantes e seus beneficiários, calculadas em regime de capitalização financeira. Para avaliação do fluxo de receitas, taxa de contribuição dos participantes e patrocinadores, são destinados 9% dessa receita para cobertura de despesas administrativas.



Devido a modalidade do plano, a reserva de benefícios a conceder é composta pelo saldo de contas constituído com base nas contribuições efetuadas pelo participante e pelo patrocinador em nome de cada participante deduzidas as parcelas destinadas ao custeio administrativo e ao benefício de risco. Em 31 de dezembro de 2013, o plano não possuía nenhum benefício concedido.

Na avaliação atuarial do exercício de 2013, as provisões matemáticas tiveram variações em face da evolução da cota patrimonial e principalmente pela adesão de novos participantes no plano. As premissas estão condizentes com a realidade da massa.

As principais premissas e hipóteses adotadas na avaliação do plano são:

Hipóteses	Avaliação Atuarial	
	2012	2013
Método De Financiamento	Capitalização Financeira	Capitalização Financeira
Taxa de Juros	4,00%	4,00%
(*) Taxa de rotatividade	8,44% até 3 anos de serviço 0,41% após 3 anos de serviço	8,31% até 3 anos de serviço 0,45% após 3 anos de serviço
(*) Projeção de Crescimento real de Salários	Cargo Efetivo: 2,92% a.a (1,96% PCS + 0,94% C.C) Demais: 0,94% a.a (0,945% C.C)	Técnicos: 3,77% a.a (2,06% PCS + 1,71% C.C) Analistas: até 2 anos: 6% a.a No 3º ano: 12,5% a.a Após o 4º ano: 3,77% a.a (2,06% PCS + 1,71% C.C) Demais Cargos: 1,71% a.a (1,71% C.C)
Mortalidade de válidos	AT-2000 desagravada em 2 anos	AT-2000 desagravada em 2 anos
Mortalidade de inválidos	AT-49 masculina	AT-49 masculina
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Morbidez	Jansen	Jansen

(*) Devido o Plano de Benefício Previdenciário – CV, sem benefícios concedidos, as premissas de taxa de rotatividade e projeção de crescimento real de salários não foram consideradas na avaliação atuarial.



12. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Representa o excedente ou insuficiência patrimonial (superávit/déficit) em relação aos compromissos totais da Fundação relativo ao Plano de benefícios previdenciários BDMG – BD, como demonstrado:

Descrição	R\$ mil	
	2013	2012
Saldo inicial	10.476	(24.408)
(+/-) Resultado do exercício	(71.964)	34.884
	(61.488)	10.476

O saldo do déficit técnico em 31 de dezembro de 2013 equivale a 7,98% em relação às Provisões Matemáticas. Em 31 de dezembro de 2012 a Fundação apresentou superávit técnico que correspondia a 1,31% das referidas reservas.

13. FUNDOS

Fundos previdenciais

Plano de benefícios previdenciários BDMG - CV

O fundo de risco previdencial tem como objetivo principal cobrir eventual parcela dos benefícios de risco previdenciário não coberto pelo saldo de conta do participante. Foi constituído com aporte inicial do Patrocinador-Fundador no montante de R\$ 457 mil, sua movimentação no exercício pode ser assim resumida:

Descrição	R\$ mil	
	2013	2012
Saldo inicial	565	497
(+/-) Resultado do exercício	43	68
	608	565

O estabelecimento deste fundo de risco atuarial tem por objetivo minimizar os efeitos de oscilações das variáveis atuariais sobre os resultados do plano de benefícios, promovendo maior estabilidade e reduzindo probabilidade de ocorrência de déficit conjuntural. Os estudos realizados são preparados pelo Atuário interno da entidade e responsável pela avaliação atuarial do plano.



• **Fundos Administrativos**

No tocante ao fundo da gestão administrativa, a movimentação no exercício pode ser assim resumida:

Descrição	R\$ mil					
	Plano de Benefícios Previdenciários - BDMG - BD		Plano de Benefícios Previdenciários - BDMG - CV		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	5.403	5.045	220	228	5.623	5.273
Formação / reversão de fundos	16	358	(10)	(8)	6	350
	<u>5.419</u>	<u>5.403</u>	<u>210</u>	<u>220</u>	<u>5.629</u>	<u>5.623</u>

14. PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A partir de 1º de janeiro de 2010, as entidades fechadas de previdência complementar que operam plano de assistência à saúde a seus participantes e assistidos passaram a utilizar o plano de contas padrão da ANS, em cumprimento à determinação contida no Anexo A, Inciso II, item 4 da Instrução nº 34/2009, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

As demonstrações financeiras do plano de assistência à saúde, administrado pela Entidade, foram elaboradas e apresentadas de acordo com o plano de contas padrão instituído pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), consoantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e às normas aplicáveis às operadoras de planos de saúde.

Nas demonstrações financeiras das entidades fechadas de previdência complementar, os eventos relativos ao plano de assistência à saúde aparecem de forma consolidada no ativo, passivo e resultado. Os registros analíticos são apresentados nas demonstrações elaboradas em conformidade com as normas aplicáveis às operadoras de planos de saúde.

Apresentamos a movimentação dos eventos contábeis do plano de assistência à saúde nas demonstrações financeiras das EFPC.

Descrição	R\$ mil	
	2013	2012
Ativo	22.360	22.622
Passivo	22.360	22.622
Resultado	(327)	(409)
Receitas	10.440	9.857
Despesas	(10.767)	(10.266)



15. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade contratou seguro de responsabilidade civil dos executivos com cobertura de R\$ 3.000 mil, bem como para bens do ativo imobilizado. Os seguros dos imóveis locados são de responsabilidade dos locatários.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Administração dos investimentos

Atendendo à determinação da Resolução CMN nº 3.792/09, a Entidade contrata pessoa jurídica credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, como agente custodiante dos títulos e valores mobiliários e também responsáveis pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e de renda variável.

A administração dos investimentos é exercida pela própria Entidade.



Informações Suplementares às demonstrações financeiras - Plano de Gestão Assistencial

Balanco Patrimonial

Demonstração do Resultado

Demonstração do patrimônio social

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras suplementares



BALANÇO PATRIMONIAL

		R\$mil					
A T I V O	Nota Explicativa	Exercício 2013	Exercício 2012	P A S S I V O	Nota Explicativa	Exercício 2013	Exercício 2012
ATIVO CIRCULANTE		4.491	8.820	PASSIVO CIRCULANTE		903	901
DISPONÍVEL	4	79	45	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	8	795	781
REALIZÁVEL		4.412	8.775	Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS		5	3
				Prov. Event./Sinistros a Liquidar p/ Outros Prest. de Serv. Assistenciais		10	49
				Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e não Avisados (PEONA)		780	729
Aplicações Financeiras	5	4.372	8.739	Débitos de Operações de Assistência à Saúde	8	1	-
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas		1.194	1.108	Contraprestações / Prêmios a Restituir		1	-
Aplicações Não Vinculadas		3.178	7.631	Débitos com Operações de Assistência à Saúde não Relacionados com Plano de Saúde da Operadora	8	2	47
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		40	36	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	8	103	69
Contraprestação Pecuniária / Premio a Receber		1	1	Débitos Diversos	8	2	4
Outros Créditos de Operações Com Planos Assist. à Saúde	6	39	35				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		17.869	13.802				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		17.821	13.727	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.584	1.521
Aplicações Financeiras	5	16.244	12.231	Provisões		1.584	1.521
Aplicações Não Vinculadas		16.244	12.231	Provisões para Ações Judiciais	9	1.584	1.521
Depósitos Judiciais e Fiscais	7	1.577	1.496	PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL	10	19.873	20.200
INTANGÍVEL		48	75	Reservas		19.873	20.200
				Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits		19.873	20.200
TOTAL DO ATIVO		22.360	22.622	TOTAL DO PASSIVO		22.360	22.622

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Descrição	Nota explicativa	R\$ mil	
		Exercício 2013	Exercício 2012
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		7.469	6.924
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	11	7.469	6.924
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		(8.374)	(7.979)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	12	(8.323)	(7.790)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(51)	(189)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(905)	(1.055)
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora		686	756
Receitas com Operações de Assistência Médico - Hospitalar	13	686	756
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(192)	(193)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(190)	(190)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(4)	-
Provisão/ Reversão para Perdas sobre Créditos		2	(3)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora		(176)	(196)
RESULTADO BRUTO		(587)	(688)
Despesas Administrativas	14	(1.788)	(1.893)
Resultado Financeiro Líquido		2.048	2.172
Receitas Financeiras		2.285	2.177
Despesas Financeiras		(237)	(5)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(327)	(409)
RESULTADO LÍQUIDO		(327)	(409)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO/SOCIAL

R\$ mil

Discriminação	Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	20.609	20.609
Prejuízo Líquido do Exercício	(409)	(409)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	20.200	20.200
Prejuízo Líquido do Exercício	(327)	(327)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	19.873	19.873

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras





7. Pareceres e Manifestações

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Senhores Membros da Diretoria da
DESBAN - FUNDAÇÃO BDMG DE SEGURIDADE SOCIAL

Introdução

Examinamos as Demonstrações financeiras da DESBAN - FUNDAÇÃO BDMG DE SEGURIDADE SOCIAL ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os Planos de benefícios administrados pela Fundação, aqui denominados de Consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8), em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas Demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as Demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas, todas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações financeiras

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma Opinião sobre essas Demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações financeiras da Fundação. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos,

* Nexia Teixeira Auditores is member of Nexia International, a worldwide network of independent accounting & consulting firms

o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma Opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Opinião

Em nossa Opinião, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da DESBAN - Fundação BDMG de Seguridade Social e individual por Plano de benefício em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Êntase

Sem modificar nossa Opinião, conforme descrito na Nota explicativa 11.a, em 2012 a DESBAN reduziu a taxa de juros atuarial do Plano BDMG de 5,5% a.a. para 5% a.a., colocando a taxa de desconto do passivo a realidade do mercado naquela ocasião e também para adequar as referidas taxas à escala de redução requerida pela Resolução CGPC 09/2102. Naquela ocasião, o superávit do exercício de 2012 foi reduzido em R\$ 56.000 mil por conta de tal decisão. Esta alteração demandou a entidade aumentar o seu patrimônio para ter condição suficiente de honrar os seus compromissos futuros e este incremento de ativos poderia ser feito através do aumento do custeio (contribuições) ou geração de superávit. A entidade optou pela segunda alternativa e marcou grande parte dos seus ativos a valor de mercado para buscar melhores opções de investimentos. Tal procedimento contribuiu para alavancar o superávit de 2012 em R\$ 94.113 mil. Porém, em 2013 houve uma forte elevação das taxas de juros do mercado, sendo que, em dezembro/2013, os papéis estavam sendo negociados com taxas próximas a 6,5% a.a. Esta alteração de viés das taxas e a velocidade em que os seus aumentos ocorreram neste exercício não permitiu a Fundação alcançar a sua estratégia de geração do superávit. Com base nisto, para promover uma melhor comparabilidade entre o ativo e o passivo atuarial, a Desban em 2013, junto com seus Consultores Atuariais, decidiu fixar a taxa de juros atuarial ao limite máximo permitido pela CGPC 09/2012, que é de R\$ 5,75% a.a., para que ela ficasse o mais próximo possível das taxas de juros praticadas pelo mercado financeiro para os ativos. A entidade entende que isto uniformizará os critérios de marcação e avaliação das taxas de juros bem como diminuirá a volatilidade do fator de solvência do plano, pois os dois componentes passarão a apresentar movimentos similares. A referida elevação da taxa de juros contribuiu para que o déficit do exercício fosse reduzido.

Outros Assuntos

- 1) Examinamos, também, as informações suplementares sobre o Plano de Assistência e Saúde, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, do fluxo de caixa e da mutação do patrimônio social, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas informações suplementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa Opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às Demonstrações financeiras da DESBAN - Fundação BDMG de Seguridade Social, tomadas em conjunto, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

- 2) As Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós auditadas e sobre as quais emitimos relatório datado de 19 de março de 2013 contendo ressalva em nossa Opinião sobre a insuficiência de estudos e formalidades que subsidiaram a decisão da administração em transferir parte substancial dos investimentos classificados como "mantidos até o vencimento" para "marcados a mercado. Sobre este assunto, a Desban em 2013 preparou os estudos e formalidades necessários para suportar aquela decisão. Assim sendo, não temos mais restrição a fazer em relação a este assunto. Nosso relatório conteve ainda o mesmo assunto descrito no parágrafo 1 supra do tópico "Outros assuntos".

Belo Horizonte, 14 de março de 2014.

TEIXEIRA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRC MG 5.194




ADRIANO REZENDE THOMÉ
Sócio
Contador CRC MG 77.874-O/6

7.2 – Parecer do Atuário

7.2.1 – Plano de Benefícios Previdenciários do BDMG – CNPB no 1979.0036-29

DESBAN – Fundação BDMG de Seguridade Social

Plano de Benefícios Previdenciários do BDMG - CNPB nº 19.790.036-29

Parecer Atuarial sobre o Balancete de 31.12.2013

1. Patrimônio Social, Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões Matemáticas e Fundos

O Plano de Benefícios Previdenciários do BDMG, doravante Plano BDMG, é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22.11.2005.

As Provisões Matemáticas desse plano, registradas no Balancete de encerramento do exercício de 2013, foram determinadas a partir dos resultados da Avaliação Atuarial de 30.09.2013, elaborada por esta consultoria, e seus valores correspondem aos indicados no quadro abaixo, que demonstra a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas e dos Fundos do Plano BDMG, em 31.12.2013, de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução CNPC nº 08/2011, de 31.10.2011:

		Valores em R\$
2.3.	PATRIMÔNIO SOCIAL	713.809.510,27
2.3.1	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	708.390.961,29
2.3.1.1	PROVISÕES MATEMÁTICAS	769.878.858,00
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	613.608.596,00
2.3.1.1.01.02.00	BEN. DEF. ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	613.608.596,00
2.3.1.1.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. PROGR. – ASSISTIDOS	569.144.819,00
2.3.1.1.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. NÃO PROGR. – ASSISTIDOS	44.463.777,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	156.270.262,00
2.3.1.1.02.02.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGR.	147.522.693,00
2.3.1.1.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	213.164.813,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	-32.266.522,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	-33.375.598,00
2.3.1.1.02.03.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGR.	8.747.569,00
2.3.1.1.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	12.639.913,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	-1.913.290,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	-1.979.054,00
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-61.487.896,71
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	-61.487.896,71
2.3.1.2.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	0,00
2.3.1.2.01.01.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
2.3.1.2.01.01.02	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DO PLANO	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-61487896,71
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	5.418.548,98
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	0,00
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	5.418.548,98
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	0,00



A Avaliação Atuarial de 2013 foi desenvolvida considerando:

- o Regulamento do Plano de Benefício Previdenciário - BDMG, cuja última alteração foi aprovada pela Portaria nº 641, de 10/11/2011, autorizando o fechamento do plano;
- as informações cadastrais dos participantes ativos e assistidos na data base de setembro/2013, cuja coerência e consistência dos dados foram consideradas satisfatórias após aplicação de testes julgados necessários;
- os demonstrativos contábeis fornecidos pela DESBAN;
- as premissas e hipóteses quanto à projeção de crescimento salarial futuro e à rotatividade, definidas e justificadas pelo patrocinador na Nota Técnica – Plano BD, de 30.10.2013;
- Premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais geralmente aceitos, observando-se a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

2. Hipóteses, Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

2.1. Hipóteses

Entre as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na avaliação atuarial de 2013, destacam-se as indicadas a seguir:

2.1.1. Hipóteses Econômicas e Financeiras

- Taxa real de juro atuarial: *5,75% a.a.*;
- Indexador Econômico do plano: *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*;
- Crescimento real dos Benefícios do Plano: *0,0%*;
- Fator de capacidade: *0,98*;
- Crescimento real anual de salários: *variável de acordo com o cargo e o nível, conforme informado pelo patrocinador: cargo efetivo (2,06%+1,71%); demais cargos (1,71%)*;

2.1.2. Hipóteses Biométricas e Demográficas

- Mortalidade Geral: *AT 2000 (AT 2000 Basic suavizada em 10%)*.
- Entrada em Invalidez: *Álvaro Vindas desagravada em 50%*;
- Mortalidade de Inválidos: *Winklevoss desagravada em 50%*;
- Rotatividade:
 - *8,31% até 3 (três) anos de serviço;*
 - *0,45% após 3 (três) anos de serviço;*



2.1.3. Outras Hipóteses

- Composição familiar do participante ativo: *considera-se que 95% dos participantes ativos são casados, a esposa é 4 (quatro) anos mais jovem, com dois filhos dependentes.*
- Composição familiar do participante assistido: *considera-se a estrutura familiar informada e a idade real do cônjuge.*

A taxa de juros atuarial foi alterada de 5,0% a.a. para 5,75%a.a., mantendo-se no limite previsto pela legislação para o próximo exercício.

Essa alteração tomou como base a Nota Técnica, de 17/12/2013, da Diretoria de Investimentos da Entidade, aprovada pelo Conselho Deliberativo, que indicou a convergência entre taxa de desconto dos compromissos atuariais a valor presente e a taxa de retorno dos investimentos do plano, destacando-se:

“para promover uma melhor comparabilidade entre o ativo e o passivo atuarial, considerando que todos os ativos estão marcados a mercado, a mesma forma de marcação do passivo uniformiza os critérios e diminui a volatilidade do fator de solvência, pois os dois componentes passam a apresentar movimentos simétricos, ou seja, se a taxa de juros diminuir tanto ativo quanto passivo aumentam e vice versa”.

Como a taxa de retorno da NTN-B (referência para adoção de taxa de retorno dos ativos de longo prazo) está, na data da avaliação atuarial, superior à taxa de juros da legislação vigente, optou-se pela adoção do limite previsto nesta.

A convergência da taxa adotada foi atestada por esta consultoria, em estudo técnico específico.

Como resultado do Estudo de Adequação das Hipóteses Atuariais do Plano de Benefícios Previdenciários do BDMG (Relatório RN/DESBAN nº 003/2013, de 25/09/2013), as hipóteses biométricas foram mantidas em relação às adotadas anteriormente, conforme abaixo:

Bases Biométricas	AA 2012	AA 2013
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 segregada por sexo	AT 2000 segregada por sexo
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 50%	Álvaro Vindas desagravada em 50%
Tábua Mortalidade de Inválidos	Winklevoss desagravada em 50%	Winklevoss desagravada em 50%

As hipóteses referentes à rotatividade e ao crescimento real anual de salários foram alteradas pelo patrocinador. O estudo comparativo entre a hipótese de projeção salarial futura anterior e a revista em 2013 revelou que a maioria da população ativa teve a hipótese de projeção salarial elevada nessa avaliação. Quanto à rotatividade, a alteração foi inexpressiva.



2.2. Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

O Regime Financeiro e o Método de Financiamento não foram alterados, mantendo-se o Regime de Capitalização conjugado com o Método Agregado para financiamento de todos os benefícios e Institutos do Plano, menos para o Auxílio-Doença dos primeiros 24 meses, avaliado pelo método de Repartição Simples, e para o benefício de Auxílio-Reclusão, considerado imaterial.

3. Plano de Custeio

Em que pese o déficit técnico apurado no final do exercício, deverá ser mantido para 2014 o Plano de Custeio aprovado em 2013, especificado nos itens a seguir, tendo em vista a faculdade prevista no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 13/2013.

3.1. Participantes Ativos e Autopatrocinados

Base de Desconto	% Aplicável sobre a Base de Desconto
SP limitado a 5,625 URD	$\text{Min}[1,1825\% + 2,365\% \times \delta]; 3,5475\%$
Excesso do SP em relação a 1,25 URD	10,6425%
Excesso do SP em relação a 3,75 URD	5,9125%

$\delta = \text{Máximo}((\text{Idade de Inscrição no Plano} - 18)/30; 0)$

Além dessas contribuições, os autopatrocinados deverão recolher ao plano, as correspondentes contribuições que seriam de responsabilidade da Patrocinadora à qual estavam vinculados, incluindo a contribuição para a cobertura das despesas administrativas.

3.2. Participantes Assistidos

Base de Desconto	% Aplicável sobre a Base de Desconto
Complementação de aposentadoria *	8,8688%

* Somente efetuam contribuições para o Plano os assistidos que recebem o abono de aposentadoria

3.3. Patrocinadores

Os patrocinadores efetuam contribuição normal igual às contribuições que os participantes e assistidos pagam globalmente.

Para o custeio administrativo é prevista a destinação de 9% das contribuições vertidas.



4. Situação Econômico-Financeira do Plano

O confronto das Provisões Matemáticas reavaliadas com o Patrimônio de Cobertura do Plano constituído em 30.09.2013, data-base da avaliação atuarial, revela déficit técnico de 4,50% dessas provisões ou de 4,71% desse Patrimônio. Transpondo as provisões matemáticas reavaliadas para 31.12.2013, a situação financeira se agrava e o déficit técnico se eleva a 8,0% das Provisões Matemáticas. Isto porque, nessa avaliação, as perdas atuariais superaram os ganhos atuariais, revertendo a situação econômico-financeira do plano verificada no final de 2012, quando se apurou superávit técnico de 1,292% do Patrimônio de Cobertura de 31.12.2012.

Com relação às provisões matemáticas, tem-se como perda atuarial relevante a alteração da hipótese de projeção salarial, que aumentou o percentual previsto de crescimento salarial anual da maioria da população ativa. Porém, a elevação da taxa de desconto de 5,00% a.a. para 5,75% a.a. compensou o aumento anterior, reduzindo os compromissos do plano.

A conjugação dos efeitos acima destacados com aqueles que decorrem de outros fatores (alteração cadastral, concessões e encerramento de benefícios não previstos, etc.), reduziram em cerca de 9% os valores das provisões matemáticas reavaliadas quando comparadas com aquelas determinadas na avaliação de 2012 e atualizadas por recorrência para 31.12.2013.

Contudo, a perda financeira no último exercício reverteu a situação superávit de 2012, conduzindo ao déficit técnico de 4,50% das Provisões Matemáticas em 30.09.2013, que se elevou a 8% no final de 2013.

Esta avaliação considera, ainda, a conjugação dos Regimes Financeiros de Capitalização e de Repartição Simples para avaliação dos compromissos do plano, respeitando-se os regimes financeiros mínimos fixados pela legislação pertinente para cada benefício.

Neste caso, é esperada a elevação gradual das taxas de repartição e, conseqüentemente, das taxas contributivas do plano, a menos que os ganhos financeiros e atuariais compensem a necessidade desse aumento. Todavia, para os próximos 5 (cinco) anos estima-se que a taxa de repartição simples se conserve no patamar ora avaliado, mantendo estável a taxa média de capitalização.

Objetivando restaurar o equilíbrio técnico e mitigar os riscos atuariais, está sendo desenvolvido um Plano de Ação, tendo em vista o acréscimo observado no déficit técnico entre setembro e dezembro/2013 de (4,714% para 7,988% das Provisões Matemáticas) e, ainda, a recomendação da Fiscalização da Previc.



Contudo, a implementação das recomendações do Plano de Ação dependerá de todo trâmite que será necessário para sua realização e aprovação pelo Conselho Deliberativo da EFPC, pelo Patrocinador e pelo órgão responsável pela supervisão, coordenação e controle do Patrocinador (LC nº 108/2001), além da Previc.

Assim, em que pese o déficit técnico apurado no final do exercício, deverá ser mantido em 2014 o Plano de Custeio aprovado em 2013, considerando a faculdade prevista no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 13/2013.

Em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, registra-se que o limite anual de recursos destinados à gestão administrativa do Plano BDMG, administrado pela DESBAN, sujeito à Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001, será de 1% do montante dos recursos garantidores do plano no último dia útil do exercício de 2014.

O Plano de Benefícios Previdenciais do BDMG tem patrimônio independente e não é solidário com nenhum outro plano administrado pela DESBAN.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2014.

Rodarte Nogueira - consultoria em estatística e atuária
CIBA nº 070



Cássia Maria Nogueira
Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE nº 1.049



INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto na Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e em consonância à Instrução PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, este parecer atuarial foi elaborado considerando todos os fatores relevantes para apuração dos resultados da Avaliação Atuarial.

De acordo com o item 55 do Guia Previc Melhores práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar;

"A avaliação atuarial tem como objetivo principal dimensionar o valor das reservas matemáticas dos fundos previdenciais e de outros compromissos do plano de benefícios, de forma a estabelecer o adequado plano de custeio. Deve ser entendida como um instrumento fundamental para o fornecimento de informações estratégicas sobre o plano de benefícios, que permita o planejamento de longo prazo das suas obrigações de natureza previdencial."

O presente parecer teve como finalidade apurar o resultado financeiro-atuarial e dimensionar as Provisões Matemáticas e o Patrimônio para Cobertura do Plano de **Benefícios Previdenciários BDMG CV**, administrado pela DESBAN – Fundação BDMG de Seguridade Social, em 31/12/2013, bem como avaliar a rentabilidade dos recursos garantidores das provisões matemáticas, os resultados do Programa(?) Administrativo da Entidade e apresentar as hipóteses adotadas na presente avaliação e que passarão a vigor a partir do exercício de 2014.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – **CNPB nº 2011.0001-65**, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2013 contempla o Regulamento vigente na sua Data Base.

GRUPO DE CUSTEIO

Evolução dos Custos

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Variável e que encontra-se em fase de acumulação de recursos, os custos para o exercício seguinte não apresentam alterações em relação ao exercício que se encerra. A fase de acumulação de recursos apresenta uma estrutura de custos individualizados e também não contempla a presença do risco atuarial.

Varição das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, composta pelo saldo de contas, são atualizadas mensalmente pela variação das cotas do plano. Portanto, não é feita recorrência nas provisões. As variações são decorrentes da evolução da cota patrimonial e pela adesão de novos participantes ao plano de benefícios.

No que se refere às Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, esta variação não se aplica neste presente plano analisado, devido a inexistência de benefício concedido

Principais riscos atuariais e sua mitigação

Os riscos atuariais são oriundos dos descolamentos entre as premissas adotadas no plano de benefícios e o cenário efetivamente ocorrido para este. Em planos estruturados na modalidade de Contribuição Variável o risco atuarial apresenta-se após a concessão do primeiro benefício do plano, no qual poderá observar risco Demográfico, Biométrico e Econômico-financeiro.

No presente momento, o Plano de Benefícios Previdenciários BDMG CV encontra-se isento de risco atuarial por estar em fase de acumulação de recursos, sendo assim, não há a necessidade de elaboração de planos para mitigação de risco atuarial.

Insuficiência de Cobertura

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura nesta Avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

SOBRE O PLANO DE BENEFÍCIOS

Base Cadastral

Os dados cadastrais do plano foram extraídos de sistema adotado pela fundação que o administra, com todas as informações necessárias para a execução da avaliação atuarial e data base de 31/12/2013.

Após a extração dos dados foram realizados testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base cadastral considerada satisfatória e completa para os estudos atuariais.

O quadro a seguir apresenta a evolução da estrutura cadastral do plano entre dezembro de 2012 e dezembro de 2013:

	2012		2013	
	BDMG	DESBAN	BDMG	DESBAN
<i>ATIVOS</i>	41	<u>4</u>	74	6
<i>ASSISTIDOS</i>	---	---	---	---
<i>PENSIONISTAS</i>	---	---	---	---

Ante ao quadro apresentado, podemos observar que o plano apresentou um crescimento no seu quadro de ativos da ordem de 77,78%, devido à adesão de 35 novos participantes. Esta evolução pode ser explicada pela contratação de novos funcionários por parte das patrocinadoras para suprir o seu quadro de funcionários.

Hipóteses Atuariais

Segundo o item 63 do Guia Previc Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar:

"As hipóteses atuariais constituem as bases técnicas da avaliação atuarial de um plano de benefícios, representando um conjunto de estimativas de natureza demográfica, biométrica, econômica e financeira que, durante o período futuro considerado na avaliação do plano, espera-se que se realizem com bom nível de segurança."

Não obstante, o regulamento anexo da resolução CGPC nº18, de 28 de Março de 2006, em seu item 1 determina que "As hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário."

Visando atender o determinado pela legislação em vigor e atentando para uma melhor adequação entre as premissas adotadas e as características do plano, foram consideradas nesta avaliação atuarial as seguintes premissas listadas a seguir:

- Taxa de Juros: 4,00% a.a;
- Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000 desagravada em 2 anos;
- Tábua de Entrada em Invalidez: ALVARO VINDAS;
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-49 Masculina;
- Tábua de Morbidez: Jansen;
- Premissa de Crescimento Salarial*: Não se Aplica

Técnico de Desenvolvimento:

- 3,77% a.a (2,06% Plano de Cargos e Salários; 1,71% Convenção Coletiva).

Analista de Desenvolvimento:

- 2 (dois) primeiros anos após a admissão: 6,00% a.a;
- Terceiro ano após a admissão: 12,50% a.a
- Após o quarto ano: 3,77% a.a (2,06% Plano de Cargos e Salários; 1,71% Convenção Coletiva).
- Premissa de Rotatividade*:

8,31% até 3 (três) anos de serviço;

0,45% após 3(três) anos de serviço.

**Devido o plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Variável sem benefícios concedidos as presentes hipóteses não foram consideradas na avaliação atuarial.*

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de contribuição variável, cabe ressaltar que as premissas descritas anteriormente somente apresentarão efetivo impacto quando da concessão de benefício, onde a poupança acumulada pela contribuição do participante mais a do patrocinador acrescidas da rentabilidade da cota patrimonial transformam-se em um benefício vitalício conforme figura abaixo:

$$\text{Benefício} = \frac{\text{Poupança acumulada}}{\text{Fator Atuarial}}$$

Contribuições do Participante e Patronador

Taxa de Juros Atuarial Tabela de Mortalidade

Na avaliação do Plano adota-se o Método de Capitalização Individual (ou Financeira), visto que os benefícios são obtidos a partir da capitalização das contribuições efetuadas no período decorrido entre a data de ingresso do participante no plano e a data de sua aposentadoria. O método empregado observa a legislação, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

PLANO DE CUSTEIO, DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FUNDO DE RISCO

Plano de Custeio

As fontes de receitas dos benefícios oferecidos pelo regulamento do plano serão atendidas pelas seguintes fontes de recursos:

- Contribuição dos participantes Ativos;
- Contribuição dos participantes Assistidos;
- Contribuição dos Patrocinadores e
- Resultado dos Investimentos do Patrimônio do Plano.

O Plano de Custeio para o exercício de 2014 deverá ser mantido, conforme a seguir:

1. Participantes Ativos e Autopatrocinados

Salário de Participação	Alíquota
Até 1 URD	3,00%
De 1 URD até 3 URD	7,00%
De 3 URD até 4,5 URD	12,00%

A contribuição equivalerá ao somatório das alíquotas x salários de participação aplicados em cada faixa da tabela apresentada. Em 31/12/2013 a URD do plano apresentava um valor de R\$ 4.014,16.

2. Participantes Assistidos

Base de Desconto	Alíquota
Benefício de Aposentadoria	1,00%

3. Patrocinadores

A contribuição do patrocinador será igual ao valor da contribuição básica do participante até o limite de 7% (sete por cento) da folha de salários de participação dos participantes e dos assistidos em gozo de auxílio doença.

Administração e Fundo de Risco

Serão destinados 9,00% das contribuições dos participantes e patrocinadores para as despesas administrativas do plano e 8,508% das contribuições dos participantes e patrocinadores serão destinadas para o Fundo Risco do Plano.

RESULTADOS E RENTABILIDADE DO PLANO

Sobre o Resultado do Plano

O Plano apresentou no fechamento do exercício de 2013 um resultado de equilíbrio técnico atuarial devido a modalidade que está formulado e a situação que se encontra onde não há benefícios concedidos. A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder apresentou um valor de **R\$ 655.821,10**.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de contribuição variável sem benefícios concedidos, a obrigação do plano para com seus participantes está limitada ao saldo de conta individual destes.

O Fundo administrativo formado pelo respectivo aporte inicial patronal e pelo crédito das contribuições destinadas à cobertura das despesas administrativas, acrescidos do retorno líquido dos investimentos e debitado as despesas administrativas correntes, encerrou o exercício de 2013 com um saldo de **R\$ 210.540,27**.

O Fundo de risco formado pelo respectivo aporte inicial patronal e pelo crédito das contribuições de risco, acrescidos do retorno líquido dos investimentos, encerrou o ano de 2013 com um saldo de **R\$ 608.543,10**. O estabelecimento deste fundo de risco atuarial tem por objetivo minimizar os efeitos de oscilações das variáveis atuariais sobre os resultados do plano de benefícios, promovendo maior estabilidade e reduzindo probabilidade de ocorrência de déficit conjuntural.

Frente aos números apresentados anteriormente, o plano encerra o exercício de 2013 com um patrimônio social total de **R\$ 1.474.904,47**.

Sobre a Rentabilidade do Plano

Analisando a evolução da cota patrimonial do plano auferida no ano de 2013, identificamos uma rentabilidade nominal de **1,1008%**. Frente ao IPCA acumulado no ano, de **5,7744%**, o plano apresenta uma rentabilidade real negativa de **4,4185%**. A tabela a seguir demonstra a rentabilidade mensal do plano em 2013.

Rentabilidade x Meta Atuarial - Plano CV - 2013

Mês Ref.	Rentabilidade	Acumulado	Meta Atuarial*	Acumulado
jan/13	0,6617%	0,6617%	1,1174%	1,1174%
fev/13	-0,6589%	-0,0016%	1,1874%	2,3180%
mar/13	0,3104%	0,3088%	0,9274%	3,2669%
abr/13	0,6924%	1,0033%	0,7974%	4,0903%
mai/13	-1,2233%	-0,2323%	0,8774%	5,0036%
jun/13	-1,9067%	-2,1345%	0,6974%	5,7358%
jul/13	0,7480%	-1,4026%	0,5874%	6,3569%
ago/13	-0,1598%	-1,5601%	0,3574%	6,7370%
set/13	1,1023%	-0,4750%	0,5674%	7,3426%
out/13	0,8210%	0,3421%	0,6774%	8,0697%
nov/13	0,3858%	0,7292%	0,8974%	9,0395%
dez/13	0,3689%	1,1008%	0,8674%	9,9853%

*Meta Auarial: 4,00% a.a + IPCA

Conclusão

Ante ao exposto neste relatório, podemos concluir que o plano previdenciário **BDMG CV** encontra-se em equilíbrio econômico-atuarial não sendo necessário, por ora, elaboração de um plano de ação para revisão de sua estrutura financeira e atuarial.

Atestamos, por fim, que os estudos realizados, cujos resultados foram demonstrados no presente parecer, têm como referência as melhores práticas atuariais e técnicas reconhecidas na literatura especializada e respeitando todos os parâmetros da legislação previdenciária vigente.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2014



Adriano Rodrigo Ferraz
Atuário MIBA nº 2.330

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL DA DESBAN - FUNDAÇÃO BDMG DE SEGURIDADE SOCIAL

Referência: Demonstrações financeiras do exercício de 2013

Em atendimento ao inciso I do artigo 36 do Regimento Interno dos Órgãos Estatutários, o Conselho Fiscal da DESBAN – Fundação BDMG de Seguridade Social analisou as Demonstrações Financeiras de encerramento do exercício de 2013, consubstanciada pelos pareceres emitidos pela Rodarte Nogueira – Consultoria em Estatística e Atuária e Teixeira & Associados Auditores Independentes, e emitiu sua manifestação.

Em 2012 a DESBAN reduziu a taxa de juros atuarial do Plano BDMG de 5,5% a.a. para 5% a.a., colocando a taxa de desconto do passivo à realidade do mercado naquela ocasião e também para adequar as referidas taxas à escalada de redução requerida pela Resolução CGPC 09/2012. Esta modificação reduziu o superávit do exercício de 2012 em R\$ 56.000 mil. Em contrapartida a DESBAN marcou grande parte dos seus ativos a valor de mercado para buscar melhores opções de investimentos. Este procedimento contribuiu para alavancar o superávit em R\$ 94.113 mil.

No ano de 2013, com a significativa mudança no comportamento das taxas de juros de mercado, onde a tendência de redução foi invertida para forte elevação, tornou-se necessário o ajuste da taxa de juros atuarial para promover melhor comparabilidade entre ativo e passivo. Assim a fundação decidiu fixar a taxa de juros atuarial ao limite máximo permitido pela CGPC 09/2012, que é de 5,75% a.a., visando aproximar das taxas de juros praticadas no mercado, o que contribuiu para a redução do déficit do exercício. Observou-se, também em 2013, resultado negativo dos investimentos da ordem de R\$ 62.530 mil, decorrente, principalmente, da precificação da carteira, afetada negativamente pelo expressivo aumento da taxa de juros de mercado.

Diante do exposto, este Conselho aprova as Demonstrações Financeiras da DESBAN – Fundação BDMG de Seguridade Social, enfatizando os pontos supracitados.

Belo Horizonte, 25 de março de 2014.


Carlo Dullio Pinho Taranto


Leonardo Viana Cunha


Marta Ely Dias Oliveira


Eduardo Tadeu Matosinhos


Marlon Fialho Carvalho dos Reis


Webert Carmelo Corrêa Mesquita

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

**Aos
Participantes, Patrocinadores e Diretores da
Desban – Fundação BDMG de Seguridade Social**

01 – REUNIÃO: **Nº. 223**

02 – ASSUNTO: Exame e aprovação das Demonstrações Financeiras
relativas ao exercício de 2013.

03 – RESOLUÇÃO: O Conselho Deliberativo da Desban – Fundação BDMG de Seguridade Social, no uso de suas atribuições estatutárias, após exame do Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações da Mutações do Patrimônio Social (consolidado), da Mutações do Ativo Líquido (por plano de benefício), do Ativo Líquido (por plano de benefício), do Plano de Gestão Administrativa (consolidado), Provisões Técnicas (por plano de benefício), examinamos, também, informações suplementares sobre o Plano de Assistência à Saúde, compreendendo o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado, do Fluxo de Caixa e da Mutações do Patrimônio Social e das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício de 2013, bem como dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho fiscal e dos Consultores Atuariais, **RESOLVEU** aprovar por unanimidade, na forma apresentada, os referidos documentos.

Belo Horizonte, 27 de março de 2014.


Polyana Schettin Martins Silva
Presidente do Conselho Deliberativo